



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GILMAR ALVES DE AVELAR

NAS FRANJAS DO IMPERIALISMO
A INSERÇÃO DO SUDESTE GOIANO NA ECONOMIA MUNDO:
DESENVOLVIMENTO E SUBORDINAÇÃO.

Goiânia
2011

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☐ Dissertação ☒ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

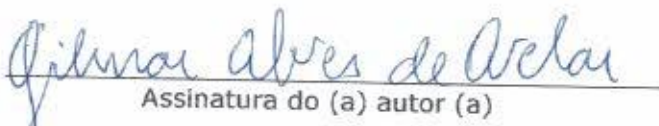
Nome completo do autor: GILMAR ALVES DE AVELAR

Título do trabalho: NAS FRANJAS DO IMPERIALISMO, A INSERÇÃO DO SUDESTE GOIANO NA ECONOMIA MUNDO: DESENVOLVIMENTO E SUBORDINAÇÃO

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do (s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do (a) autor (a)

Data: 14 / 07 / 17

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

GILMAR ALVES DE AVELAR

NAS FRANJAS DO IMPERIALISMO
A INSERÇÃO DO SUDESTE GOIANO NA ECONOMIA MUNDO:
DESENVOLVIMENTO E SUBORDINAÇÃO.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás, área de concentração Natureza e Produção do Espaço, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Deus

Goiânia
2011

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Alves de Avelar, Gilmar

NAS FRANJAS DO IMPERIALISMO A INSERÇÃO DO SUDESTE GOIANO
NA ECONOMIA MUNDO [manuscrito] : DESENVOLVIMENTO E
SUBORDINAÇÃO. / Gilmar Alves de Avelar. -
2011.

CLVII, 160 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Deus.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos
Socioambientais (Iesa), Catalão, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Goiânia, 2011.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, lista de figuras, lista de
tabelas.

1. Capitalismo. 2. Ferrovia. 3. Trabalho. 4. Sudeste Goiano. 5.
Goiandira. I. Deus, João Batista de, orient. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA TESE DE DOUTORADO DE

Gilmar Alves de Avelar

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze (2011), a partir das quatorze horas, no Anfiteatro do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de Gilmar Alves de Avelar que apresentou o Título: **"NAS FRANJAS DO IMPERIALISMO - A INSERÇÃO DO SUDOESTE GOIANO NA ECONOMIA MUNDO: DESENVOLVIMENTO E SUBORDINAÇÃO"**. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº 063/2011 da Diretoria do IESA pelos seguintes Professores Doutores, Presidente: Prof. Dr. João Batista de Deus, Membros: Eguimar Felício Chaveiro, Manoel Fernandes de Sousa Neto, Marcelo Rodrigues Mendonça e Ruy Moreira. Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às 18.20 horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo o candidato obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. João Batista de Deus - Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro - Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto - Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça - Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Prof. Dr. Ruy Moreira - Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Presidente da Banca - Prof. Dr. João Batista de Deus

Ass. _____

Resultado final: Aprovado (X) Reprovado ()

Houve alteração no Título? Sim () Não (X)

Em caso afirmativo, especifique o novo título: _____

Outras observações: _____

Reaberta a Sessão Pública, o (a) Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela secretária do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia.

Secretária _____

Josia Laureda Bento de Lima

GILMAR ALVES DE AVELAR

NAS FRANJAS DO IMPERIALISMO
A INSERÇÃO DO SUDESTE GOIANO NA ECONOMIA MUNDO:
DESENVOLVIMENTO E SUBORDINAÇÃO

Dr. João Batista de Deus - UFG
Presidente

Dr. Ruy Moreira - UFF
Examinador Externo

Dr. Manoel Fernandes de Souza Neto - USP
Examinador Externo

Dr. Eguimar Felício Chaveiro - UFG
Examinador Interno

Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça - UFG
Examinador Interno

Esta tese é dedicada às seguintes pessoas.

Às minhas avós **Ana Maria Alves** e **Maria Nunes da Silva** (Maria Caetano) (in memorian) e ao meu avô **Orlando dos Santos Alves** (in memorian). Pelo carinho, pela proteção, pelo amor.

À minha mãe **Acy Maria Alves de Avelar**, pela luta que teve para criar sozinha, seus dois filhos. Sempre nos orientou para o caminho da escola e do trabalho, que esta tese honre mais um pouco sua luta.

Ao meu pai **Sebastião Caetano de Avelar** (in memorian) cujo trabalho nos alimenta até hoje.

Ao meu irmão **José Orlando Alves de Avelar**, cujo trabalho, cortando o Brasil inteiro de caminhão, não o permitiu estudar o tempo que merecia.

À minha sogra **Aurora Martins Silva**, que sempre depositou muita esperança e alegria na realização deste trabalho.

Ao meu sogro **Geraldo Souza e Silva**, (Geraldo Balbino) (in memorian) o motorista mais apaixonado que já conheci, pela amizade.

Aos meus filhos **Renato Silva Avelar**, **Lorena Laísse Silva Avelar** e **Marcos Vinícius Silva Avelar**, para que saibam aproveitar o mundo mais livre em que vivem, respeitando sempre a memória daqueles que lutaram para construí-lo durante os anos de chumbo.

À minha esposa **Raciná Regina Silva Avelar**, por quem me apaixonei há 29 anos e continuo amando cada vez mais.

AGRADECIMENTOS

O trabalho de elaboração de uma tese é sempre em algum sentido um trabalho coletivo. Esta tese, embora todas as imperfeições sejam minhas, teria sido muito mais difícil a sua elaboração se não fosse o apoio e auxílio de diversas pessoas. Neste espaço pretendo registrar o nome daquelas as quais reconheço a dívida para com eles.

Começo pelo meu orientador professor Dr. João Batista de Deus, que aceitou prontamente orientar-me e o fez com muita dedicação.

Gostaria de agradecer aos dirigentes da Pós-Graduação em Geografia de Goiânia nas pessoas dos coordenadores do programa professora Dr^a Lana Cavalcanti e professor Dr. Tadeu Alencar Arrais. Aos técnicos administrativos: Charles, Joraia e Rodrigo que sempre me atenderam com muita atenção.

Ao Dr. Manoel Fernandes pela generosidade, foi ele quem leu as primeiras sete páginas desta tese e me animou a elaborar o trabalho.

Ao Dr. Marcelo Mendonça que desde a qualificação trouxe significativas contribuições a este trabalho.

Ao Dr. Ruy Moreira, minha gratidão por que se não fosse a faísca lançada por ele alguns anos atrás, talvez esta tese não tivesse sido elaborada na forma como o foi.

Ao Eguimar Felício Chaveiro, professor na graduação tornou-se grande amigo, estimulador intelectual. Contribuiu de forma significativa com a qualificação. Generosidade talvez seja a melhor palavra para definir o nome Eguimar.

Aos colegas do curso de Geografia de Catalão, por ter tolerado as ausências quando necessárias.

Aos meus alunos e alunas pela paciência que tiveram durante as aulas travadas e sem maiores aprofundamentos, dado a necessidade de dispensar parte do tempo com o ato de construir esta tese.

À Marli Tavares secretária do Departamento de Geografia de Catalão que praticamente assumiu a coordenação da Especialização em Geografia do Brasil em meu lugar para que tivesse mais tempo para o trabalho.

Ao professor Valdivino Borges de Lima, meu professor na graduação, de quem tive a honra e o prazer de ser monitor de cartografia, pela amizade, companheirismo e aprendizado.

Ao amigo e colega professor Dr. Ronaldo Silva pela tradução do resumo desta tese.

Ao meu amigo professor Eduardo Vieira que sempre esteve disposto a me socorrer das armadilhas do Word.

Ao Alfredo A. Guimarães que confeccionou as figuras para este trabalho.

A todos os colegas do Grupo de Estudos e Trabalhos em Geografia dos Movimentos (GETeM) semente fecunda que aos poucos vai se referenciando como apoio à luta dos trabalhadores.

Ao Ricardo Freud, pela troca de ideias e pela colaboração nos Trabalhos de Campo.

Aos companheiros e companheiras do Movimento Camponês Popular pelo apoio(MCP).

À filha Lorena Laisse Silva Avelar, aos filhos Renato Silva Avelar e Marcos Vinícius Silva Avelar por compreenderem a necessidade das ausências.

Minha eterna gratidão à Raciná, esposa e companheira, cujo amor possibilitou-lhe não descuidar de mim em nenhum momento, infundindo-me a todo o momento ânimo e prazer por este trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa aborda o desenvolvimento do capitalismo no Sudeste Goiano. Sabe-se que esta região passa por profundas transformações desde a década de 70. Primeiro com a indústria da mineração do fosfato e do nióbio, aprofundando as mudanças com a modernização da agricultura nos anos de 1980 e a penetração no curso do modelo neoliberal de desenvolvimento da década de 90 com a chegada das montadoras e a indústria barrageira. Tudo isso agrava as contradições e intensifica as lutas de classe no município de Catalão. O foco mais específico da análise centra-se no município de Goiandira, levando em consideração os diversos fatores que contribuíram para a formação deste espaço e suas transformações mais recentes. Goiandira, uma pequena cidade de pouco mais de cinco mil habitantes, localiza-se a 14 quilômetros de Catalão e a cada dia intensifica suas relações e seus conflitos com esta cidade. A produção do espaço goiandirense começa a se formar desde que inicia a construção da ferrovia no ano de 1911, momento em que trabalhadores do campo passam a ter também tarefa de construir a cidade. A construção da ferrovia possibilita a construção da cidade e a põe de imediato em relação com o mundo. Nessa relação é que chega a Igreja e seu rígido controle da vida das pessoas, mas também chega a ideia do socialismo e da luta contra a exploração. A cidade emancipa-se de Catalão em 1931. Durante muito tempo a ferrovia construída pelo conjunto de trabalhadores aqui presente, marcou a característica da cidade. Goiandira, embora pequena, pelo fato de ser entroncamento ferroviário tinha expressiva importância pelo volume de mercadorias em circulação. A retirada dos trilhos e da Estação do centro da cidade em 1978 e o fim dos transportes de passageiros na década de 80 conjuminados com a privatização dos serviços ferroviários e demissão dos trabalhadores mudam de forma significativa o horizonte da cidade. Goiandira é hoje, um enorme laboratório de mão de obra para o capital instalado em Catalão, com centenas deles viajando dioturnamente. Aos poucos os gestores de Goiandira vão se preparando para aproveitar das vantagens da proximidade com Catalão e também aos poucos encontrando no espaço rastros da segregação espacial. Assim defende-se a tese de que Goiandira por sucessivas vezes insere-se na economia capitalista, mas sempre de forma subordinada.

Palavras-chave: Capitalismo. Ferrovia. Trabalho. Sudeste Goiano. Goiandira.

ABSTRACT

This research approaches capitalist development in the Southeast region of Goiás State. It's known that this region underwent deep transformations since 1970's. The first wave came with phosphate and niobium mining industry. After this, there were three more capitalist waves, agriculture modernization in the 1980's, neoliberal policies in the 1990's together with automaker industry and a new dam construction. All these processes aggravated the contradictions and increased class struggle in Catalão city. Here the main focus is Goiandira city. For this reason, several factors which contributed to the formation of this space are taken into consideration. Goiandira is a small town with five thousands inhabitants, located 14 km far from Catalão. Over the time its relation with Catalão has become more intensified and conflicts with the city are surfacing more and more. The production of space in Goiandira started with a railroad construction in 1911. From that moment on land workers found jobs in the town. The railroad construction created the possibility to build a new village. In this context, not only the church appeared with its rigid views controlling the life of the people, but also the idea of socialism and the fight against exploitation came as well. This town emancipated from Catalão in 1931. During a long time due to its workers the railroad left a lasting feature in the town. Despite being small Goiandira was a railroad connection/hub place and had a important amount of commodities circulation. In 1978, the railroads tracks and train station were removed from downtown area, afterwards passengers transportation came to an end in the 1980's and later train services were privatized resulting in workers lay off. This process brought important changes to the town landscape. Today, Goiandira is an enormous laboratory providing workforce to capitalism in Catalão with hundreds of people on the road night and day. Policy makers in Goiandira are getting ready to take advantage of the closeness with Catalão and also little by little segregation is growing in Goiandira. Thus, this study argues that Goiandira has taken part in the capitalist economy, but always being subjected.

Key words: capitalism. Railroad. Labor. Goiano Southeast. Goiandira.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Trabalhadores de Codó em frente ao Fórum de Goiandra.....	55
Figura 2: Região Sudeste de Goiás e Goiandra.....	72
Figura 3: Cartografia das barragens em Goiás.....	89
Figura 4: Goiandra em 1940.....	105
Figura 5: Residência moderna, 1950.....	105
Figura 6: Residência moderna, 1950.....	106
Figura 7: Manuscrito do Manifesto de 21 de Julho de 1936.....	110
Figura 8: Caderneta Consumo.....	121
Figura 09: Mapa do trecho ferroviário – Araguari (MG) /Anápolis (GO).....	125
Figura 10: Mapa do trecho Ferroviário – Formiga (MG) /Goiandra (GO) /Anápolis (GO).....	123
Figura 11: Movimento de passageiros na primeira estação de Goiandra,1940.....	128
Figura 12: Mapa da área do Patrimônio.....	132
Figura 13: Mapa de Goiandra em 1983.....	135
Figura 14: Mapa de Goiandra em 2005.....	134
Figura 15: Planta do Distrito Industrial de Goiandra.....	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População campo/cidade da Região Sudeste de Goiás.....	79
Tabela 2: Dados de passageiros – Estrada de Ferro Goiás, 1939.....	124
Tabela 3: Dados populacionais de Goiandira-GO.....	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCAC	Associação dos Docentes do Campus de Catalão
AGB	Associação Brasileira de Geógrafos
AGEHAB	Agência Goiana de Habitação
ANEEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CESUC	Centro de Ensino Superior de Catalão
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAB	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIMIC	Distrito Industrial e Mineral de Catalão
GETeM	Grupo de Estudos em Geografia do Trabalho e Movimentos Sociais
GOIASFERTIL	Goiás Fertilizantes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAB	Igreja Católica Apostólica Brasileira
II PND	II Plano Nacional de Desenvolvimento
JK	Juscelino Kubitscheck
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCP	Movimento Camponês Popular
METABASE	Sindicato dos Mineradores de Catalão
METAGO	Metais de Goiás
MMC	Mitsubishi Motor Company
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
PND	Programa Nacional de Desestatização
PT	Partido dos Trabalhadores
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFG	Universidade Federal de Goiás

UFU

Universidade Federal de Uberlândia

USP

Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: DO IMPERIALISMO À GLOBALIZAÇÃO.....	20
CAPÍTULO 2 A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA E NEOLIBERALISMO.....	41
CAPÍTULO 3 A CONSTRUÇÃO DO SUDESTE GOIANO COMO INTEGRANTE DO MOVIMENTO DA REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL BRASILEIRA.....	70
CAPÍTULO 4 NAS FRANJAS DO IMPERIALISMO: A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE GOIANDIRA.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS.....	148
APÊNDICE.....	160

INTRODUÇÃO

“Tudo parece impossível até que seja feito.”
(Nelson Mandela, Estadista Sul-africano)

Este trabalho analisou as transformações que se deram a partir dos anos 1970 no Sudeste Goiano. A preocupação inicial que animou a realização desta pesquisa foi o fato de constatar as mudanças que se deram no decorrer dos anos na pequena cidade de Goiandira que pertence ao Sudeste Goiano. Duas ideias animaram a realização desta pesquisa. A primeira foi a de que Goiandira desde seu início, fundada no desencontro entre o latifúndio e a ferrovia, esteve sucessivamente inserida na economia e na política do Brasil, embora estas sucessivas inserções sempre ocorreram de forma subordinada. Estas formas de inserções é que qualifica e explica sua existência, pois, embora participando desses circuitos, não se realiza em seu território a acumulação. A segunda ideia, é que pretende ser uma proposta de outro caminho para estudos das chamadas “pequenas cidades”, sem se preocupar com este qualificativo, centrando o olhar na dinâmica do capital e do trabalho, em vez de isolá-las do movimento geral da sociedade e até mesmo do mundo.

A cidade de Goiandira começou a ser construída quando a Ferrovia chegou à fazenda Campo Limpo, território que a época pertencia ao município de Catalão. A primeira Estação Ferroviária foi inaugurada em 1915, sendo que a emancipação se deu em 1931 e tendo sua história fortemente constituída pela presença da Ferrovia produzindo e organizando seu espaço. Aos poucos a cidade colocou-se em relação com o Brasil como exportadora de mercadorias para o centro do país e também como lugar de passagem para muita gente. A cidade ganhou importância com a inauguração da segunda Estação Ferroviária em 1942, tornando-a um importante entroncamento ferroviário. A indústria apareceu e o sentimento de desenvolvimento bloqueado, produziu saudades até hoje. Com o avanço do caminhão, substituindo a cada dia o trem de ferro e o fim do transporte de passageiros na década de 80, a cidade de Goiandira perdeu importância.

Entretanto, sabemos que na década de 1980 o município de Catalão iniciou um profundo processo de reestruturação dos espaços, tanto do campo com a modernização da agricultura, como da cidade influenciado pela mineração do fosfato e do nióbio. Estas mudanças não param por aí e tiveram continuidade na década de 1990 com a instalação das montadoras e com grande impulso no setor do comércio e

da educação marcada pela implantação da Universidade Federal de Goiás (UFG) e outras instituições educacionais privadas. Uma parte desta reestruturação está diretamente vinculada com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND), que buscava responder aos efeitos da crise de 1973. A outra parte é relacionada com as políticas de privatização do espaço e da gestão pública iniciada no Governo Collor em 1990 e estendidas pelos demais governos neoliberalistas até os dias atuais.

Estas forças que movimentam Catalão atingem, em razão da proximidade, desde o primeiro momento, a cidade de Goiandira. Tanto no que se refere aos empregos, à educação, como também no estímulo do imaginário da política local para 'represar' parte do desenvolvimento de Catalão, que poderia em algum momento transbordar.

Entendemos que os lugares inserem-se em unidades maiores das quais fazem parte, assim a compreensão da geografia e da história de Goiandira precisa ser capturada no movimento do mundo e no rebatimento deste, no território nacional, regional e local. Daí depreende-se a necessidade e a ordem como estão dispostos os quatro capítulos que escrevemos.

Talvez a importância maior que esta pesquisa tenha se revela pelo conjunto de trabalhos que hoje se conhece na Geografia valorizando o estudo destas "pequenas cidades". No Sudeste Goiano não temos cidade grande, a maior é Catalão que alguns autores dentro de uma perspectiva de análise regional procuram conceituá-la como "cidade média". Acreditamos que se quisermos conhecer de forma mais profunda o Sudeste Goiano teremos que começar conhecendo também a Geografia Histórica destas localidades. À exceção da cidade de Catalão nos últimos 40 anos, as mudanças nessas cidades são lentas.

Entretanto, mesmo reconhecendo a importância dessas pesquisas na Geografia contemporânea, optamos por não estudar Goiandira sob o rótulo de "pequena cidade", como alguns pesquisadores atualmente estão considerando. O nosso olhar esteve sempre orientado a buscar a totalidade. Nesse sentido esta pesquisa buscou os fenômenos que amarraram Goiandira às demais escalas como o Mundo e a Região. Apresentamos esta tese em quatro capítulos. Os três primeiros foram elaborados quase que exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, numa perspectiva mais genérica, panorâmica. O último refere-se à cidade de Goiandira, até pelo fato de existir poucas referências bibliográficas, mudaram de forma significativa as fontes.

O capítulo 1: **O Desenvolvimento Capitalista: do Imperialismo à Globalização**. Não houve nesse primeiro capítulo a intenção de elaborar uma

discussão teórica a respeito do que seja Imperialismo e Globalização, mas buscar em vários geógrafos como o tema do Imperialismo esteve presente na Geografia. Diferentemente, no recente processo de reestruturação da economia e da política a partir da década de 1970, o discurso da Globalização assumiu um lugar proeminente nas Ciências Sociais e na Geografia. A ideia que se sustenta é a de que, ao contrário do conceito de globalização, o conceito de Imperialismo identifica com maior clareza o capitalismo e suas contradições.

O capítulo 2: **A Reestruturação Capitalista contemporânea e o Neoliberalismo**. Este capítulo é um desdobramento do primeiro e busca compreender o neoliberalismo e o processo de reestruturação da economia e da política no Brasil e os impactos que todas estas mudanças têm sobre o mundo do trabalho. Aqui nosso olhar esteve preso às recentes discussões que se formaram após a crise do capitalismo na década de 1970.

O capítulo 3: **A Construção do Sudeste Goiano como Integrante da Reestruturação Espacial Brasileira**, faz uma discussão sobre as mudanças pelas quais passa o município de Catalão e seu rebatimento no Sudeste Goiano. Valorizamos nessa leitura os fenômenos mais expressivos do capitalismo contemporâneo e que de certa forma destacaram Catalão da forma que conhecemos hoje. Nesse sentido, nossa preocupação volta-se para o final da década de 1970, quando a partir da mineração do fosfato têm-se os primeiros impulsos do II PND no local. Na década de 1980 abre-se o território para a modernização da agricultura com o plantio de extensas lavouras de soja. Na década de 1990 chegam as montadoras e as barragens, que reestruturam o espaço do município e da cidade de Catalão. Em toda esta transformação está imerso o que conhecemos como mundo do trabalho e toda uma luta dos camponeses para permanecer e para conquistar a terra. O processo de luta se enriquece, mas, pelo grau de internacionalização também dificulta a ação dos trabalhadores diante de um processo de fragmentação das suas lutas.

O capítulo 4: **Nas Franjas do Imperialismo: Da Fazenda à Cidade: A Formação Territorial de Goiandira** trata, especificamente, da formação da cidade de Goiandira. A intenção maior ao longo deste capítulo foi tentar compreender esta cidade na dinâmica do Brasil, sem deixar de lado suas particularidades. Procuramos estudar somente a cidade, não incluindo em nossas análises, pelo menos de uma forma mais direta e detalhada, o campo. Embora, pelo que se possa deduzir dos capítulos anteriores nossas preocupações não estiveram voltadas para Goiandira

somente a partir da década de 1970. Buscamos compreender a construção desta cidade desde seu início até os dias atuais. Em uma primeira parte, a pesquisa mostra Goiandira desde os momentos iniciais, quando a Ferrovia foi construída, percorremos daí a influência desta na cidade até o momento em que ao final das décadas de 1970 e de 1980 diminuiu esta influência; uma segunda parte pode ser lida a partir do momento em que a cidade de Catalão se despontou para a importância econômica e política que tem hoje e Goiandira passara a fazer parte da atual rede urbana. A preocupação maior refere-se à forma da inserção da cidade na dinâmica do capitalismo.

Do ponto de vista das fontes, dissemos anteriormente que a construção dos três primeiros capítulos teve basicamente fontes secundárias. Este itinerário tornaria quase impossível elaborar uma pesquisa a respeito da cidade de Goiandira. Para além do trabalho elaborado pelo ex-prefeito da cidade, Francisco Ferreira de Andrade em 1950, *Corografia*. Atualmente existem três dissertações e uma tese que de alguma forma falam sobre a cidade. Assim, além de publicações oficiais de dados estatísticos elaborados pelo IBGE, também procuramos os relatórios da Estrada de Ferro, atas da Câmara de Vereadores, livros Tombo de uso exclusivo para registro diário das igrejas, processos judiciais, mapas e fotografias. É importante ressaltar que parte das fontes que foram ou poderiam ser utilizadas pertencem a indivíduos privados. É aceitável a crítica à redação deste capítulo por não ter sido “tão geográfico”, o que vejo como um dos limites da proposta.

Para concluir esta introdução gostaríamos de dizer que a pretensão maior que animou fazer esta pesquisa foi tentar reconstituir a totalidade do processo de formação do Sudeste Goiano, tomando como orientação a Geografia Crítica. Para tanto, embora tenha dados de outros municípios, a imaginação do Sudeste Goiano toma com referência de análise apenas a cidade de Catalão e Goiandira. Aqui não se preocupou com o limite preciso do que estou chamando Sudeste Goiano, mas com uma determinada orientação de investigação que tem o materialismo dialético e a Geografia crítica como fio condutor.

1 O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: DO IMPERIALISMO À GLOBALIZAÇÃO

A construção de caminhos-de-ferro é aparentemente um empreendimento simples, natural, democrático, cultural, civilizador: assim a apresentam os professores burgueses, pagos para embelezar a escravidão capitalista, e os filisteus pequeno-burgueses.

(Lênin, 1917).

O desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos do que navegantes.

(Eduardo Galeano, 1970).

Estamos convencidos de que a mudança em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único.

(Milton Santos, 2000)¹.

As três epígrafes escolhidas para abrir este capítulo têm a finalidade de antecipar os principais temas que serão abordados. A primeira, de um dos maiores pensadores marxistas e revolucionários do século XX; a segunda, do literato uruguaio autor do livro *As veias abertas da América Latina*; a terceira, do geógrafo brasileiro Milton Santos² autor do livro: *Por uma outra Globalização*. O primeiro pensador, ao contrário do que tem ocorrido hoje, sempre acreditou que para construir a revolução também era necessário elaborar uma teoria revolucionária. Penso que este foi, entre vários, um dos grandes legados desse autor a tese do imperialismo, talvez tenha sido uma das maiores forças do movimento crítico ao capitalismo até hoje.

O espírito de Eduardo Galeano é o mesmo de Lênin, quando explica o desenvolvimento do capitalismo na América Latina pela via da espoliação [aqui

¹ As datas das epígrafes referem-se àquelas em que suas obras foram publicadas pela primeira vez.

² No dia 24 de junho de 2011 fez dez anos da morte de Milton Santos. Gostaríamos de registrar nosso reconhecimento e respeito pela sua história pessoal, marcada por inquestionável combatividade e perseverança na defesa de suas ideias e de outra geografia: generosa, tolerante, livre e igual.

desenvolvimento não tem a perspectiva positiva que a ele muitas vezes se tem associado, aqui desenvolvimento refere-se ao capital: a acumulação]. Galeano, ao contrário de muitos outros, recusa a história oficial dos fatos para escrevê-la a partir da trajetória e da luta dos vencidos.

Milton Santos é, sem dúvida, um dos mais importantes geógrafos do mundo. Embora se possa ler a respeito da globalização em trabalho de quase todos os autores da geografia humana no Brasil, não seria exagero de nossa parte dizer que foi ele o mais entusiasmado com o debate em torno da ideia da globalização, tratada em vários de seus artigos e livros publicados, talvez um dos mais severos críticos da ideia de um mundo globalizado.

As ideias elaboradas por Milton Santos estão em continuidade com as dos outros dois autores no que diz respeito à crítica aos elementos estruturais do capitalismo e à necessidade de sua superação. Ressaltamos, entretanto, que as opções quanto ao caminho de se fazer isto, por parte de cada um são profundamente diferentes. Assim como Lênin e Galeano, Santos também vê que a mudança só pode ocorrer como vontade da população dos marginalizados da sociedade.

A citação dos três autores em epígrafe não indica que se fará uma conversa exclusivamente com eles, mas com as teorias neles representadas e na sua relação com a Geografia como um todo. A ideia é apresentar o que há em comum entre eles, cada um à sua época e ao seu modo, a crítica e a afirmação da urgência da mudança estrutural da sociedade mundial. Talvez agora mais próxima e também mais urgente pelo fato do mundo se tornar cotidiano pela onipresença opressiva do dinheiro.

Entretanto, o fato de se dizer que há uma continuidade entre os autores do ponto de vista da crítica ao capitalismo e o lugar onde depositaram a esperança da mudança, não implica em dizer que a ideia de globalização seja uma continuidade da ideia do imperialismo. Nesse sentido, podemos levantar alguns problemas. No campo da continuidade crítica radical ao capitalismo seriam ambas as teorias equivalentes? É possível uma crítica radical e superativa do capitalismo por meio da teoria da globalização? Ou seja, ambas as teorias: imperialismo e globalização têm o mesmo potencial no enfrentamento de classes? Relativa às respostas para estas questões há muitos e importantes dissensos e consensos, mas não é proposta desta pesquisa resumir tais polêmicas e sim situar este importante debate para conversar com a Geografia.

De qualquer forma, é bom desconfiar de teorias que servem muito bem à crítica do capitalismo, bem como seu elogio, como acontece com o uso do conceito de globalização³, meio ambiente e cidadania. Bem vale aqui o ensinamento do filósofo Henri Lefebvre (2006, p. 128) quando diz: A ambiguidade de certos conceitos - o de ecologia, por exemplo, mistura de ciência e ideologia - favorece as mais singulares alianças. É preciso, desde já, confessar que nunca ouvi ou li da parte de um burguês convicto o uso do conceito de imperialismo para explicar as virtudes do capitalismo, pois o conceito traz em si um explosivo conteúdo de classe e de negação do modo capitalista de produzir, o que dificulta ao capitalista controlar/manipular a seu favor⁴.

Segundo o sociólogo marxista Giovanni Alves em seu livro *As Dimensões da Globalização*,

A globalização até poderia ser identificada como um momento mais avançado do - imperialismo (termo utilizado por Lênin para caracterizar, em 1905, a nova etapa do capitalismo monopolista). Mas o conceito de *imperialismo* não seria mais capaz de, por si só, expressar as novas significações do *sistema orgânico do capital*, apesar de ser uma determinação originária e essencial da nova ordem mundial (ALVES, 2001, p. 50, grifos do autor).

Importante observar que Alves não desconsidera totalmente a validade da teoria do imperialismo ele a vê como *uma determinação originária e essencial da Nova Ordem Mundial*. Para o autor, essas determinações são em linhas gerais: a Terceira Revolução Tecnológica, a nova estrutura do capital financeiro e a derrota do movimento operário de esquerda. Nesse sentido, para ele a globalização representaria uma descontinuidade dentro da continuidade.

A globalização representaria, no fundo, um novo modo de expansão capitalista a partir de um novo regime de acumulação. Nesse sentido, para o autor, embora ainda válido, o conceito de imperialismo teria atualmente, dado às recentes

³ Ver a respeito em Alves (2001, p. 33 a 45).

⁴ Sobre o uso do conceito de imperialismo pela burguesia Harvey observa que: —[...] a publicação em 2000 de *Império* de Michael Hardt e Antonio Negri, bem como a controvérsia que a cercou contestaram os debates tradicionais e sugeriram que a oposição de esquerda tinha de ser repensada com relação a uma configuração descentrada do império que exibia muitas qualidades novas, de cunho pós-moderno. Embora criticassem essa linha de argumentação, muitos outros membros de esquerda começaram a reconhecer que as forças da globalização (como que possam ser concebidas) estavam criando uma situação inédita que exigia um novo quadro de análise. O reconhecimento declarado do império e do imperialismo pelos direitistas e pelos liberais foi, portanto, uma bem vinda admissão daquilo que vinha ocorrendo, mas indicou que o imperialismo poderia assumir um ar bem diferente. O efeito disso tem sido transformar questões sobre império e imperialismo em assuntos abertos de debate por todo espectro político (foi digno de nota que a obra de Hardt e Negri tenha obtido a atenção da corrente principal dos meios de comunicação). Mas isso evoca como corolário uma questão adicional: se há algo de novo em tudo isso o que será? (HARVEY, 2005, p. 16).

reestruturações do capital, limites para as análises estruturais do capitalismo contemporâneo.

No curso deste debate Samir Amin (2001, p. 15) têm posições críticas mais severas quanto à validade dos conceitos de mundialização⁵ ou, conforme expressão sua, do seu anglicismo *globalização* para uma leitura crítica do capitalismo⁶. Para Amin, o imperialismo não é somente um estágio – nem mesmo o estágio supremo – do capitalismo; ao contrário, seu caráter permanente⁸.

O argumento de Amin demonstra o imperialismo como um poderoso instrumento capaz de produzir, de forma permanente, a desigualdade, tornando-a estrutural. Para sustentar tal argumento, observa-se que antes do capitalismo havia diferenças do ponto de vista econômico, político e cultural entre as regiões, mas a própria forma de mundialização das sociedades à época oferecia chances para que sociedades *menos avançadas*, pudessem a partir de determinações internas a cada sociedade aproveitar ou não as chances oferecidas. Ao contrário, a mundialização associada ao capitalismo deixa de ser diferente para se tornar desigual, não sendo mais possível aproveitar as chances oferecidas, (agora elas são seletivas e impostas) e consolidadas sem autonomia, conforme a vontade de cada região. Para Amin o desenvolvimento do capitalismo sempre foi polarizado e unilateral não sendo de forma alguma igual para todos⁷.

Também é bastante esclarecedora da desigualdade produzida no capitalismo a tese sustentada pelo historiador inglês Mike Davis em seu livro: *Holocaustos Coloniais*. No último parágrafo do prefácio ele escreve:

⁵ François Chesnais publicou no Brasil pela editora Xamã em 1996 o livro: “A mundialização do capital”. No Capítulo 1: Decifrar palavras carregadas de ideologia, o autor levanta importantes críticas aos termos: *global* e *globalização*, justificando ao mesmo tempo a preferência pelo uso do termo *mundialização*. Apesar da importância das críticas, pois coloca a ideia de *globalização* no seu devido lugar, no campo das ideologias; não estamos convencidos que a ideia de *mundialização* diferencie com tanta força da de *globalização*.

⁶ Embora as críticas ao termo em Amin (1999, p. 19) pode-se ler: Contrariamente ao discurso ideológico dominante, sostengo que la globalización a través del mercado es una utopia reaccionaria. Debemos contrarrestar mediante el desarrollo de un proyecto humanista y alternativo de globalización, compatible con una perspectiva socialista.⁸ Se refletirmos sobre o que Lênin diz quando escreve a seguinte frase: “O imperialismo, ou o domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior [...]” (1986, p. 619). Penso que não seja difícil supor que é exatamente esta fase do capitalismo que começamos a viver com mais vitalidade a partir da década de 70.

⁷ As propaladas oportunidades oferecidas pelo capital para o desenvolvimento tornam-se cada vez mais um verdadeiro “Cavalo de Tróia”. A primeira vez que li tal expressão na análise do capitalismo foi em Santos (1997a, p. 73) no artigo: A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais.

Uma tese fundamental deste livro é a do que hoje chamamos “Terceiro Mundo” (termo da Guerra Fria) é o crescimento excessivo das desigualdades de renda e riqueza, a famosa “lacuna de desenvolvimento” – formada de modo mais decisivo no último quarto do século XIX, quando os grandes camponeses não europeus foram inicialmente integrados na economia mundial. Como assinalaram recentemente outros historiadores, quando se tomou de assalto a Bastilha, as divisões de classes verticais dentro das principais sociedades do mundo não foram recapituladas como dramáticas diferenças de renda entre sociedades. As diferenças de padrões de vida, digamos, entre um francês *sans-culotte* e um fazendeiro de Deccan eram relativamente insignificantes, comparadas ao abismo que separava dos dois de suas classes governantes. Próximo ao final do reinado de Vitória⁸, porém, a desigualdade das nações era tão profunda quanto a de classes. A humanidade foi irrevogavelmente dividida. E os famosos —prisioneiros da fome— que a Internacional exorta à sublevação, eram invenções tão modernas de fins do mundo vitoriano quanto as lâmpadas elétricas, as pistolas Maxim e o racismo “científico” (DAVIS, 2002, p. 26).

A tese de Davis não deixa dúvida sobre a produção das desigualdades regionais (espaciais) e de classe (econômico/político) sob o imperialismo. São “desigualdades inventadas”, as palavras são de Davis, daí a importância e centralidade que a ciência como saber neutro terá a partir do século XIX. Melhor e mais convincente que a religião na época industrial, a ciência com sua suposta imparcialidade servira à naturalização do capitalismo.

Vejamos também a interpretação semelhante desse quadro, elaborado pelo historiador português João Bernardo⁹:

Durante a sua primeira fase, enquanto as empresas industriais não haviam ainda assumido dimensões oligopolistas, o capitalismo continuou a satisfazer-se com o imperialismo mercantilista. Mas com o desenvolvimento monopolista e a expansão europeia mudou completamente de características, e em vez de ter como função única a penetração comercial, passou a ser orientada em primeiro lugar pela exportação de capital e em segundo lugar pela importação de matérias-primas. Todavia se não quisermos confundir uma relação social com os seus símbolos pecuniários, devemos entender a exportação de capital como a difusão do sistema de trabalho proletário. Ao mesmo tempo, os novos espaços coloniais só podiam produzir nas quantidades e no ritmo necessário às matérias-primas desejadas pelas metrópoles industriais se os nativos fossem afastados das suas atividades

⁸ A chamada Era Vitoriana foi o período compreendido entre os anos de 1837 e 1901 na Grã-Bretanha época do reinado da rainha Vitória e de grande avanço econômico e consolidação do Império colonial britânico.

⁹ Sobre os comentários de João Bernardo a respeito da Geografia, além dos textos citados veja também: BERNARDO, João. Metodologia geográfica e crítica da geografia ideológica. **Revista trimestral de História das Ideias**, Porto, n.1, 1978.

tradicionais e se um grande número deles fosse obrigado à monocultura de plantação e à mineração industrial, o que nestas condições implicava a proletarianização maciça da força de trabalho (BERNARDO, 2004, p. 42).

No mesmo livro Bernardo (2004, p. 24) observa que os interesses privados assumiram junto ao Estado importante papel no projeto de colonização, organizando e financiando expedições. Para tanto, foram cruciais na colonização da África as Sociedades de Geografia e os congressos que elas convocavam, destacaram-se neste projeto e constituíram a infraestrutura científica da conquista territorial.

Vários autores têm destacado a contribuição da Geografia Moderna na justificação do imperialismo e sua forma colonialista. O geógrafo francês Yves Lacoste em sua obra: *A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, talvez tenha sido, senão o primeiro, o mais contundente ao denunciar as relações do saber geográfico e também dos geógrafos, com a guerra e com as práticas do poder. A crítica de Lacoste não se resume ao que conhecemos como Geografia Moderna que datamos a partir dos trabalhos dos alemães Alexandre Von Humboldt e Karl Ritter¹⁰. Para ele, a Geografia existe desde que existem os aparelhos de Estado, desde Heródoto (por exemplo, para o mundo ocidental), que em 446 antes da era cristã, não conta uma História (ou histórias), mas procede a uma verdadeira *enquête* (é o título de sua obra) em função das finalidades do imperialismo ateniense (LACOSTE, 2004, p. 25 - 26, grifos no original). Sobre esta passagem da obra de Lacoste, o geógrafo italiano Massimo Quaini nos oferece a seguinte interpretação:

[...] a partir de Heródoto a geografia nasce e se desenvolve a serviço dos Estados, do imperialismo dos Estados, e que esta antiga função é paralela àquela mais recente e própria da geografia universitária mais moderada, cujo papel ideológico consiste principalmente em esquivar-se à reflexão política sobre o espaço e mascarar as escolhas de política territorial dos grupos dominantes (QUAINI, 1979, p. 17).

Nesse sentido, a história da Geografia (e não somente a moderna, conforme Lacoste) ou pelo menos parte significativa dela se confunde com a história das práticas de poder e das expansões territoriais dos Estados¹³.

¹⁰Na literatura da história do pensamento geográfico é quase unânime o estabelecimento o marco inicial da Geografia Moderna na publicação das obras de Alexandre Von Humboldt e de Karl Ritter. Não há maiores controvérsias em colocá-los como os pioneiros do processo de sistematização dessa disciplina; “a discordância, quando aparece, diz respeito à ênfase dada a um desses autores em detrimento do outro” (MORAES, 2002, p. 15).

De nossa parte, isto é, da parte dos geógrafos brasileiros, nesta mesma linha de argumentação, das relações da Geografia com o imperialismo, Ruy Moreira (2009) nas páginas iniciais do seu livro *O que é Geografia*, escreve:

De olhos voltados para a bacia do Congo, o rei belga Leopoldo II, um monarca estudioso da geografia e ledor assíduo de relatos de expedições científicas, convoca, em 1876, uma reunião de geógrafos, a Conferência Internacional de Geografia. Realizada em Bruxelas e sob a presidência de Leopoldo II, a ela compareceram sociedades geográficas de vários países, além de diplomatas e exploradores famosos. A Conferência de Bruxelas teve como objetivo, traçado pelo próprio Leopoldo em seu discurso de inauguração solene, a tarefa de debruçar-se sobre o continente (MOREIRA, 2009, p. 11).

O filósofo Michel Foucault no livro *Microfísica do Poder* comenta que:

[...] uma pessoa especializada em documentos da época de Luís XIV, consultando correspondência diplomática do século XVII, se apercebeu de que muitas narrativas, que foram em seguidas reproduzidas como narrativas de viajantes e que relatavam um monte de maravilhas, plantas incríveis, animais, animais monstruosos, eram na verdade narrativas codificadas. Eram informações precisas sobre a situação militar do país visitado, os recursos econômicos, os mercados, as riquezas, as possibilidades de relação. De modo que muita gente atribui à ingenuidade tardia de certos naturalistas e geógrafos do século XVIII coisas que na realidade eram informações extraordinariamente precisas, cuja chave parece ter sido descoberta agora (FOUCAULT, 2010, p. 163).

Também Milton Santos em sua obra “*Por uma geografia nova*”, mostra o comprometimento de certa geografia com o projeto colonialista e o imperialismo. Segundo ele:

A utilização da geografia como instrumento de conquista colonial não foi uma orientação isolada, particular a um país. Em todos os países colonizadores, houve geógrafos empenhados nessa tarefa, readaptada segundo as condições e renovada sob novos artifícios cada vez que a marcha da História conhecia uma inflexão. Freemann (1961 p. 9) considera que existe mesmo uma relação entre a expansão da geografia e a da colonização. O ímpeto dado à colonização e o papel nela representado por nossa disciplina teria sido um fator de seu desenvolvimento, (SANTOS, 1980, 14 e 15).

Mais à frente diz:

Tais tendências se agravaram exponencialmente depois de 1945, quando a geografia passou, de maneira ainda mais clara, a estar ao serviço da realização de um projeto imperial. O centro de dispersão das

ideias geográficas começava a transferir-se da Europa para os Estados Unidos.

[...] O após-guerra marca o começo da supremacia americana na economia, a hegemonia da língua americana na difusão das ideias cuja produção também se concentrava nos Estados Unidos. Tal produção de ideias era, em grande parte, a produção de ideias de encomenda, destinadas a facilitar desígnios comerciais e políticos. Isto, por si só, era uma garantia da parcialidade (SANTOS, 1980, p. 85).

Tanto a obra de Moreira como a de Santos, cujas primeiras edições são de 1985 e 1978 respectivamente fazem parte de um legado de ideias combativas produzidas na Geografia no interior do chamado Movimento de Renovação. Este Movimento é, em grande medida, possibilitado pela crise que passa o capitalismo no início da década de 70, nesta crise a Geografia oficial cambaleia (cambaleia, repito, mas não cai), abrindo brechas para que o pensamento crítico filho da geografia marginal, até então enclausurado (no Brasil, tal situação é agravada pela ditadura civil-militar), pudesse florescer. Não podemos, contudo, supor, por mais importante que possa ser que o Movimento de Renovação só pôde existir devido à crise do capitalismo, ao contrário, ao globalizar o capital globaliza também, suas contradições e cria nesse movimento os sujeitos que o negam em todos os lugares.

Na década de 1980 o geógrafo espanhol Horácio Capel (1981) publica a obra: *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea*. Assim como a obras de Santos e Moreira, Capel também está preocupado com a história e a teoria geográfica. Preocupado com a história da Geografia, também expõe criticamente as relações da Geografia com o imperialismo. O conteúdo destas relações está exposto de uma melhor forma no capítulo VII do livro, cujo título é Sociedades Geográficas, Geografia e Imperialismo.

Sobre isto, deixemos o próprio Capel falar:

La geografía se convirtió desde la segunda mitad del siglo XIX en una ciencia al servicio de los intereses imperialistas de los países europeos. El conocimiento de los países coloniales constituía una apremiante necesidad para los gobiernos europeos, que estimularon por ello no solo la realización de exploraciones, base importante de conocimiento geográfico, sino también la creación de centros de estudios dedicados a la investigación de los países de ultramar. Dichas instituciones estaban destinadas a elaborar un cuerpo de conocimientos sobre los países no europeos y a formar a los funcionarios coloniales: la cartografía, la geografía, la medicina tropical y la etnografía se cuentan entre las ramas científicas que obtuvieron notables beneficios,

y la geografía, además unas ciertas preocupaciones, métodos y tradiciones ¹¹ (CAPEL, 1981, p. 173).

Nessa trajetória de argumentação Capel (1981, p.174) observa que a expansão das Sociedades Geográficas criou um ambiente favorável ao desenvolvimento da ciência, bem como da ciência geográfica. Também demonstra que o desenvolvimento da Geografia como ciência se realiza *pari passu* à expansão colonial. Nesse sentido, a Geografia moderna (sec. XIX) é construída como importante instrumento na construção e consolidação dos Estados Nacionais no final do século XIX e princípio do século XX.

Recentemente um tema novo enriquece o debate no âmbito das ciências sociais; debate este que, como não poderia ser diferente, até mesmo por sua natureza, chega também e com força à Geografia: o debate em torno da ideia da globalização. Nesse sentido, assim como o tema do imperialismo, este também não será um tema exclusivo da Geografia, por mais que esta tenha auxiliado na tarefa de conhecer e dominar todos os cantos do mundo.

Sobre a origem do processo de globalização observa Moreira:

Há um consenso da globalização como a decorrência do processo de uma sociedade fundada na economia do mercado que se inicia com os grandes eventos do Renascimento. Há dissenso quanto ao modo como este processo se deu e assim ao que é e significa globalização (MOREIRA, 2001, p. 18).

Moreira faz distinção entre o período que se pode falar imperialismo que para ele é a forma como o capitalismo se organiza entre os anos de 1870 até 1970 e a globalização que seria o período mais recente da organização do capitalismo, pós-1970. Para ele, o imperialismo foi a antessala da globalização aonde a indústria chegou à supremacia; a globalização é o período presente que tem a supremacia do capital financeiro.

Também quanto a este tema o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves diz que:

¹¹ Tradução do autor: A Geografia se converteu a partir da segunda metade do século XIX em uma ciência a serviço dos interesses imperialistas dos países europeus. O conhecimento dos países coloniais constituía uma premente necessidade para os governos europeus, que estimularam por isto não apenas a realização de explorações, importante base do conhecimento geográfico, mas também a criação de centros de estudos dedicados à investigação dos países no exterior. Estas instituições destinavam-se a desenvolver um corpo de conhecimentos sobre países não europeus e a formar funcionários coloniais: a cartografia, a geografia, a medicina "tropical" e a etnografia encontram-se entre os ramos científicos que obtiveram benefícios notáveis e a geografia, além disso, algumas preocupações, métodos e tradições (CAPEL, 1981, p. 173).

Embora existam diferentes entendimentos sobre quando teria se iniciado o processo de globalização, há um relativo consenso de que dos anos de 1970 para cá passamos a viver um novo período histórico ao qual tem se associado esse nome. O geógrafo Milton Santos chamou-o período técnico-científico-informacional (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 21).

Nota-se que o conceito de globalização para Porto-Gonçalves é mais elástico, compreendendo o período que se inicia no século XV, com o colonialismo e a construção do mundo moderno, até hoje. Nesse sentido, no livro *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização de Porto-Gonçalves* sugere quatro períodos nos quais se pode compreender o processo de globalização:

1) O Colonialismo e Implantação da Moderno-colonialidade (do século XV-XVI ao século XVIII... até hoje); 2) O Capitalismo Fossilista e o imperialismo (do século XVIII ao início do século XX... até hoje); 3) O Capitalismo de Estado Fossilista Fordista (de 1930 aos anos 1960-70... até hoje); 4) A Globalização Neoliberal ou Período Técnico-científico-informacional (dos anos 1960 até hoje) (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 23).

O enunciado “até hoje” escrito, repetidamente, ao final de cada período, significa que o autor não analisa os períodos como etapas fechadas, mas sim dialeticamente como a superação e assimilação do velho pelo novo, reelaborando permanentemente novas configurações histórico-geográficas dentro de um mesmo processo geral. Uma hipótese de data inicial do processo de globalização, segundo ele, seria o ano de 1492 com a descoberta da América, pois, para o autor daí em diante a História e a Geografia deixam cada vez mais de ser regionais para ser mundiais. É o começo da construção do mundo moderno.

Segundo ele,

A descoberta da América foi decisiva para a consolidação da hegemonia europeia no mundo e isso ao preço da servidão, etnocídio e, até mesmo, genocídio dos povos indígenas e da escravidão para fins de produção mercantil de negros trazidos da África, com a consequente desorganização das sociedades originárias e a exploração de seus recursos naturais por todo o lado (ecocídio) (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 24).

Nesse sentido, a emergência da América surgiu como a possibilidade da Europa se afirmar como centro hegemônico no mundo. A América aparece como o grande laboratório onde se forjará com a cruz, a espada, as doenças e a ciência a

acumulação primitiva necessária para a afirmação mundial da burguesia europeia nascente. Sincronicamente a isto Capel (1995, p. 247) afirma que, “De cierta manera podría afirmarse que la geografía moderna nació durante el siglo XVI en América, en el esfuerzo por reconocer, describir, estudiar y organizar las nuevas tierras descubiertas”.

Dissemos no início deste capítulo que Milton Santos talvez tenha sido no Brasil, entre os geógrafos, o que mais se comprometeu com o debate em torno da ideia da globalização. Tema este que pode ser encontrado em vários artigos e livros seus publicados. Dentre eles destacamos: Por uma outra globalização.

Este livro sintetiza as ideias de Santos a respeito do processo de globalização. Para ele, a ideia de globalização da forma que nos é apresentada refere-se ao um mundo único, formado por um único pensamento e uma única forma de poder explicá-lo. Criticando essa ideia, propõe que a existência do mundo seja vista de três formas, quais sejam 1) a globalização como fábula; 2) a globalização como perversidade; 3) o mundo como ele pode ser: uma outra globalização. A primeira forma é produzida pela ideologia, mostrando o mundo como homogêneo e uniforme; a segunda é o real não mistificado pela ideologia, onde se vê os baixos salários, os famintos, a escola precária, a doença sem medicina, a corrupção etc.; a terceira forma é a busca da construção de uma globalização mais humana, coletiva, de baixo.

Nesse sentido, Santos (2000) reconhece vários movimentos que são indicativos da construção de uma nova história. Para ele a universalidade agora faz parte da experiência de cada um (está no plano do empírico) e isto possibilitaria escrever uma nova história. Para Santos,

A globalização é de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política (SANTOS, 2000, p. 23).

Sobre o estado das técnicas comenta que,

As bases materiais do período atual são entre outras, a unicidade da técnica, à convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o capital se apoia para construir a globalização perversa de que falamos acima. Mas estas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos. Parece que as condições históricas do fim do século XX apontavam para esta última possibilidade (SANTOS, 2000, p.20).

Também a geógrafa Maria Laura Silveira (2002, p. 44) diz que a globalização deve ser entendida como um período e um discurso. O período é o meio técnico-científico-informacional e o discurso é a ideologia que antecede ao período, justificando a necessidade da modernização. O estado da política é comandado pelo mercado dito global. A base técnica atual cria a possibilidade das finanças se imporem como universal, impondo a todo o globo uma mais-valia universal. Essa mais-valia universal, exploração de todos, é ela que dará a unicidade ao mundo, é o seu motor. A mais-valia universal é o motor único, impondo uma única forma de pensar e agir, atuando na história e na geografia mundial. Entretanto, Santos difere globalização de imperialismo, pois para ele:

Havia com o imperialismo, diversos motores, cada qual com sua força e alcance próprios: o motor francês, o motor inglês, o motor alemão, o motor português, o belga, o espanhol etc., que eram motores do capitalismo, mas empurravam as máquinas e os homens segundo ritmos diferentes, modalidades diferentes, combinações diferentes. Hoje haveria um motor único que é exatamente, a mais-valia universal (SANTOS, 2000, p. 29).

Nessa interpretação a ideia de imperialismo parece estar atrelada à ideia de Estado-nação (vários motores), típico do imperialismo à época do processo de colonização, iniciada com a partilha do mundo no século XIX¹². A globalização é justamente esse momento da produção e realização da mais-valia universal (um único motor), é a generalização do mundo da mercadoria a todo canto do mundo, conforme nos ensinou Marx. O sujeito desse processo produtor da mais-valia global neste momento são as empresas mundiais por intermédio da tecnologia. O ponto forte da análise de Santos é que o período chamado de globalização marca uma época em que é permitida apenas uma forma de uso dos recursos pela humanidade: o uso ditado pelo mercado.

Nesse interim podemos argumentar que se trata também da exploração do trabalho em níveis mais amplos e complexos, pois estas grandes empresas, que possuem tecnologia avançada, conforme nos fala Santos, são as mesmas que mais exploram e com melhores condições as aptidões físicas e intelectuais dos trabalhadores. Ganha visibilidade, inclusive teórica, novas formas de exploração do

¹² Importante observar que no Programa Roda Viva da TV Cultura exibido no dia 31/03/1997, Milton Santos em resposta a uma pergunta feita pela professora Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi sobre as razões do não uso do conceito de Imperialismo respondeu que: A globalização é o estágio supremo do imperialismo.

trabalho. Daí, do lado dos explorados, ou seja, dos trabalhadores, há aqueles que estão sujeitos à lógica da mais-valia relativa e aqueles que estão sujeitos à lógica da mais-valia absoluta¹³.

A sensibilidade teórico/política demonstrada por Santos em suas obras para com os problemas do mundo atual é enorme, como também é enorme seu otimismo em relação às possibilidades das mudanças, não havendo dúvidas de que lado da história ele estava. Contudo, é preciso perguntar se é possível construir uma globalização mais humana, e também, se a base técnica criada para montar e aperfeiçoar um mundo fundamentado na exploração do homem e da natureza pelo homem pode servir para um mundo sem exploração, ou seja, sem capitalismo. Sobre o tema observa o professor João Paulo Netto,

Os analistas mais críticos procuraram vincular o *espírito do tempo* expresso pelo pensamento pós-moderno às transformações econômico-políticas e societárias operadas no mundo a partir dos anos de 1970 - num esforço de que o resultado mais conhecido foi o alcançado por Harvey. Consideradas nas suas inclusividades, tais mudanças operam, sem quaisquer dúvidas, uma inteira reconfiguração da ordem do capital, sem eliminar (antes, recolocando-as em novos patamares e aprofundando-as) as suas contradições elementares e a sua dinâmica essencialmente exploradora; a reconfiguração então implementada e ainda em curso veio e vem exponenciando, no nível econômico, a sua tendência a concentrar polarizadamente riqueza e pauperismo, no nível social a barbarizar a interação humana, no nível político a acentuar a antidemocrática e, em relação ao meio ambiente, a sua destrutividade características do capitalismo contemporâneo, emergente a partir de meados dos anos 1970, que a retórica da globalização oculta e mistifica (NETTO, 2010, p. 257).

A respeito do estado da técnica Osvaldo Coggiola observa que:

Para Marx e Engels a técnica constituía um importante elemento de libertação do homem, mas é preciso assinalar que ela não poderia cumprir plenamente esse papel positivo senão na sociedade socialista. Isso significa que a técnica deveria estar a serviço das necessidades humanas, e não da classe capitalista e, por outro lado, que deveria apoiar-se sobre a totalidade dos conhecimentos científicos. Para os

¹³ Segundo João Bernardo no capitalismo não existe um tempo único, e o lucro dos patrões resulta de defasagem que eles são capazes de introduzir entre esses vários tempos. Se durante as mesmas oito horas a intensidade do trabalho duplicar, quer dizer, se a pessoa executar o dobro das operações dentro dos mesmos limites extremos, o tempo de trabalho despendido duplica também; a jornada de trabalho passa a corresponder a duas das anteriores, ou seja, em oito horas de relógio a pessoa executa o equivalente a dezesseis horas do trabalho anterior. O mesmo se passa com o trabalho qualificado, que equivale a vários trabalhos elementares; durante uma dada jornada o tempo de trabalho real aumenta na proporção em que o trabalho se torna mais qualificado (BERNARDO, 2000, p. 63).

marxistas, a técnica não tem "em si", um papel positivo. No final do século XIX e no início do século XX, é claro que os aspectos negativos, destrutivos, da técnica, eram incomparavelmente mais reduzidos do que os seus aspectos positivos, o que explica que os marxistas tenham aparecido então como defensores "incondicionais" do progresso técnico, combatendo todas as ideologias conservadoras e passadistas, que se opunham a esse progresso (COGGIOLA, 2006, p. 22).

Nesse sentido, do ponto de vista de uma crítica à esquerda sobre a construção de uma globalização mais humana, talvez devêssemos continuar debatendo e propondo a construção de uma sociedade comunista¹⁴. Dessa forma argumenta David Harvey (2010, grifos no original) quando diz: Se, como o movimento de globalização alternativa dos anos 1990 declarou: um outro mundo é possível, “então por que não dizer também outro comunismo é possível”?

Para concluirmos esta discussão sobre as ideias do imperialismo e da globalização na Geografia, continuaremos a conversa iniciada no parágrafo anterior com Harvey. Este tem feito importante esforço para compreender as mudanças recentes no capitalismo a partir de um referencial marxista. Há uma extensa lista de livros que começando com a publicação de *Los límites del capitalismo y la teoría marxista* e que tem continuidade posteriormente com as publicações de *Espaços de Esperança*, *O Novo Imperialismo* e *O Neoliberalismo: história e implicações*.

Do ponto de vista que nos interessa neste capítulo, uma conversa sobre as ideias de imperialismo e globalização, também é em *Los Límites* onde encontramos bem fundamentada uma teoria sobre o desenvolvimento do capitalismo e suas contradições sob a ótica do materialismo histórico. O olhar atento de Harvey no curso da obra principal de Marx “*O Capital*”, que começa com a mercadoria e passa pelas crises, estava fixo no capítulo XXXIII onde Marx trata a *Teoria Moderna da Colonização*, de onde extrai para a Geografia a *Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual*.

Harvey questiona inicialmente as razões, pelas quais, Marx que tinha até então analisado o capitalismo como sistema fechado, puro, encerrava o volume I com uma análise histórica de uma formação social concreta: a América. Para ele Marx tinha em mente demonstrar e denunciar as contradições do capitalismo a partir do conceito da

¹⁴ De qualquer forma é bastante conhecido e respeitado no seio dos movimentos populares o esforço de Milton Santos no sentido da construção de uma geografia mais generosa. Nunca esqueci que certa vez assistindo a entrevista de Milton com o jornalista conservador Boris Casoy, quando Milton falava da necessidade da construção de um mundo melhor, o mesmo perguntou se era o socialismo, Milton Santos serenamente respondeu dizendo: *Não sei qual o nome, mas a sociedade a qual proponho é aquela em que as pessoas para ter dignidade não precisam necessariamente ser ricas.*

acumulação primitiva. Na época a burguesia dizia que o capital devia seu início a frutífera capacidade de trabalho do próprio burguês e que a força de trabalho se originou de um contrato social feito livremente entre aqueles que ficaram ricos pela frugalidade e aqueles que optaram por não o fazer. No entanto, conforme observa Harvey (2010), citando Marx, esta linda fantasia fica destroçada nas colônias, onde fica claro que o trabalhador só pode acumular para si mesmo quando ele é dono dos meios de produção. Nesse caso, não é capital, pois o mesmo só pode existir a partir do momento em que expropria do produtor direto seus meios de produção, fazendo dele um trabalhador livre, um assalariado, o capital como relação social só pode existir dessa forma. A burguesia europeia se vê então obrigada a descobrir-se no Novo Mundo.

Problematizando as observações extraídas do capítulo XXIII de “*O Capital*” a respeito da moderna colonização, Harvey (2004, p. 40), a partir de uma querela com o pensamento de Hegel, questiona se a expansão espacial do capitalismo (imperialismo e o colonialismo) possibilita resolver as contradições internas geradas pelo processo de acumulação numa espécie de fuga para frente¹⁵. Já que o capitalismo, um modo de produção altamente polarizado, produz riqueza em um lugar e miséria em outro. Nesse sentido, Harvey vai afirmar que:

El capitalismo no se desarrolla sobre una superficie plana dotada por todas partes de materias primas y de fuerza de trabajo homogénea, com vias y medios de transporte en todas direcciones, sino que crece y se extiende dentro de un ambiente geográfico sumamente variado que abraça gran diversidad en la munificencia de la naturaleza y en la productividad de la fuerza de trabajo [...] ¹⁶ (HARVEY, 1990, p. 418).

Segundo Harvey, há sempre uma tendência do capital de aglomerar-se, pois se sabe que isto barateia os custos de sua reprodução e diminui o tempo da circulação. Circulação entendida como o tempo em que o capital leva para produzir e realizar a mais-valia, ou seja, realizar o ciclo: $D - M - D'$, produzindo ao final o lucro ¹⁷.

¹⁵ Espécie de um *canibalismo* em que o capitalismo produz a crise e se refaz nela, uma fase profundamente destrutiva que acompanha o itinerário do capital desde seu nascedouro e poderá arrastar a todos para a barbárie.

¹⁶ “O capitalismo não se desenvolve sobre uma superfície plana dotada por todas as partes de matérias prima e de força de trabalho homogênea, com vias e meios de transporte em todas as direções” (tradução livre do autor).

¹⁷ “Tempo de circulação aqui entendido não como tempo de transporte, mas sim como tempo gasto pelo capital para realizar metamorfoses entre a forma dinheiro e a forma mercadoria. Este processo de valorização só está completo quando a mais-valia gerada no tempo de produção transforma-se em lucro. Esta transformação só se dá no tempo de circulação. Apenas no mercado, realizando-a na

Nesse sentido, a aglomeração de pessoas e a formação de enormes núcleos urbanos, como nas metrópoles, torna no capitalismo monopolista uma tendência. Assim pode-se observar que,

La tendencia a la concentración geográfica se opone a la tendencia a la dispersión, y no hay una garantía de equilibrio estable entre ellas.

Las fuerzas que llevan a la aglomeración pueden fácilmente colaborar unas con otras y producir una concentración excesiva que se opone a la acumulación ulterior. Las fuerzas que llevan a la dispersión pueden igualmente salirse de control. Además, las revoluciones en la tecnología, en los medios de comunicación y transporte, en la centralización y descentralización de capital (incluyendo el grado de integración vertical), en los arreglos monetarios y de crédito y en las infraestructuras sociales y físicas, afectan materialmente el equilibrio de las fuerzas que están en acción. Esto empuja al capital hacia fases – algunas veces simultáneas y otras sucesivas – en que se ahondan y se amplían la configuraciones espaciales de las fuerzas productivas y las relaciones sociales.

Es a través de estas teorías que podemos entender mejor el desarrollo acelerado de las fuerzas productivas en un lugar y su retardo relativo en outro[.]¹⁸ (HARVEY, 1990, p. 421) .

Como o desenvolvimento do capitalismo é polarizado, aglomerar significa também juntar no espaço riqueza de um lado e miséria de outro. “La concentración de la miséria forma un terreno fértil para la conciencia de clase y la inquietud social. Entonces comienza a verse cada vez más la dispersión espacial” (HARVEY, 1990, p. 421)¹⁹.

Entretanto, Harvey alerta que não é tão simples dispersar. A dispersão também encontra poderosas resistências. Abandonar toda uma infraestrutura física e social conquistada durante anos, não se faz sem segurança. Nesse sentido, o capital avança

venda, os capitalistas podem verificar quanto da mais-valia produzida pode ser realmente apropriada, quanto da mais-valia pode ser transmutada em lucro” (FERRARI, 2008, p. 101).

¹⁸ “A tendência à concentração geográfica se opõe à tendência à dispersão, e não há uma garantia de equilíbrio estável entre elas. As forças que levam a aglomeração podem facilmente produzir uma concentração excessiva que se opõe à acumulação anterior. As forças que levam à dispersão podem, igualmente, sair do controle. Ademais as revoluções em tecnologia, em meios de comunicação e de transporte na centralização e descentralização de capital (incluindo o grau de integração vertical) nas convenções monetárias e de crédito, nas infraestruturas sociais e físicas, afetam materialmente o equilíbrio das forças que estão em ação. Isto impõe fases ao capital - algumas vezes simultâneas outras sucessivas - em que abundam e ampliam as configurações espaciais das forças produtivas e das relações sociais”.

[...] “é através dessa teoria que se pode entender melhor o desenvolvimento acelerado das forças produtivas em um lugar e não outro” (HARVEY, 1990, p. 421), (tradução livre do autor).

¹⁹ “A concentração da miséria forma um terreno fértil para a consciência de classe e a inquietação social. Então se torna cada vez mais atrativo a dispersão espacial”, (HARVEY, 1990, p. 421), (tradução livre do autor).

sempre para lugares de menor resistência, ou seja, lugares onde possa contar com uma logística favorável à sua realização e também onde haverá menor resistência por parte da população local. Todavia, se não for possível encontrar estas condições prontas entra em cena o Estado, construindo infraestruturas físicas, buscando construir o consentimento em torno da instalação do empreendimento ou, se houver necessidade, reprimindo através da justiça e da ação policial.

Outra importante consideração a ser feita é a respeito da desvalorização do lugar e suas consequências para os trabalhadores Harvey (1990, p.423) aponta que “En tiempos de crisis más general surgen amargas luchas sobre cuál localidad há de soportar o peso da devaluación que llegará seguramente”²⁰. A reestruturação da base produtiva para responder aos efeitos da crise acarretará sincronicamente também uma reestruturação espacial. Exemplo no Brasil recente é o caso da desindustrialização do ABC paulista e a industrialização de cidades como Uberlândia e Catalão a partir da década de 1970.

Relativo ao lugar os efeitos são diversos, constando inclusive a chantagem por parte do capital na luta pela redução de impostos, exigidos tanto para permanecer no local ou para migrar-se²¹. É nesta linha de argumentação que Harvey, afirma que os efeitos da reestruturação serão também sentidos pela classe trabalhadora, que em algum momento terá que se decidir entre a luta revolucionária ou o reformismo - abrir mão de direitos e da luta política - para que possa manter seus empregos e seu bem-estar e momentaneamente também poderão ser parceiros na luta para que o capital permaneça no local.

Estando de acordo com o raciocínio exposto anteriormente podemos concluir que o desenvolvimento desigual do capitalismo, produz configurações espaciais (regiões, lugares, pessoas) que são constitutivas da dinâmica própria do processo de acumulação. É nesse sentido que também se pode dizer que no capitalismo a divisão do trabalho assume uma forma territorial e que a circulação do capital em determinadas restrições espaciais forma configurações confinadas regionalmente (HARVEY, 1990). Pode-se assim dizer que a mais-valia agora universalizada pode ser

²⁰“Em tempos de crise geral surgem amargas lutas sobre qual localidade há de suportar o peso da desvalorização que chegará seguramente”, (HARVEY, 1990, p. 423), (tradução livre do autor)

²¹ O caso da Mitsubishi Motor Company (MMC) na cidade de Catalão em Goiás é um bom exemplo disso, bem como o caso da Ford que deixou o Rio Grande do Sul e foi para a Bahia. Em proporções semelhantes pequenas empresas que vão para pequenas cidades exigem o terreno, terraplanagem por conta da Prefeitura, ajuda com mão de obra, materiais como terra, areia, etc.

produzida num lugar, realizada noutro e acumulada em outro, separando a produção e a distribuição geográfica da mais-valia²².

A universalidade do capital dá-se em fragmentando o espaço, ao mesmo tempo em que fragmenta e dilapida a classe trabalhadora. Fragmentação espacial semelhante a já existente fragmentação social. A respeito da universalidade do capital e os efeitos das fragmentações sobre a classe trabalhadora, podemos aprender um pouco mais com as ideias de Bernardo,

Não deve confundir a mundialização da economia com a mundialização das classes sociais. Há uma defasagem entre as duas questões. A internacionalização e, em seguida, a transnacionalização do capitalismo implicaram, portanto, o reforço dos capitalistas. Em termos sociais, uma classe fortalece-se quando mais coesa está. Isto significa que os capitalistas aumentaram a sua coesão à escala internacional. Ora, o reforço dos exploradores só se opera mediante a debilitação dos explorados. Trata-se de dois aspectos de uma mesma realidade. A fraqueza dos explorados corresponde à sua fragmentação social, e as fronteiras nacionais são uma das formas assumidas por esta divisão. Atualmente temos uma economia transnacionalizada, capitalistas internacionalizados e trabalhadores repartidos por nações (BERNARDO, 2000, p. 47).

Que lições tirar de tais ideias? Que no capitalismo as restrições espaciais e sociais, são maiores para os trabalhadores. Sabe-se de longa data que somente a uma classe o direito de ir e vir, tão cantado pela mídia conservadora, está consolidado: a burguesia, legítima dona do capital. Contudo, poderá a burguesia manter os trabalhadores assim, confinados em espaços restritos? De certo que não.

Falamos anteriormente que Harvey em entrevista à revista *New Left Review* comentou a importância que teve a energia intelectual desprendida na elaboração de *Los Límites* em suas obras posteriores. Penso que seja possível reconhecer um fio condutor que liga as ideias propostas nessa obra com obras posteriores como é o caso do livro *Espaços de Esperança*. Nesta obra, especificamente no capítulo IV, analisa as razões pelas quais a globalização tornou-se uma palavra-chave no entendimento do mundo contemporâneo. Uma das perguntas que o autor faz, e que nos interessa mais de perto, é a respeito do abandono de conceitos tradicionais utilizados pela esquerda como o de imperialismo em favor do conceito de

²² “A mais-valia não se realiza mais onde é produzida. Ela se reparte em escala mundial em função da estratégia das potências econômicas, financeiras e políticas. A produção, a realização e a repartição da mais-valia concernem assim, ao espaço planetário como um todo” (LEFEBVRE, 2008, p. 158).

globalização. A preocupação inicial do autor é no sentido de reconhecer a recente e importante tendência da espacialização no seio da teoria social e ao mesmo tempo criticar que isto tem sido feito muitas vezes abrindo mão parcial ou total das formulações marxistas (HARVEY, 2004).

David Harvey considera a globalização como um projeto geopolítico introduzido pelos interesses comerciais e militares dos Estados Unidos com o apoio de frações da burguesia em vários lugares. No entanto, o autor, antes de jogar fora o conceito de globalização, elabora um arrazoado conceitual, através do qual compreende o processo de globalização como um processo produtor de desigualdades temporais e espaciais (HARVEY, 2004, p. 87). Nesse sentido, apresenta a proposta (para os que têm compromissos com a luta anticapitalista) de mudança do termo globalização para *desenvolvimento geográfico desigual*. Nesta proposta a desigualdade é que fundamenta o entendimento do mundo e possibilita, através do mesmo, a organização e ação da luta política, alinhavando lutas locais com lutas globais.

Contudo, o próprio Harvey reconhece que pensar esta relação do local com o mundo não é tarefa fácil²³. É notório que a expansão do capitalismo desde as grandes navegações até hoje, o tem levado a praticamente todos os rincões da terra. Entretanto, o fato de estar presente não quer dizer plenamente realizado, desde outrora até hoje são significativas às resistências o projeto imperialista dos capitalistas em todos os lugares. Isto, contudo, também não nos autoriza afirmar que estas resistências tenham sido bem-sucedidas, historicamente do lado dos trabalhadores desde outrora até hoje se acumulam muito mais derrotas que vitórias²⁴. Mas como o capitalismo é histórico²⁵, ou seja, feito por homens de carne, osso e ideias, as palmas da burguesia são sempre provisórias.

A esta altura da conversa alguém poderia perguntar: mas qual a razão de escrever sobre o imperialismo, a globalização e terminando com o local? São muitas as razões, tanto teóricas, quanto políticas, no entanto muito difíceis de serem debatidas, pois é um problema histórico, teórico e prático que atravessa a história da Geografia.

²³ No nosso caso, ou seja, no caso desta pesquisa desvelar o que é o mundo na Região Sudeste de Goiás e em Goiandira.

²⁴ “Só no desenvolvimento da luta, na crua escola das derrotas, a classe operária irá aprender, mesmo que saiba já para que lutar, o onde e como da sua luta” (BERNARDO, 1974, p. 314).

²⁵ O termo “capitalismo histórico” é bastante conhecido através do pensamento de Immanuel Wallerstein exposto em seu livro: *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*.

Em seu *O Dezoito de Brumário*, certa vez Karl Marx (1974) escreveu:

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes das sociedades estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os camponeses **apenas uma ligação local** e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe (MARX, 1974, p. 403, grifo nosso).

Nesse sentido, conforme nos ensina Marx, entendemos que para ser classe não basta ser igual, não basta ter relações locais, por mais fortes que sejam, há também que ter ação de classe²⁶. Sendo a classe um processo, a reflexão de Marx é válida não apenas para os camponeses, mas para todos os trabalhadores de forma geral. Assim o movimento do capital, no sentido de estar presente em todos os cantos, abre a possibilidade, talvez inédita, para a internacionalização dos trabalhadores numa luta anticapitalista. A luta dos camponeses contra o *agronegócio*, por exemplo, está possibilitando a construção de novos sujeitos como a Via Campesina, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na luta contra a construção de barragens, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) na luta pela democratização da terra, do Movimento Camponês Popular (MCP) na luta pela reforma agrária, no combate à fome e à miséria no campo.

O proletário, sujeito revolucionário de Marx foi sacudido violentamente, pela reestruturação do capital da década de 70 buscando seu caminho que atualmente significa salvar o emprego para uns e continuar vivendo para todos. Hoje o conjunto da classe trabalhadora, profundamente fragmentada experimenta uma época em que as condições de base para a superação dos seus problemas possam se realizar, mas que ainda não conseguiu construir as condições no interior da própria classe, condições estas que permitirão realizar a superação.

Após situarmos nossa reflexão a respeito da atual conjuntura do modo capitalista de produção percorrendo os desdobramentos do imperialismo a atual fase chamada por muitos de globalização, não pretendemos ficar por aí, os desdobramentos do mundo na sua forma contemporânea: a reestruturação produtiva

²⁶ Projeto que a universaliza no contraditório.

e o neoliberalismo se fazem necessários para compreensão da Geografia atual e as consequências de tais movimentos para a classe trabalhadora.

2 A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA E O NEOLIBERALISMO

...qualquer balanço atual do neoliberalismo só pode ser provisório. (Perry Anderson, 1995).

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas políticas econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (David Harvey, 2008).

A penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um "mais Estado" policial e penitenciário o "menos Estado" econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto do Primeiro como do Segundo Mundo. (Loïc Wacquant, 2004).

As citações de David Harvey e Loïc Wacquant expressam claramente as contradições entre o discurso e a prática neoliberal: liberdade e coerção. De forma mais contundente, pelo menos no Brasil, desde a queda do muro de Berlim em 1989, e consequentemente queda do Socialismo Soviético, que a mídia burguesa tem produzido verdadeiro espetáculo, transformando estes fatos em sinônimo da liberdade *pari passu* com os *novos tempos* da agenda neoliberal, chegando ao cinismo de até mesmo proclamar o fim da história, do Estado-Nação, das ideologias e outros fins que lhes são convenientes.

Como nos ensina o velho camponês: que ao falar de alguma coisa é sempre bom *começar pelo começo*, então vamos começar. Sobre as origens do neoliberalismo o historiador inglês Anderson comenta que,

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um

ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: "Apesar de suas boas intenções, a socialdemocracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna (ANDERSON, 1995, p. 09).

Embora o entusiasmo dos feiticeiros da nova ordem da economia e da política (os feiticeiros financeiros da *Mont Pelerin Society*²⁷ foram, entre outros, Friedrich Von Hayek, Milton Friedman e Karl Popper) o neoliberalismo não se implanta de imediato, logo após a II Guerra Mundial. Há um razoável percurso de aproximadamente três décadas em que as forças do capital e do trabalho “estarão mais equilibradas”. Nesse percurso a forma do Estado capitalista foi a do *Estado do Bem-estar Social*. Esta forma de Estado, segundo Ruy Moreira,

[...] é a que este adquire quando nos finais do século XIX e começos do século XX a forma liberal entra em crise. É assim o fruto de uma reforma realizada para reestruturar o modo como então se relacionavam política e economia, provocada por três importantes transformações em curso: (1) o nascimento da ação clandestinamente organizada dos trabalhadores urbanos; (2) a passagem do capitalismo da fase competitiva para a dos monopólios; e (3) a consequente crise de regulação mercantil (MOREIRA, 2004, p. 134).

Este período liberal que vai do final do século XIX até início do século XX é um momento de grande competição entre os capitais. Esta competição faz com que algumas empresas com menor condição de disputa sejam absorvidas por outras, dando origem aos monopólios e uma forma de organização do capitalismo em grandes

²⁷ A Declaração da Fundação da Sociedade diz: —Os valores centrais da sociedade se acham em perigo. Em grandes extensões da superfície da terra, as condições essenciais da dignidade e da liberdade humana desapareceram. Noutras, acham-se na constante ameaça do desenvolvimento das atuais tendências políticas. A posição do indivíduo e o grupo de autônomo se acham progressivamente solapados por avanços do poder arbitrário. Mesmo o mais precioso bem do Homem Ocidental, a liberdade de pensamento e de reflexão, encontra-se ameaçado pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando em posição minoritária, buscam apenas galgar uma posição de poder a partir da qual possam suprimir e obliterar todas as concepções que não são sua. O grupo sustenta que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos pela ascensão de uma concepção de história que nega todos os padrões morais absolutos e de teorias que questionam o caráter desejável do regime direto. E sustenta ainda que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos por um declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo; porque, sem o poder e a iniciativa difusos associados a essas instituições, torna-se difícil imaginar uma sociedade em que se possa efetivamente preservar a liberdadell (HARVEY, 2008, p. 29).

corporações²⁸. Também do lado dos trabalhadores haverá uma rica experiência de solidariedade, organização e luta política cujos exemplos maiores são a organização operária em torno da Social Democracia Alemã, cuja crise culmina à época de Rosa Luxemburgo e a organização dos bolcheviques na Rússia.

A concorrência entre empresas enfraquecia o capital e aumentava sua dependência em relação ao trabalho, ficando os operários frequentemente mais bem organizados (sindicatos) para resistir ao capital. O movimento operário europeu cujo modelo é o social democrata que se divide entre aqueles que passaram a lutar pelas reformas dando prioridade à luta parlamentar e às alianças com a burguesia e àqueles que continuaram com a bandeira da revolução, como Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht por intermédio da Liga Spartakus. Na Rússia o movimento desemboca na primeira Revolução Socialista da história no ano de 1917 (MOREIRA, 2004). Seja qual for o caminho que fora tomado pelos trabalhadores nesta época, já não terá mais o mesmo ímpeto revolucionário de antes. A via estatal da luta contra o capitalismo é o caminho inaugurado pela socialdemocracia e conseqüentemente será o principal caminho para o movimento operário daí em diante.

Entrementes, também os grandes capitais monopolizados na época na forma dos trustes, cartéis, holdings, etc., não tinham condições e também não queriam, por si mesmos, construir as *Condições Gerais de Produção*²⁹ que necessitavam. Precisavam eles de uma estrutura de poder, financiamento, força policial e de convencimento (escolas, leis, previdência, etc.) que não dispunham para o novo momento. Nesse contexto, a mão invisível de Adam Smith (o mercado) ao menos por enquanto *não* serve aos interesses da burguesia, mas sim a mão visível do poder: o Estado³⁰.

²⁸ No Brasil, dentre outros autores, este período será analisado por Oliveira (1989) no livro: *A Economia da Dependência Imperfeita*. Deve-se maior atenção ao capítulo III do livro: *Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)*. Período este que se estendeu durante os governos dos presidentes Vargas, Kubitschek até Geisel, onde se verifica mudança no padrão de acumulação.

²⁹ As *Condições Gerais de Produção* incluem, em suma, todo o conjunto das infraestruturas materiais, tecnológicas, sanitárias, sociais, culturais e repressivas indispensáveis à organização geral do capitalismo e ao seu progresso (BERNARDO, 1998, p. 31). Para uma discussão mais aprofundada do tema neste mesmo autor ver: BERNARDO, João. **Economia dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991, Capítulo 3, p. 155.

³⁰ Sobre o Estado —Recordemos a frase de Engels, caracterizando o Estado como o comitê de negócios da burguesia. Uma definição deste tipo obedece ao modelo de mercado, onde é possível a resolução de conflitos de interesses mediante o regateio entre os vários intervenientes. Do mesmo modo o Estado seria, para Marx e Engels, além de um aparelho de coação sobre a classe explorada, uma espécie de árbitro das divergências surgidas entre os exploradores. Por isso mesmo o marxismo ortodoxo situou os aparelhos políticos na superestrutura, tal como o mercado funciona num plano acima da produção. Ora, na perspectiva que aqui apresento o Estado enquanto instituição reguladora da concorrência entre capitalistas se localiza na esfera da produção e pertence, portanto, à infraestrutura. Com esta afirmação, eu não estou apenas propondo uma nova maneira de abordar o Estado, mas

O Estado no período pós Segunda Guerra intervira na economia, produzindo, organizando e planejando o espaço, garantindo que os interesses das corporações industriais e financeiras sejam realizados. O projeto dos trabalhadores de conquistar o poder é derrotado em praticamente todos os cantos do mundo, cuja exceção é União Soviética. A vitória dos trabalhadores na Rússia em 1917 e a instituição do Socialismo são suficientes para que a burguesia ocidental trema e reelabore sua relação com os trabalhadores. Agora, Capital e Estado articulados trabalham juntos no sentido de convencer os trabalhadores a colaborarem. Está em curso a construção da hegemonia burguesa.

No período pós-guerra a conciliação interessava ambas as classes: burguesia e operários. A burguesia com novos e ambiciosos projetos de expansão e acumulação e os operários, parte deles agora reformados, veem a possibilidade de se arrumar economicamente e politicamente, melhorando suas condições de vida. Nesse contexto, o projeto revolucionário do movimento operário reflui e, pelo menos por ora, é deixado de lado.

Ruy Moreira em suas análises observou que o resultante dessa conciliação de classe (social democracia e burguesia) é o que constitui Estado do Bem-Estar Social. Para ele,

O Welfare State é, portanto, a resultante da união de duas forças sociais que colidem, mas acabam por se encontrar num ponto comum. Interessa a uma fração do movimento dos trabalhadores um Estado que realize suas demandas sociais. Incomoda aos monopólios tanto os estreitos limites institucionais do capitalismo concorrencial quanto o crescente poder orgânico e ideológico de ação do movimento operário. Se a cultura de classe gerada pelo mutualismo e ainda reforçada pelos organismos sindicais representa para o capital uma forma de questionamento da ordem burguesa, o surgimento do partido operário e agora da revolução operária traz a gravidade da ameaça do seu fim na história. Por isso incomoda-o sobretudo, o rumo que o desdobramento da crise do capitalismo segue na Rússia com sua tendência de difundir-se pelo continente. Converge-se assim para a substituição do Estado Liberal pelo estado que intervém e toma como tarefa sua a questão econômica e social (MOREIRA, 2004, 137).

Uma transformação marca singularmente esse momento na história do capitalismo. Antes, na época do capitalismo concorrencial, o mercado regulava capital e trabalho (regulação mercantil) e o Estado arbitrava; agora, na época do capitalismo monopolista, o Estado deixara a exclusividade de papel de árbitro do mercado,

igualmente sugerindo uma remodelação das concepções habituais acerca da esfera da produção (BERNARDO, 1998, p. 29).

garantidor da regra do jogo para assumir uma postura de intervenção direta no jogo, elaborando as regras do mesmo³¹. Estará pavimentado assim o terreno para o novo período que conhecemos pelo termo globalização: a realização do projeto burguês em todo canto do mundo, constituindo o mercado mundial. É assim que Harry Braverman analisa esse momento:

O modelo atomizado e concorrencial do capitalismo, no qual o proprietário individual do capital (ou grupo familiar, ou pequeno grupo de sócios) e a firma capitalista eram idênticos, e a produção de cada indústria era distribuída entre um número razoavelmente grande de firmas, já não é mais o modelo de capitalismo atualmente. Economistas e observadores sociais estão em acordo geral quanto a que ele foi deslocado por uma estrutura consideravelmente diferente, embora possam discordar em seus arrazoados e análises da nova estrutura. Os marxistas empregaram diversos nomes para este novo estágio do capitalismo desde o seu aparecimento: *capitalismo financeiro*, *imperialismo*, *neocapitalismo*, *capitalismo recente*. Mas desde que, como Lênin declarou em um de seus estudos pioneiros do assunto, a quintessência econômica do imperialismo é o capitalismo monopolista, foi esta última expressão que se mostrou mais aceitável (BRAVERMAN, 1987, p. 215, grifo no original).

Corroborando, em parte, com o pensamento de Braverman, o cientista social Michel Burawoy faz também uma análise bastante importante desta virada de mais uma página da história do capitalismo. Segundo ele,

Se a história, até certo ponto, corroborou a previsão de Marx de que o capitalismo competitivo não sobreviveria, ela não confirmou a identificação entre a derrocada do capitalismo concorrencial e a ruína do capitalismo em si. Aquilo que Marx percebeu como sendo o embrião do socialismo - especialmente a socialização da produção pela concentração, centralização e mecanização -, na realidade, lançou as bases de um novo tipo de capitalismo: o capitalismo monopolista. O objetivo específico do marxismo do século XX tem sido o de examinar minuciosamente

³¹ Por mais longa que seja, vale a pena ler a análise que Braverman faz sobre o papel do Estado nesta fase: O emprego do Estado para estimular o desenvolvimento do capitalismo não é um fenômeno novo, peculiar à fase monopolista dos últimos cem anos. O governo dos países capitalistas desempenhou esse papel desde o início do capitalismo. No sentido mais elementar, o Estado é o penhor das condições, das relações sociais, do capitalismo, e o protetor da distribuição cada vez mais desigual da propriedade que este sistema enseja. Mas em um sentido de outro nível, o poder do Estado tem sido utilizado em toda a parte pelos governos para locupletar a classe capitalista, e por grupos ou indivíduos para locupletar-se si mesmos. Tendo o Estado o poder de decretar impostos, regular o comércio internacional, as terras públicas, o comércio e o transporte, a manutenção das forças armadas, e o encargo da administração pública, tem servido como aparelho para drenar a riqueza para as mãos de grupos especiais, tanto por meio legais como ilegais. Mas com o capitalismo monopolista este papel é grandemente ampliado e assume uma forma mais complexa e requintada. Em alguns países, sobretudo Alemanha e Japão, o capital monopolista tanto criou como foi criado por um novo poder estatal.

a política, a economia e a cultura dessa nova forma de capitalismo. Curiosamente, apenas na última década, os marxistas começaram a reconsiderar a análise de Marx do processo de trabalho, particularmente de sua transformação através do tempo (BURAWOY, 1990, p. 29).

Embora existam diferenças de análises a respeito da organização dos trabalhadores e suas práticas de resistências nessa nova fase do capitalismo, os autores (Braverman e Burawoy) estão de acordo com a época do surgimento e as características básicas do capital monopolista.

Nesse momento, o fio condutor por meio do qual se amarrara o Estado, as corporações monopolistas e os trabalhadores após a Segunda Guerra, considerando as diferenças de realização em cada unidade fabril e país, foi o compromisso fordista. Segundo Alain Bihr (1998, p. 37) do ponto de vista do proletariado este compromisso pode ser visto como uma “imensa barganha” em que o proletariado renunciava a luta revolucionária em troca de seguridade social. A seguridade significava poder contar com uma relativa estabilidade no emprego, melhoria nos níveis de vida, satisfação de algumas necessidades básicas como moradia, saúde, formação profissional e lazer (Bihr, 1998). Significava por outro lado, reconhecer a legitimidade da classe dominante, não contestando seu lugar na sociedade. Porém, segundo Bihr (1998) o reconhecimento da burguesia como dominante, obrigava esta a reconhecer e legitimar o proletariado como classe e ao mesmo tempo criar as condições de satisfação necessária à continuidade do compromisso.

Quanto ao momento inicial que marca nova fase, David Harvey, em seu livro *Condição Pós-Moderna*, observa que podemos simbolicamente datar o fordismo em 1914, momento em que Henry Ford instituiu o dia de oito horas e uma recompensa de cinco dólares para os trabalhadores da linha de montagem de carros (Harvey, 1992, p. 122). Em grande medida os princípios de uma administração científica (racionalização do processo de trabalho, separação entre as tarefas de concepção e execução, reduzindo a última em apenas alguns gestos) já havia tempo inventadas e sistematizadas pelo engenheiro americano Frederick W. Taylor, sob a expressão que será conhecida mais tarde como *taylorismo*. Conforme David Harvey (1992), a diferença significativa entre a proposta Taylor e Ford é que para o último,

[...] produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova

psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1992, p. 122)

Sabemos que a produção em massa: esforço repetitivo mais acentuado, produtividade, etc., estava conectada também com o consumo em massa: a instituição de um modo de viver consumista e individualista, contudo homogêneo. A realização desta mágica vai exigir um aparato institucional enorme dos capitalistas. Para consumir em massa os salários precisavam ser altos (pelo menos deveriam ser), mas isto não garantia que o consumo seria laborioso, pois como observa Antonio Gramsci,

[...] o salário alto é uma arma de dois gumes: é preciso que o trabalhador gaste racionalmente o máximo o dinheiro para conservar, renovar, e se possível, aumentar sua eficiência muscular nervosa, e não para destruí-la ou danificá-la. E é por isso que a luta contra o álcool, o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho, torna-se função do Estado (GRAMSCI, 2001, p. 267).

Se o salário alto³² é uma “arma de dois gumes” como apontava Gramsci, então parece que não basta pagar bons salários, também era preciso convencer³³ o trabalhador a cooperar. Penso que seja disto que também nos fala Burawoy quando afirma que:

Os operários devem ser *persuadidos* a cooperar. Os interesses dos trabalhadores devem ser coordenados com os do capital. Os *regimes despóticos* dos primeiros anos do capitalismo, nos quais prevalecia a coerção sobre o consentimento, têm que ser substituídos por *regimes hegemônicos*, em que o consenso predomina, embora não se exclua totalmente a coerção. Não é só que o recurso à coerção esteja limitado e regularizado; a própria aplicação da disciplina e da punição torna-se objeto de consentimento. A natureza *genérica* do regime fabril é,

³² Roman Rosdolsky citando Rosa Luxemburgo em um debate sobre o empobrecimento da classe trabalhadora diz o seguinte: Rosa Luxemburgo escreveu: Ao discorrer sobre as relações salariais no capitalismo, é falso considerar apenas os salários pagos aos trabalhadores industriais empregados [...]. Todo o exército de reserva dos desempregados, desde os operários qualificados temporariamente sem emprego até os mais pobres, deve ser levado em conta quando se pretende conhecer os níveis de remuneração. Pois as camadas mais baixas de necessitados e marginalizados, desocupados, não são supérfluas [...]. Ao contrário, através dos elos intermediários do exército de reserva, se ligam à camada superior de operários industriais que ocupam as melhores posições. Esta ligação interna aparece nas estatísticas, quando aumenta subitamente o exército de reserva sempre que a conjuntura se deteriora e quando ele diminui a situação melhora; nestes casos, cai o número dos que recorrem à assistência pública aos pobres. Portanto, as leis da produção capitalista também regem a situação das camadas mais baixas do proletariado, que se tornam mais amplas ou mais estreitas conforme a ação dessas leis; com todas as camadas, desde a mais alta até as mais baixas, incluindo os trabalhadores rurais e os desocupados, o proletariado constitui um todo orgânico, uma classe social, em cujas diversas gradações de miséria e opressão se pode ver claramente a lei capitalista em seu conjuntoll (ROSDOLSKY, 2001, p. 256 e 257).

³³ Quem só tem a força de trabalho para vender no mercado em troca de um salário não é preciso muita artimanha para convencê-lo, aliás, tal artimanha é mais benéfica para a burguesia. Nem sempre o custo político da repressão é mais lucrativo.

portanto, determinada de modo independente das formas do processo de trabalho e das pressões da concorrência empresarial. Na realidade, ela se determina pela dependência dos trabalhadores em relação ao emprego assalariado e pelo atrelamento deste último ao desempenho nos locais de trabalho. A previdência social reduz a primeira dependência; a legislação trabalhista limita a segunda (BURAWOY, 1990, p. 29 - 50).

Logicamente que o uso menor da coerção em favor da construção do consenso não faz da burguesia uma “santa”, mas demonstra sua astúcia. Antes é preciso considerar que a própria forma de organização das fábricas fordizadas, acumulando vários trabalhadores em espaços fabris de grande escala, criava a possibilidade da organização dos mesmos em sindicatos também de massa, a partir da produção de um *operário-massa*³⁴ (desqualificado e com forte valorização consumista). Nesse caso o Estado entra com papel relevante, não só elaborando leis que serviriam para controlar a força de trabalho descontente, mas assumindo uma variedade de obrigações concernentes com a produção e o consumo em massa, expressão fenomênica típica do capitalismo fordista, as chamadas políticas sociais.

As políticas do Estado eram dirigidas prioritariamente para,

[...] as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta e indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. (Bihr, 1998).

É preciso considerar, entretanto, que o mundo não vivia esta maravilha, as benesses estatais eram restritas às empresas, às nações e a determinados grupos sociais. Do ponto de vista da população em geral, nos países do Terceiro Mundo pouca participação tivera nas realizações do Estado, ficando mais restrito aos trabalhadores de empresas transnacionais fordizadas ou corporações estatais (onde pelo menos o fordismo cívico estava)³⁵. O fundamento disso, conforme analisamos no primeiro capítulo, está no desenvolvimento do capitalismo que é sempre polarizado, desigual. Além de tudo que foi dito é preciso vaticinar que os recursos que sustentam o Estado são fruto da expropriação dos trabalhadores.

³⁴ Expressão utilizada por BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa. O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998. (ver especificamente o capítulo3: A massificação do proletariado).

³⁵ A forma mais direta de participação do Estado em favor dos trabalhadores é a legislação trabalhista que garantiu uma remuneração mínima e certa estabilidade no emprego.

Esta situação de desigualdade levava por razões distintas o Estado e os sindicatos se tornarem alvo de constantes ataques por parte das pessoas que estavam excluídas do pacto fordista. No entanto, como o passar do tempo os sindicatos dos trabalhadores é que se tornariam alvos de ataques do Estado, da burguesia e parte significativa da população não necessariamente incluída.

Do lado dos sindicatos estes,

[...] se viram cada vez mais atacados a partir de fora, pelas minorias excluídas, pelas mulheres e pelos desprivilegiados. Na medida em que serviam aos interesses estreitos de seus membros e abandonavam preocupações socialistas mais radicais, os sindicatos corriam o risco de ser reduzidos, diante da opinião pública, a grupos de interesse fragmentados que buscavam servir a si mesmos, e não a objetivos gerais (HARVEY, 1992, p. 133).

Do lado do Estado,

O Estado aguentava a carga de um crescente descontentamento, que às vezes culminava em desordens civis por parte dos excluídos. No mínimo, o Estado tinha de tentar garantir alguma espécie de salário social adequado para todos ou engajar-se em políticas redistributivas ou ações legais que remediasses ativamente as desigualdades, combatessem o relativo empobrecimento e a exclusão das minorias. A legitimação do poder do Estado dependia cada vez mais da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais adequados em larga escala, mas de modo humano e atencioso. Os fracassos qualitativos nesse campo eram motivo de inúmeras críticas. Mas no final, é provável que os dilemas mais sérios fossem provocados pelo fracasso quantitativo. A condição do fornecimento de bens coletivos dependia da continua aceleração da produtividade do trabalho no setor corporativo. Só assim o Estado keynesiano do bem-estar social podia ser fiscalmente viável (HARVEY, 1992, p. 133).

O Estado do Bem-Estar Social ao assumir a responsabilidade de arcar com a reprodução do capital a nível mundial socializa, para fins privados de acumulação, os custos desta reprodução. Não é por acaso que a partir da década de 30 e principalmente após a Segunda Guerra, década de 50 em diante, é que surgem as políticas de planejamento em vários países e tendo lugar privilegiado no caso da ciência geográfica no que se convencionou chamar de Nova Geografia. Na verdade, uma Geografia para o Capital. A tarefa do Estado e dos planejadores consistia em construir toda uma infraestrutura básica que garantisse ao capital uma maior rapidez de circulação.

Na prática isto significava,

[...] o investimento maciço em vias de transporte, sistema de telecomunicações, usinas de energia, refinamento de petróleo, indústrias siderúrgicas, com que se integrassem todos os cantos do território nacional no roteiro da industrialização, incluindo a modernização da agricultura que libere excedentes de força de trabalho e produtos em volume crescente para o desenvolvimento da indústria (MOREIRA, 2004, p. 138).

Esta será uma época rica em investimentos estatais, disponíveis através de vários planos (Salte, Metas, II PND etc.), que permitira, até o final da década de 70, que a maior parte dos países ocidentais (no tempo ou tardio) houvesse concluído a tarefa da sua transformação capitalista. Até esta última década o Estado já tinha cumprido suas obrigações no novo tabuleiro geopolítico, feito isto poderia entregar as rédeas do desenvolvimento nas mãos dos monopólios privados e romper o compromisso até então estabelecido com os trabalhadores. É também nessa época que o mundo capitalista começa uma nova crise, crise do capital (seja dito e repetido), que abate sobre suas formas de realização: fordismo e keynesianismo. A crise não pode ser entendida como crise das suas formas, mas do conteúdo específico do funcionamento do próprio metabolismo do capital³⁶.

Segundo o historiador Perry Anderson,

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos

³⁶ Metabolismo é o conjunto de ações e fenômenos que garantem a reprodução e manutenção do capital de forma viva; criando energia para si. Para uma discussão profunda e detalhada ver: Mészáros (2002, especificamente das p. 94 a 132) e Antunes (2001, p. 19 a 28).

com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos (ANDERSON, 1995 p. 9).

Contudo,

O que fizeram, na prática, os governos neoliberais deste período? O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água (ANDERSON, 1995, p.9).

Fica evidente pela análise de Anderson para onde, nos momentos de crise do capital, a burguesia direciona seus ataques: ao Estado e à organização dos trabalhadores. Em relação ao Estado há uma questão importante a ser considerada, dado a seus compromissos sociais durante a vigência do compromisso fordista, uma parte significativa dos trabalhadores produziu uma concepção estatista no interior do movimento operário. O fundamento disso desdobrou no entendimento que a conquista dos aparelhos do Estado poderia ser utilizada em favor dos trabalhadores no enfrentamento ao capital e possibilitar reduzir, ou ao menos amenizar, seu fardo na história. Já por volta dos anos 1960 o trabalhador fordizado estava consciente da degradação humana produzida como resultado da degradação do trabalho em atividades repetitivas e desqualificadoras e começam também a reagir a este modelo, rompendo o compromisso até então estabelecido. A reação dos trabalhadores se dará através de boicotes, greves e outras formas de luta, esforçando para aprisionar em suas mãos o controle social do trabalho³⁷ o que poderia colocar o trabalhador pela

³⁷ A questão do controle social do trabalho é importantíssima e central na disputa com capital e trabalho em todos os momentos da história.

primeira vez (após a breve, mas significativa Comuna de Paris) na hegemonia da sociedade.

Conforme Ricardo Antunes, a reação dos trabalhadores ao capital,

[...] encontraram limites que não puderam transcender: Primeiro era difícil desmontar uma estruturação organizacional social-democrática consolidada durante décadas e que tinha deixado marcas no interior do próprio proletariado. A luta dos trabalhadores se deve o mérito de ocorrer no espaço produtivo fabril, denunciando a organização taylorista e fordista do trabalho bem como dimensões da divisão social hierarquizada que subordina o trabalho ao capital, não conseguiu se converter num projeto social hegemônico contrário ao capital (ANTUNES, 2001, p. 44).

No entanto, apesar das lutas, os trabalhadores são mais uma vez derrotados, e a reação neoliberal que se segue é, nesse sentido, uma reação de classe. Restauração do poder de classe no sentido empregado por Harvey em seu livro *O neoliberalismo*. Na América Latina a primeira experiência neoliberal ocorreu no Chile³⁸ e nos ensina muito a respeito deste tipo de reação de classe: golpe de Estado e repressão. Embora tenha sido o *pau e o porrete* (assassinatos, tortura, banimento, etc.) a forma específica da implantação do neoliberalismo no Chile, não foi este o modelo único que introduziu o neoliberalismo em outros lugares, principalmente nos países centrais do capitalismo como na Europa e nos Estados Unidos. Ressalta-se que durante a polarização após a Segunda Guerra entre: União Soviética (socialismo) de um lado e Estados Unidos (capitalismo) de outro, ganha espaço o debate em torno da construção de uma terceira via. Contra este perigo que o poder de classe reage recuperando-se na afirmação tácita do capitalismo como único caminho para a sociedade. A reação se deu a partir de um amplo processo de reestruturação do capitalismo e *ajustes* em que o processo de privatização esteve na centralidade do mesmo.

Nesse sentido, a face mais visível da reestruturação produtiva operada pelos neoliberais no nível do cotidiano foi a privatização do patrimônio público (água,

³⁸ O golpe foi dado pelo fascista General Pinochet em 11 de setembro de 1973. O golpe visou derrubar o governo democraticamente eleito Salvador Allende. Patrocinou o golpe a elite financeira do Chile, juntamente com a CIA. A confiança da economia chilena foi entregue à “escola de Chicago”, sob a liderança de Milton Friedman que viu no Chile uma oportunidade excepcional de aplicar suas ideias. Como estamos falando da relação entre o Capital e o Estado, a respeito do golpe no Chile, Bernardo faz um importante comentário. Segundo ele no ano de 1972 houve uma greve dos mineiros do cobre no Chile e Allende chamou os militares, sob o comando de Pinochet, para resolver o problema. O movimento dos trabalhadores foi reprimido e o exército ficou à frente da recuperação da mina. Isto mostra um problema sério da esquerda na gestão do capital (BERNARDO, 1974, p. 214).

telecomunicações, transporte, energia), da assistência social (moradia, educação, saneamento, aposentadoria), das instituições públicas (universidade, laboratórios de pesquisa, prisões) e, até mesmo, a guerra (contratação de mercenários). Tudo isso conjugado com um desemprego estrutural (aumentando a mão de obra excedente e acumulação posterior), aumentando ainda mais os níveis de miséria e a falta de esperança da população trabalhadora em todo o mundo. Nesse sentido, o neoliberalismo é um projeto radical de levar ao máximo possível de territórios o mundo do capital. Não é esta a “rapinante surrupiação privatista”, de que nos fala Ruy Moreira e que David Harvey no seu livro *O novo imperialismo* chama de “acumulação via espoliação”?

Segundo ele,

A acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobre acumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. [...] O surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada simbolizaram grande parcela do tom dessa transição (HARVEY, 2005, p. 129).

Para o autor das linhas acima a privatização é o “braço armado” desse processo espoliador conduzido pela política neoliberal. Privatização do patrimônio público como dissemos acima, mas não somente. No Brasil, se anda a passos largos a privatização das águas dos rios, a privatização da agricultura, a privatização da biodiversidade na Amazônia, da educação, da saúde e a instituição de novas formas de escravidão. Novas formas de escravidão? Há ainda quem duvide. No entanto, uma recente matéria da revista *Caros Amigos* foi publicada com o título: *Capital paulista abriga escravidão*, a matéria diz o seguinte:

Engana-se quem pensa que o trabalho escravo é uma característica apenas dos rincões mais afastados das áreas urbanas. Apesar de um maior número de trabalhadores escravizados se encontrarem na zona rural, a prática criminosa se propaga também na principal cidade do país.

A indústria da confecção desponta como a principal área de absorção da mão de obra escrava na cidade. A Associação Brasileira da Indústria Têxtil calcula que a demanda por roupa cresce 3% ao ano. Mas assim como no campo, não há estatísticas que nessas oficinas, afirma a Defensora Pública Federal, Daniela Muscari Scacchetti projetem com segurança o número de pessoas nessas condições, embora se saiba que não são poucas.

A quase totalidade desses trabalhadores vem de regiões empobrecidas da Bolívia e do Paraguai, castigadas no passado recente por décadas

de ditadura feroz. Todos os dias chegam ao Brasil de três a cinco ônibus lotados de pessoas para trabalhar.

A precariedade das condições de vida em seus países de origem e a falta de instrução escolar as torna presas fáceis nas mãos de capitalistas escravagistas. Apesar de os atravessadores serem as figuras mais visíveis aos olhos do trabalhador, os grandes magazines são os responsáveis pela prática criminosa.

A rede de lojas Marisa, por exemplo, já levou 49 autos de inflação dos auditores fiscais do trabalho e foi autuada em R\$ 600 mil, mas a gente acredita que a imensa maioria da produção têxtil paulista, o que costuma ser comercializado por C&A, Renner, Riachuelo, Pernambucana, griffes como Collins, é resultado de mão de obra escrava de trabalhadores sul-americanos, conta o Chefe da Seção da Fiscalização do Trabalho da Superintendência Regional de São Paulo, Renato Bignami.

Além das jornadas extenuantes de trabalho, precarização das condições de trabalho e do cerceamento à liberdade, com ameaças à vida dos trabalhadores e de seus familiares no país de origem, o valor pago ao trabalhador é irrisório. Para fazer uma camiseta, recebe em torno de R\$ 0,40 a R\$ 0,50. Um casaco mais elaborado leva até três horas para ficar pronto pode render no máximo R\$ 1,50. A mesma peça é vendida na loja de por R\$ 300 (RODRIGUES, 2010, p. 29).

Infelizmente a matéria acima não é um privilégio da capital paulista. Em matéria do jornalista Iberê Thenório do Repórter Brasil, Agência de Notícias do dia 19 de outubro de 2006 informa que:

[...] no dia 17 de outubro de 2006, uma operação do Ministério do Trabalho libertou trabalhadores em uma fazenda [...] no município de Catalão (região Sudeste de Goiás) que mantinha em regime de trabalho escravo 164 trabalhadores. Os compradores do pinus produzido na fazenda eram as empresas: Eucatex, Cargill e Ultrafétil (THENÓRIO, 2006, s/p).

Também na cidade de Goiandira, Sudeste de Goiás, no dia 29 de maio de 2009 o Ministério Público do Trabalho libertou de condições degradantes trabalhadores trazidos da cidade de Codó localizada no sudeste do Estado do Maranhão que trabalhavam na supressão da vegetação na área que iria formar o lago das barragens Goiandira e Nova Aurora, sendo, logo em seguida, abandonados sem emprego, sem salário, sem comida e sem dignidade (Figura 01). A situação humilhante em que ficaram esses trabalhadores revoltou até mesmo parte dos moradores da cidade. Após intervenção da justiça os trabalhadores receberam parte dos seus direitos e viajaram de volta à terra de origem no Maranhão em ônibus fretado pela empresa.

Estes fatos chamam atenção para as pesquisas realizadas pela socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva a respeito do processo de migração de

trabalhadores do Maranhão para trabalhar no corte da cana no Estado de São Paulo. Em uma pesquisa de 2007 e publicada em 2008 a autora revela que os trabalhadores do Maranhão não faziam parte das tradicionais redes migratórias que iam em direção ao Sudeste do Brasil, mudando a “*cartografia migratória*” a partir da década de 90. Explica ela que isto resultou do intenso processo de modernização do campo iniciado nos anos de 1970 que proibiu a coleta do coco do babaçu pelas famílias camponesas, expropriando vários camponeses, principalmente os de origem quilombola, engrossando as fileiras de uma “*migração permanentemente temporária*”.



Figura 01: Trabalhadores de Codó-MA em frente ao Fórum de Goiandira aguardando acerto das contas e viagem de volta ao Maranhão

Fonte: Arquivos do GETeM - Grupo de pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais.

Exploração de trabalhadores em situação semelhante também nos é relatado por Harvey no livro *Espaços de Esperança* (p.20). Como é o caso, entre outros citados, das crianças Hondurenhas de 13 anos de idade fabricantes de roupas da Wal-Mart; igualmente são relatados os trabalhadores explorados pela Nike na Indonésia e Vietnã. Também Mike Davis em seu livro *Planeta Favela* relata que:

[...] a capital mundial das crianças exploradas seja a cidade sagrada hinduísta de Varanasi (1,1 milhão de habitantes), em Uttar Pradesh. Famosa por seus tecidos, assim como por seus templos e homens santos, Varanasi (Benares) tece seus tapetes e borda seus sáris com o

trabalho servil de mais de 200 mil crianças com menos de 14 anos (DAVIS, 2006, p. 186).

Pelos parágrafos acima, vê-se que a atual escravidão (moderna?) não é mais coisa dos chamados “senhores de escravos”, do período colonial e império brasileiro, tampouco os escravizados são negros importados da África, nem somente trabalhadores rurais explorados por “fazendeiros inescrupulosos” nos rincões do Brasil afora. Os atuais “senhores de escravos” são as grandes e moderníssimas corporações do capital industrial monopolista e seus modernos empresários. Estas situações são reveladoras do desenvolvimento geográfico desigual e combinado do capitalismo.

Caso clássico de acumulação por espoliação são as construções de barragens para a produção de energia elétrica, que já expropriou e expulsou do campo brasileiro, mais de um milhão de camponeses segundo dados do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Grande parte destes engrossarão as já espessas filas do excedente proletariado nas cidades, resultante das recentes privatizações e da modernização tecnológica das indústrias e do campo, convivendo com o desemprego estrutural e o aumento da miséria nas cidades e com todas as condições fundadas no ato da expropriação³⁹.

No que concerne à América Latina, para além das experiências do Chile e da Argentina, impostos pela violência do golpe militar, o modelo neoliberal para os chamados “problemas latino-americanos” que fora concebido durante o chamado Consenso de Washington realizado no mês de novembro do ano de 1989 na cidade de Washington, nos Estados Unidos⁴⁰. Por aqui, no Brasil, as resistências⁴¹ ao

³⁹ Expropriados, não somente no sentido jurídico da palavra, aqueles que são removidos e recompensados pela via da indenização de seus bens, mas todos expropriados, aqueles que não têm seus títulos devidamente legalizados, os que vivem dos rios e das barrancas (pescadores, oleiros, garimpeiros, barqueiros) e que perderam seus pontos e as condições materiais de seu trabalho; e mais todos os que são desenraizados, transplantados geograficamente e culturalmente, expropriados de um saber e de uma sintonia com o meio físico, com sua vizinhança, coisas abstratas, mas de grande valor, e que jamais serão reconstituídas, nem podem ser medidas pela moeda, pelo dinheiro (SEVÁ FILHO, 1990, p. 15).

⁴⁰ A respeito dos problemas latino-americanos, pode-se dizer que O Consenso de Washington não tratou tampouco de questões sociais como educação, saúde, distribuição da renda, eliminação da pobreza. Não porque as veja como questões a serem objeto de ação numa segunda etapa. As reformas sociais, tal como as políticas seriam vistas como decorrência natural da liberalização econômica. Isto é, deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente auto-regulável, sem qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho. Um mercado, enfim, cuja plena instituição constituiria o objetivo único das reformasll (BATISTA, 2001, p. 19)

neoliberalismo não conseguiram evitá-lo. Os trabalhadores vinham já bastante debilitados pelas sucessivas derrotas impostas pela repressão da ditadura militar, que durou mais de 20 anos (1964-1985), e pelo período inflacionário da década de 1980 que corroía em poucos dias todo salário do mês do trabalhador.

No Brasil o discurso contra o Estado, produzido pela burguesia local contrária à estatização⁴², aliado ao discurso da incompetência dos governos para derrotar a onda inflacionária, não passava de retórica para forçar a introdução às políticas anti-inflacionárias de viés monetarista à moda Thatcher e Reagan, fez com que a ideologia neoliberal encontrasse na sociedade brasileira um terreno fértil para progredir⁴³. O neoliberalismo privatizante da forma melhor que o conhecemos: a dilapidação do patrimônio público, o monetarismo e a diminuição de gastos públicos para com os pobres, foram introduzidos pelos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso⁴⁴.

Vale reconhecer e reafirmar que se as ideias neoliberais já eram absurdas e extremamente cruéis nos países centrais, imagine sua aplicação em países dependentes e subdesenvolvidos (SANTOS, 2004, p. 49) com significativa população em condições de pobreza e miséria, como na América Latina de forma geral e, especificamente, no nosso caso, o Brasil.

Embora reconheça importantes trabalhos realizados por diversos intelectuais latino-americanos na crítica ao neoliberalismo, não é nosso objetivo discorrer sobre o neoliberalismo na América Latina ou no Brasil como um todo.

⁴¹ Resistência dos trabalhadores ao capital sempre existiu. No Brasil um longo período de resistência e acúmulo de forças se deu no período de 1954 a 1964. Relativo às resistências ao neoliberalismo no país, dentre outros tantos exemplos, veja-se o caso da privatização da CSN em Volta Redonda-RJ, analisado por Gracioli (2007), como também na privatização da Goiasfértil em Catalão-GO, analisado Ferreira Neto (1998).

⁴² Ver: CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. *Empresários e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974 – 1977)*, especificamente a Parte I: “Os empresários e a campanha contra a estatização”.

⁴³ Não se pode esquecer aqui o papel dos Tecnocratas que; confiantes nas perspectivas de que uma maior integração no sistema internacional se consumasse até o final a entrega de nossas economias ao capital financeiro internacional, estas mentalidades tecnocráticas, ajudadas pela elaboração ideológica que sustentava a impossibilidade de superar a condição de dependência, se incorporaram definitivamente ao Consenso de Washington dos anos 90 e, com maior ou menor capacidade técnica, se dedicaram ao desmonte do processo histórico emancipatório da região (SANTOS, 2004, p. 405).

⁴⁴ Embora os discursos contrários às práticas neoliberais não recrudesceram. É dessa forma que Tariq Ali encerra sua entrevista a Caros Amigos: “Tenho que ser honesto: estou feliz que Serra não ganhou, mas quando vi Dilma numa foto com Palocci, pensei ‘ai, meu deus’. Esse cara é o mais articulado defensor de políticas econômicas neoliberais e o país não precisa de pessoas como ele, precisa de pessoas que pensem diferente” (REVISTA CAROS AMIGOS, nº 166, 2011).

O interesse maior é compreender o impacto das políticas neoliberais na vida dos trabalhadores, na organização sindical e a recente reestruturação geográfica da sociedade. Qual a razão disso? É a crença que a atual crise coloca desafios para os trabalhadores e toda a sociedade no seu conjunto, pois não se trata apenas da crise de uma das formas de realização do capitalismo, mas dos seus fundamentos, o que repõe novamente a questão: socialismo ou barbárie?

Sabe-se já, e não é segredo para nenhum estudioso do tema sobre as políticas neoliberais, que elas fazem parte de um grande projeto da burguesia para reestruturar o modo capitalista de produção, buscando com isso derrotar a resistência da classe trabalhadora construída ao longo da existência do Estado do Bem-Estar Social, para recuperar seu poder de classe e dar continuidade ao processo de acumulação. Neste contexto a reestruturação se fez necessária em razão da crise do regime de acumulação do capital ter solapado as bases por onde se construiu o compromisso fordista.

Após elaborar um arrazoado dos fatores que precipitaram o enfraquecimento e o fim do compromisso fordista em seu livro: *Da grande noite à alternativa*, Alain Bihr conclui sua análise afirmando que:

[...] o próprio fordismo finalmente caiu na armadilha da massificação em que ele pegara o proletariado e que acabará impondo-lhe seus limites. Limites subjetivos, com a revolta do operário-massa contra as formas fordistas de produção (trabalho em cadeia e trabalho por turnos), mas também com o deslocamento das práticas de consumo para fora da norma fordista. Limites objetivos, com a massificação do capital constante (e, particularmente, fixo), levando à diminuição dos ganhos de produtividade e à alta da composição orgânica do capital, enquanto a massificação do capital variável (força de trabalho) traduzia-se pela saturação dos mercados que sustentavam o crescimento fordista e pelo número dos “custos sociais (BIHR, 1988, p. 73).

Nesse sentido, dados seus insuperáveis limites, o fordismo se esgota como forma de dominação, organização e exploração do trabalho. Para responder à crise desse modelo a classe dos capitalistas precisara elaborar uma nova ordem produtiva, para isso modificam-se os meios de trabalho (renovação da base tecnológica), forjando uma nova disciplina do trabalho, toyotismo que reestrutura o espaço produtivo (reestruturando os centros industriais, desconcentração espacial da indústria).

Com o esgotamento do fordismo a reestruturação produtiva do capital é um fato, mas isto não autoriza ninguém a imaginar que ocorre de forma idêntica em todos

os lugares do mundo. Assim como já dissemos nesse trabalho que o fordismo não se realizou em todos os lugares da mesma forma, também para os efeitos de sua derrocada vale a mesma observação. Sobre a questão das diferentes formas das reestruturações produtivas no mundo, vejamos abaixo um trecho extraído do livro: *Fabricalização da cidade e a ideologia da circulação*, de Terezinha Ferrari,

A análise de diferentes processos históricos revela essências muitas vezes incomparáveis entre si. É este o caso das reestruturações produtivas no Brasil e no mundo. Conceber este processo como único no mundo capitalista leva a adoção de soluções teóricas e administrativas de outras regiões transformando-as em justaposições acríticas.

[...] a industrialização brasileira foi resultado do movimento de acumulação nos países centrais imperialistas. Tentar implantar no Brasil os planejamentos urbanos e as soluções para crises de produtividade, ou de valor, gestadas nestes países, é ignorar particularidades histórico-sociais, cuja consideração desenvolveria soluções em outras direções políticas (FERRARI, 2008, p. 39, grifo no original)

O quadro traçado por Ferrari a respeito das reestruturações no Brasil e suas diferenças com os elaborados em outros países, é rico de informações e nos ajuda nas reflexões na Geografia. Do ponto de vista do olhar da Geografia o que ela diz acima se aproxima bastante com o que Harvey (1992) chama de “desenvolvimento geográfico pouco uniforme” e que já comentamos anteriormente. Significa todo processo de concentração de forças produtivas em um lugar contrastando-se com o vazio de outros, não aceitando estabelecer o desenvolvimento do capitalismo como uma estrutura lisa, sem resistências físicas e sociais. Nesse entendimento, podemos admitir que o capitalismo ao confrontar resistências, necessita produzir incessantes reestruturações objetivando superá-las.

Sobre o conceito de reestruturação Edward Soja diz que:

A reestruturação, seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes de vida social, econômica e política. Evoca, pois uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de constituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural (SOJA, 1993, p. 194).

[...] Esses processos de reestruturação social continuam a ser enterrados por esquemas evolucionistas idealizadas em que a mudança simplesmente parece acontecer, ou surge para pontuar alguma marcha inelutável para o “progresso”. Esse idealismo evolucionista (outra forma de historicismo) disfarça o arraigamento da reestruturação na crise e no conflito competitivo entre o velho e o novo, entre a ordem herdada e uma ordem projetada. A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações práticas sociais preexistentes, e desencadeadoras de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim ela implica fluxo de transição, postura ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal a reestruturação se enquadra, entre uma situação perfeita de normalidade e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente (SOJA, 1993, p. 194).

Nesse sentido, a reestruturação implica em destruição e reconstrução de ordens até então constituídas: econômicas, políticas, sociais, institucionais etc. Observa o autor que as mudanças na velha ordem, não permitem uma expressiva mudança estrutural, mas se contenta com os remendos. Nesse sentido, o tecido, ou seja, a ordem social atual continua a mesma de ontem. Ao criticar ideias que colocam a reestruturação como um processo mecânico e automático, o autor a coloca num momento de *inflexão* entre a “situação de perfeita normalidade” e a transformação revolucionária da sociedade. Situação esta que historicamente tem colocado a classe trabalhadora diante de suas ambiguidades: lutar por reformas ou pela revolução ⁴⁵.

Soja propõe que o ponto de partida para a compreensão de tais processos seja a existência de uma ligação entre os processos de reestruturação capitalista contemporâneo com os processos espaciais (SOJA, 1993, p. 195). Nesse sentido, analisa sobrevivência do capitalismo na atualidade conforme a capacidade de reestruturar as matrizes espaciais. Pode-se corroborar aqui com a análise que faz Harvey (2004), do Manifesto Comunista de Marx e Engels, indicando que a sobrevivência do capitalismo esteve sempre associada a esta sua capacidade de reestruturas às matrizes espaciais:

⁴⁵ Rosa Luxemburgo criticou duramente a dicotomia: reforma ou revolução colocada para o movimento da classe trabalhadora. Advertindo contra esta postura ela diz: Existe para a socialdemocracia um laço indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução, sendo a luta pelas reformas o meio, mas a revolução social o fim (LUXEMBURGO, 1975, p. 07).

A acumulação do capital sempre foi profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito tempo teria cessado de funcionar como sistema econômico político (HARVEY, 2004, p. 40).

Podemos afirmar que a partir da emergência do debate ao redor da ideia de um desenvolvimento geográfico desigual, a questão regional e a reestruturação regional foram colocadas na agenda política e teórica contemporânea com força renovada (Soja, 1993, 193). Isto revitaliza o debate na Geografia. Entretanto, nesta época em que as questões espaciais se tornam mais expressivas, há que nos prevenirmos para os riscos do fetiche em torno de tais questões. Alexandre de Carvalho Tinoco alerta para este problema. Segundo ele, alguns autores, em suas análises feitas nos anos de 1975 a 1985 através do conceito de desconcentração sofre de certo “fetichismo da desconcentração” (Tinoco, 1981, p. 56).

Para Moreira (2002, p. 32) a reestruturação refere-se às formas e escalas de espaço-tempo das sociedades modernas. Fazendo a análise histórica e geográfica do Brasil o autor identifica atualmente quatro modelos que se combinam sincronicamente: 1) o modelo histórico mundial; 2) o modelo histórico brasileiro; 3) o modelo de acumulação brasileiro e 4) o modelo industrial brasileiro⁴⁶. A combinação dos modelos em cada período é caracterizada pela forma de organização do modo capitalista de produção em cada lugar.

Combinam-se o modelo histórico e o modelo de acumulação. O modelo histórico é a relação da política e da economia por um longo período, o modelo da acumulação é o recorte que se faz a partir do ramo da economia mais dinâmico para comandar o processo de reprodução do capital na época. Nesse sentido, o modelo industrial é o período de acumulação que tem a indústria como o carro-chefe da economia. Pode-se também dizer que o modelo, constituição do bloco histórico, é uma matriz de referência que serve do olhar do desenvolvimento e das contradições de uma determinada escala geográfica (MOREIRA, 2002).

Quanto ao modelo histórico brasileiro Moreira observa que:

⁴⁶ Modelo é um dado modo de estruturação das relações entre economia e política dentro de uma sociedade dada, o amálgama de um todo em que a política governa a organização da economia por intermédio de um dado modo de regulação, ao tempo que desta é emanada. De maneira que a política deixa de ser uma pura condição geral de gestão, para relacionar-se com a economia como sobre determinação (MOREIRA, 2002, p. 33).

[...] não há um Estado brasileiro, mas um Estado Colonial português, da qual a Colônia - Brasil faz parte [...]. A terra é objeto de concessão pela Coroa portuguesa à elite na forma de sesmarias, o critério sendo o número de escravos sob a propriedade do beneficiário [...]. Quanto maior o plantel de escravos, maior a extensão de terras a receber. E assim sucessivamente. De modo que poder e riqueza são parte de um sistema de monopólio. O objeto de todo empreendimento é o mercado mundial, de modo que se foram uma classe estritamente agrária, já o mercado externo é o destino e a razão do sistema. Isto determina um perfil de sociedade cuja estrutura combina relação agrária na base e relação de mercado no topo, numa simbiose que determina todas as características de espaço-tempo do modelo. Já começa que o sentido agromercantil segmenta a organização do espaço tempo, criando-o e recriando-o segundo seus distintos momentos. Assim em cada momento do tempo, um produto rei predomina sobre os outros, produzindo um espaço tempo regional distinto. E diversos espaços regionais se formam e coabitam o espaço da colônia à medida que esta evolui, criando com o tempo a sensação de um conjunto de ilhas que não se comunicam, voltadas para si e só abrindo para o mercado externo. Sensação que se desvanece diante da ação gestora do Estado, que num pacto agromercantil por cima integra jurídico politicamente numa só unidade de território a totalidade dos fragmentos dos espaços dos ciclos, suprimindo-lhes a falsa impressão de arquipélago (MOREIRA, 2002, p. 34 e 35).

E, quanto ao modelo de acumulação brasileiro:

O modelo de acumulação segue um esquema simples: o escravo produz o excedente, que o senhor expropria e reparte com a burguesia-comerciante em seu papel de intermediária mercantil financeira. O ciclo se repete para cada produto rei, em cada segmento de espaço tempo e em todo o correr do agro escravismo. (MOREIRA, 2002, p. 35).

Nesse sentido, o modelo histórico e o modelo de acumulação brasileiro se tecem e se amarram na exclusividade do monopólio: das terras, dos escravos e do comércio, e é dessa forma que o Brasil fez parte do Sistema Colonial da época mercantilista⁴⁷. A empresa agrícola escravista foi a célula matriz do tecido das

⁴⁷ O *monopólio do comércio* das colônias pela metrópole define o sistema colonial porque é através dele que as colônias preenchem sua *função histórica*. Isto é, respondem aos estímulos que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser, enfim, que lhes dão sentido. E realmente, reservando a si com exclusividade a aquisição de produtos coloniais, a burguesia mercantil metropolitana pode forçar a baixa dos seus preços até o mínimo além do qual tornaria antieconômica a produção; a revenda, na metrópole ou alhures a preço de mercado, cria uma margem de lucros de monopólio apropriada pelos mercadores intermediários: se vendido no próprio mercado consumidor os produtos coloniais, transferem-se rendas da massa da população metropolitana (bem como dos produtores coloniais) para a burguesia mercantil; se vendidos em outros países trata-se de ingresso externo, apropriado pelos mercadores metropolitanos. Igualmente, adquirindo a preço de mercado, na própria metrópole ou no mercado europeu, os produtos de consumo colonial (produtos manufaturados sobretudo), e revendendo-os na colônia a preços monopolísticos, o grupo privilegiado se apropria mais uma vez de lucros extraordinários. Num e noutro sentido uma parte significativa da massa de renda real gerada

instituições nacionais. Na montagem da empresa agrícola importavam-se praticamente tudo: a mão de obra, os instrumentos legais etc., o fundamento de tudo era o comércio exterior através da exportação do “produto rei”⁴⁸. O produto rei varia no tempo e no espaço, num momento foi a cana de açúcar e, noutro momento o café. A empresa rural não se preocupava com um mercado interno, voltando-se exclusivamente para a exportação de seus produtos. Tudo se refletia na organização do território, sendo a forma da urbanização brasileira da época uma herança direta da colonização, arrumando o espaço em forma de “ilhas”.

Nesse sentido Vainer & Araújo comentam que:

É comum usar-se a imagem das *ilhas* para descrever este tipo de economia: a *ilha* açucareira no Nordeste oriental; a economia mineira das Gerais; a *ilha* da borracha no Norte; o café, que do vale do Paraíba fluminense vai avançar pelo planalto paulista. Outras *ilhas* – como a pecuária gaúcha e nordestina, da erva-mate, etc. – desenvolveram-se, com maior ou menor intensidade, ao lado das economias que, em diferentes períodos da história, dominavam as trocas com o mercado externo.

Se a imagem de *arquipélago* permite captar a forma espacial características da sociedade e da economia brasileiras até o século XX, há que se considerar igualmente que estas se as sentavam em dois outros elementos determinantes: de um lado, a relação colonial, que inseria o Brasil no processo de acumulação primitiva do capitalismo nascente e, em seguida, no processo de industrialização dos países centrais; de outro, contraface interna dessa relação externa, a escravidão (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 16, grifo no original).

O Estado Nacional, surgido da Proclamação da República fora cada vez mais responsável pela organização do espaço brasileiro, desfazendo-se da antiga estrutura em ilhas e fazendo com que ocorresse de forma mais acelerada a modernização - mudanças econômicas e políticas - e a unificação do território brasileiro.

pela produção da colônia é transferida pelo sistema de colonização para a metrópole e apropriada pela burguesia mercantil; essa transferência corresponde às necessidades históricas de expansão da economia capitalista de mercado na etapa de sua formação. Ao mesmo tempo, garantindo o funcionamento do sistema, face às demais potências, e diante dos produtores coloniais e mesmo das demais camadas da população metropolitana, o Estado realiza a política burguesa, e simultaneamente se fortalece abrindo novas formas de tributação. Estado centralizado e sistema colonial conjugam-se, pois para *acelerar a acumulação de capital comercial pela burguesia mercantil europeia* (NOVAIS, 1969, p. 51-52, grifado no original)

⁴⁸ [...] seu objetivo máximo era dar lucros à Metrópole e nela propulsionar a acumulação de capital através do exclusivismo de comércio e do tráfico negreiro, constituindo-se em retaguarda econômica da Metrópole e lhe garantido economia. A adoção do trabalho escravo deveu-se, nesse contexto, à necessidade de maximizar os lucros através, por um lado da super exploração de uma forma de trabalho compulsório-limite- pois eram apropriados o trabalho e o trabalhador -, e, por outro, às grandes vantagens comerciais que advinham do tráfico (MELLO; SOUZA, 2004, p. 88, grifo no original).

Como sabemos, na época do Brasil organizado em ilhas,

Não existia, de fato, uma divisão interna do trabalho em dimensão nacional. As diversas regiões ligavam diretamente a centros do capitalismo mundial. Tinham em comum a valorização do setor externo, realizando um “crescimento pra fora” (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 28, grifo no original).

Entretanto, a fundação do Estado burguês no Brasil não seguiu a diretriz de outros países, separando o público e o privado. Nasce daí, ao contrário, uma sociedade tutelada pelo Estado e é sob esta tutela que a indústria também se desenvolve. O Estado brasileiro, principalmente após a década de 30 com o governo Vargas, constrói a infraestrutura necessária ao desenvolvimento. Assim,

Até os anos 1930 vige o arranjo espacial originado pela economia agroexportadora, caracterizada pela estrutura em “ilhas” relacionadas com o mercado externo e sem contatação entre si, à semelhança de um arquipélago. A urbano industrialização que se dá a partir daí produz a unificação dessas “ilhas” dispersas, canalizando, numa forma de acumulação primitiva, seus excedentes regionais para o acúmulo no centro metropolitano que vai se formando, tudo se arrumando numa relação de centro e periferias. Cada “ilha” vira uma região ou o núcleo formador de uma região, cada qual se distinguindo funcionalmente da outra por seu tipo e elo complementar com o centro, a dispersão anterior dando lugar a um espaço integrado de um modo centro-periférico. A partir dos anos 1960 é a vez desse todo de centro e periferia refazer-se para dar vez a uma nova estrutura, o conjunto se transformando num sistema espacial no qual as periferias, depois de reproduzirem o arranjo do quadro nacional internamente entre cidades e seu entorno sub-regional, passam a se organizar segundo mecanismos de geração e acumulação de excedentes a um só tempo autônomos e articulados com o centro. O Estado é o gestor das mudanças e ponto de unidade dessa modalidade de integração, que não elimina, mas refaz num modo mais flexível a relação centro-periferia de antes (MOREIRA, 2010, p. 98).

O modelo industrial de que fala Moreira é a culminação do modelo histórico brasileiro. Segundo ele, o modelo industrial é caracterizado por quatro fases distintas e não excludentes: 1) a substitutiva de bens de consumo não duráveis vinculada à Primeira Grande Guerra; 2) a substitutiva de bens intermediários e de equipamentos, vinculada à crise de 1929-1930; 3) a substitutiva de consumo durável, vinculada ao período pós-Segunda Guerra Mundial e, 4) a substitutiva de insumos industriais para agricultura, dos anos 1970 a 1980, vinculada à crise de 1973, voltadas para a modernização da agricultura, especificamente nas áreas do Cerrado.

A quarta fase (1970-1980) coincide com a pressão demandada pela modernização da agricultura e consequentemente a expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste brasileiro. Esta fase é estimulada principalmente pelos investimentos estatais instituídos a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do governo Geisel. O traço principal da modernização é dado pela mecanização (tratores, colheitadeiras, etc.) e quimificação (agrotóxico) do campo e expulsão do trabalhador do campo. Nesta fase o maior objetivo fora a ocupação das áreas de Cerrado (MOREIRA, 2002).

Generaliza-se o emprego de tratores, adubos químicos e agrotóxicos, ultrapassando velozmente os índices da primeira metade dos anos 70, por trás do qual encontramos os interesses das mesmas multinacionais, agora, porém, como produtoras de insumos industriais para consumo agropecuário: Ford, Massey Ferguson, Shell, Ciba-Geigy, Bayer, Dow-Chemical, Agrocere, Cargill etc (MOREIRA, 1986, p. 15).

Daí seja importante ressaltar que durante as quatro fases o Estado tem papel fundamental na organização da economia. Dois modelos de acumulação vão perpassar estas fases: aquele originado pela indústria têxtil na produção de bens não duráveis e aquele originado da indústria automobilística na produção de bens duráveis. Todos os modelos de acumulação vão funcionar a partir da intervenção (direta ou indireta) do Estado, principalmente elaborando e executando a política salarial e construindo a infraestrutura básica de energia para a indústria, bem como a rede viária urbana, intermunicipal e interestadual. O mecanismo principal de intervenção do Estado fora através da política dos planejamentos.

Segundo Moreira, o modelo histórico mundial é formado em três fases distintas: uma primeira começando no Renascimento do século XIV indo até o Iluminismo do século XVIII; uma segunda começando com o Iluminismo fechando com o advento do capitalismo tardio em meados do século XX; uma terceira começando com o capitalismo tardio, coincidindo com o capitalismo globalizado que começa ao final do século XX e continua no século XXI.

Os períodos do modelo histórico brasileiro têm correspondência com as fases de desenvolvimento do modelo mundial. A realização do modelo histórico brasileiro é a forma que o país se organiza para responder às suas tarefas na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, a primeiro período do

modelo histórico mundial (que na Europa é a fase da acumulação primitiva e do capital mercantil), no Brasil é o momento em que se realiza a sociedade colonial agrário-escravista. O Brasil participa do processo de acumulação primitiva europeu, ajudando a gerar naqueles países o excedente necessário à constituição da indústria (MOREIRA, 2002).

O segundo período do modelo histórico mundial coincide com um processo de acumulação que tem origem na indústria. O espaço inicial de realização desse processo é a fábrica, através da produção e extração da mais-valia. No Brasil este período coincide e culmina com a segunda fase do modelo industrial. Período que amadurece com os resultados da consolidação do Estado-nação e se realiza com a produção de uma acumulação primitiva interna e o desenvolvimento tardio do capitalismo industrial (MOREIRA, 2002).

O terceiro período do modelo histórico mundial coincide com a crise do capitalismo em nível mundial que abre a crise do compromisso fordista e instaura a época do capital financeiro. No Brasil este momento coincide com os efeitos da implantação do “milagre brasileiro” de 1968 e com o PND II, que buscava responder aos efeitos da crise, mas também com a luta do povo pelas diretas, pela anistia e pelo fim da ditadura militar. O capitalismo, plenamente mundializado, buscava agora a realização do valor não apenas centrado na produção da mais-valia no interior da fábrica, mas incorporando todo tipo de excedente ou meio que possa converter em acumulação ⁴⁹ (MOREIRA, 2002, p. 41).

Feitas as considerações a respeito dos modelos de escala espaço-tempo do Brasil e de escala espaço-tempo mundo e suas formas de encaixe, Moreira propõem um conceito de reestruturação, localizando-o na transição da hegemonia do capital industrial para a hegemonia do capital financeiro, apontando, desde já, para um esgotamento simultâneo dos quatro modelos de espaço-tempo analisados.

⁴⁹ Autores de diversas matrizes teóricas vêm apontando, desde os anos de 1980 pelo menos, para a situação do fim dos empregos e das relações clássicas assalariadas. É em geral escamoteado o fato do capital não sobreviver sem apropriar-se privadamente de tempo de utilização de energia prática humana. O emprego com carteira assinada está longe de ser a única forma capitalista de apropriação de tempo de trabalho alheio. Qualquer forma de pagamento pode ser adequada se a relação estiver mediada pelo mercado, e permitir a auto-reprodução cotidiana da força de trabalho de indivíduos formalmente livres. Atualmente, em um sistema ampliado cooperativo, a apropriação de tempo de trabalho excedente se dá-nos diversos ramos dos complexos produtivos regionais e mundiais. Sem esta apropriação o capital não se reproduz; mais ainda sem apropriar-se continuamente de mais valor não há capital (FERRARI, 2008, p. 26).

A sincronicidade do esgotamento das escalas de espaço-tempo mundo e espaço-tempo-Brasil é o aspecto básico da natureza e movimento da reestruturação. Não por uma simples coincidência, o modelo histórico mundial e o modelo histórico brasileiro se esgotam, quando ambos se esgotam no mesmo tempo (MOREIRA, 2002, p. 42).

O esgotamento de ambos os modelos, no mundo e no Brasil, é também o esgotamento do entendimento do mundo como diverso, substituído pela ideologia da globalização, afirmando a existência de um *espaço tempo únicos*. No caminhar da história mundial e brasileira, esta é a primeira vez que ocorre um esgotamento sincrônico, isto é, um esgotamento ao mesmo tempo de todos os modelos que nos fala Moreira.

Sempre houve reestruturação na história, mundial e brasileira. As formas de reestruturação passadas viveram, todavia, momentos de diacronismo, em que o que acontecia numa escala de tempo não acontecia na outra. O que ocorria na escala da história do mundo, por exemplo, não era o que se via na escala brasileira, como por exemplo, o modelo industrial brasileiro. A novidade do nosso tempo é a sincronia, mercê da simultaneidade do esgotamento dos quatro planos. Assim, ao mesmo momento em que se tem que entrar num novo modelo de desenvolvimento. Isto como exigência de acompanhamento da entrada do mundo no capitalismo num novo momento histórico (MOREIRA, 2002, p. 45).

Sobre a simultaneidade do nosso tempo, Santos esclarece que:

A unicidade do tempo não é apenas o resultado de que, nos mais diversos lugares, a hora do relógio é a mesma. Não é somente isso. Se a hora é a mesma, convergem, também, os momentos vividos. Há uma confluência dos momentos como resposta àquilo que, do ponto de vista da física, chama-se tempo real e, do ponto de vista histórico, será chamado de interdependência e solidariedade do acontecer. Tomada como fenômeno físico, a percepção do tempo real não só quer dizer que a hora dos relógios é a mesma, mas que podemos usar esses relógios de múltiplos de maneira uniforme. Resultado do progresso científico e técnico, cuja busca se acelerou com a Segunda Guerra, a operação planetária das grandes empresas globais vai revolucionar o mundo das finanças, permitindo ao respectivo mercado que funcione em diversos lugares durante o dia inteiro. O tempo real também autoriza usar o mesmo momento a partir de múltiplos lugares; e todos os lugares a partir de um só deles. E, em ambos os casos, de forma concatenada e eficaz.

Com essa grande mudança na história, tornamo-nos capazes, seja onde for de ter conhecimento do que é o acontecer do outro. Nunca houve antes essa possibilidade oferecida pela técnica à nossa geração de ter em mãos o conhecimento instantâneo do acontecer do outro. Esta é a grande novidade, o que estamos chamando de unicidade do tempo ou convergência dos momentos (SANTOS, 2000, p. 27).

Todos os lugares participam desta sincronia e experimentam com maior ou menor intensidade as mudanças que ocorrem em outras escalas.

Nesse percurso a consolidação do Estado Nacional e do imperialismo são peças-chave. É a evolução desse processo histórico que culmina com o que Moreira (2002) e Santos (2000) estão chamando de *espaços-tempos do mundo*, podemos concluir assim, o tempo da hegemonia do valor de troca na história da humanidade.

A reestruturação contemporânea é, afinal, a organização da sociedade do trabalho como forma histórica do capitalismo mundializado. Também nova forma de organização da economia e da política sintonizadas com a exigência da reprodução do capital em crise. Dissemos anteriormente que houve um esgotamento simultâneo de todos os modelos históricos do Brasil e do mundo, daí a reestruturação ter a profundidade que nos apresenta hoje. Não se trata mais de reestruturar determinados modelos de forma isolada, mas da destruição definitiva de formas de sociabilidade horizontais e a construção de formas verticalizadas. Reestrutura-se o trabalho na fábrica com o fim do compromisso fordista, reestrutura-se o Estado, privatizando o patrimônio público, reformas neoliberais. Reestrutura-se o espaço, alterando profundamente a estrutura territorial do país e as escalas locais.

Daí necessário dizer que a estrutura de um capitalismo de base financeira como o atual não criou um mundo homogêneo e único, as diferenças históricas entre o Brasil e o mundo, principalmente com a Europa e Estados Unidos continuam. Desconsiderar isto é buscar soluções para os problemas do Brasil transpondo mecanicamente as respostas elaboradas noutras partes do mundo para responder aos seus problemas em relação à crise do capitalismo. A resposta à questão da crise no Brasil foi elaborada de fora pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, dentre outros. Por isto não serve.

A forma da resposta produzida no Brasil criou formas de desemprego, terceirização e informalidade que não necessariamente ocorreram nos países da Europa e nos Estados Unidos da mesma forma e intensidade. De outro lado a burguesia brasileira tem sido incapaz de formular, propor e liderar projetos autônomos, ficando refém para ser o alicerce de uma modernização conservadora e excludente (FERRARI, 2008).

O processo de reestruturação do capitalismo, transformando a economia, a política e a cultura colocaram recentemente na história dúvidas a respeito da existência das diferenciações geográficas e, obviamente, das regiões. Estes processos

já foram analisados por diversos autores como Harvey, 1992; Santos, 1997; Haesbaert, 1991; Arrais, 2007, dentre outros. É este tema que estaremos ocupados no próximo capítulo a partir da análise de um caso concreto que são as recentes transformações espaciais do Sudeste Goiano.

3 A CONSTRUÇÃO DO SUDESTE GOIANO COMO INTEGRANTE DA REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL BRASILEIRA

Da mesma forma, como se diz, hoje, que o tempo apagou o espaço, também se afirma, nas mesmas condições, que a expansão do capital hegemônico em todo o planeta teria eliminado as diferenciações regionais e, até mesmo, proibido de prosseguir pensando que a região existe.
(Milton Santos, 1996).

O fato é que a região não declina de importância, tanto no espaço real quanto na teorização, mas seu papel não é mais o da forma chave da arrumação dos espaços reais bem como de a principal entre as categorias constitutivas do discurso geográfico.
(Ruy Moreira, 2004).

[...] a questão regional e a análise da reestruturação regional foram colocadas na agenda política e teórica contemporânea com força renovada.
(Edward Soja, 1993).

Neste capítulo, apresentamos uma análise do processo de constituição e de reestruturação da região Sudeste de Goiás a partir da década de 1970. Entendemos este processo como resultado da reestruturação espacial porque passa o capitalismo mundial, afetando profundamente a geografia brasileira como um todo. Nesse sentido, o processo de reestruturação regional, objeto desta análise é parte de um processo mais ou menos amplo que inicia sua montagem na década de 1970 e se desdobra na década de 1990, produzindo novos arranjos sócios espaciais. O desdobramento significando um salto qualitativo, criação de novas relações, mas, de forma alguma uma ruptura total com o processo da montagem. “Um processo que se reinicia pelo movimento contínuo de reestruturação, até que chega ao estado da reestruturação permanente (MOREIRA, 2007, p. 81).

Ressalta-se desde já que, embora importante em um trabalho de geografia, não é o objetivo deste capítulo, fazer uma problematização teórica a respeito do conceito de região, formação regional e sua pertinência. Não se negará, entretanto, sua existência como escala de análise, tampouco irá aceitá-la nos moldes da objetividade positivista proposto por Vidal de La Blache como sendo algo evidente, dada, tampouco às fragmentações típicas da pós-modernidade. No nosso entendimento a região é

objetiva podendo ser identificada e analisada, mas no sentido de ser produto das contradições do movimento da história, circunscrito territorialmente. Objetiva no sentido que a sociedade é quem faz a história, mas nas condições herdadas pelo passado e não conforme decisões individuais. Nesse sentido, a região existe concretamente forjada pela luta de classes e, em grande medida, definidas pelo Estado, não sendo evidente faz-se necessário um esforço intelectual para “arrancar-lhe as máscaras”, pois como nos ensina o geógrafo Tadeu Arrais em seu livro: *A região como arena política*:

Olhar para uma região não basta para que possamos compreender o processo de sua produção. É certo que se trata do primeiro passo, uma vez que a paisagem regional guarda, por ser expressão da produção regional, pistas de uma história que devemos perseguir. O caminho escolhido reitera uma postura metodológica que consiste em entender a diferenciação regional como fruto de relações sociais produzidas historicamente, em conexão com o presente e com a totalidade, esta última sendo compreendida com base nas relações entre a sociedade mundial e a sociedade local, como muito cedo nos advertiu Santos (ARRAIS, 2007, p. 23).

Pelas observações de Arrais a região seria a escala na interface das escalas local e mundial. Durante muito tempo, a mediação das cidades do Sudeste Goiano com o Brasil e com o mundo se deu através da *rede ferroviária*. Esta forma de mediação, entretanto, entrou em crise e em “decadência”⁵⁰, podendo até mesmo dizer que a ferrovia criou uma região própria: a Região da Estrada de Ferro e através dela se relacionava com o mundo.

Com o passar do tempo, as mudanças na economia e na política brasileira, possibilitaram a construção da Região Sudeste de Goiás e, ao mesmo tempo, colocou a cidade de Catalão como controle regional. Daí esta cidade ganhou expressão nacional a partir da instalação em seu território de várias unidades fabris minero-químicas e também de fazendas modernas ligadas ao agronegócio da soja e do milho, sobretudo a partir dos anos de 1980 e 1990, projetando-a em diversas escalas: local, regional, nacional e, até mesmo internacional.

Esta posição regional dominante de Catalão apoia para que a Região Sudeste de Goiás seja identificada popularmente como Região de Catalão, ou Microrregião de

⁵⁰ Decadência é um termo caro às ciências humanas. Em nosso entendimento a ferrovia já tinha cumprido o seu papel, que era integrar estes espaços à economia de mercado. Nesse sentido a palavra decadência deve ser usada com certas reservas.

Catalão⁵¹ (Figura 2). Nesse sentido, ter a região como mediadora com o mundo é aceitar politicamente a cidade de Catalão no controle do espaço regional. No entanto, se no mundo globalizado os espaços não se arrumam mais em termos de região como afirmam alguns autores, como se pode dar tal mediação?

Nesse sentido, aceitá-la como realidade objetiva, não se quer dizer com isso que não haja dúvidas a respeito da legitimidade do uso do termo Região de Catalão para designar tal espaço. A dúvida se deve, em primeiro lugar, ao fato de estarem agregados no mesmo espaço sob esta designação municípios com realidades díspares sob vários aspectos como: população, economia, política, arrecadação de impostos, etc. (Tabela 1). E, em segundo lugar, que a identidade regional é forjada (inventada) numa época em que a ideia de região parece não ocupar o mesmo lugar na ordem construtiva do discurso geográfico (MOREIRA, 2004).

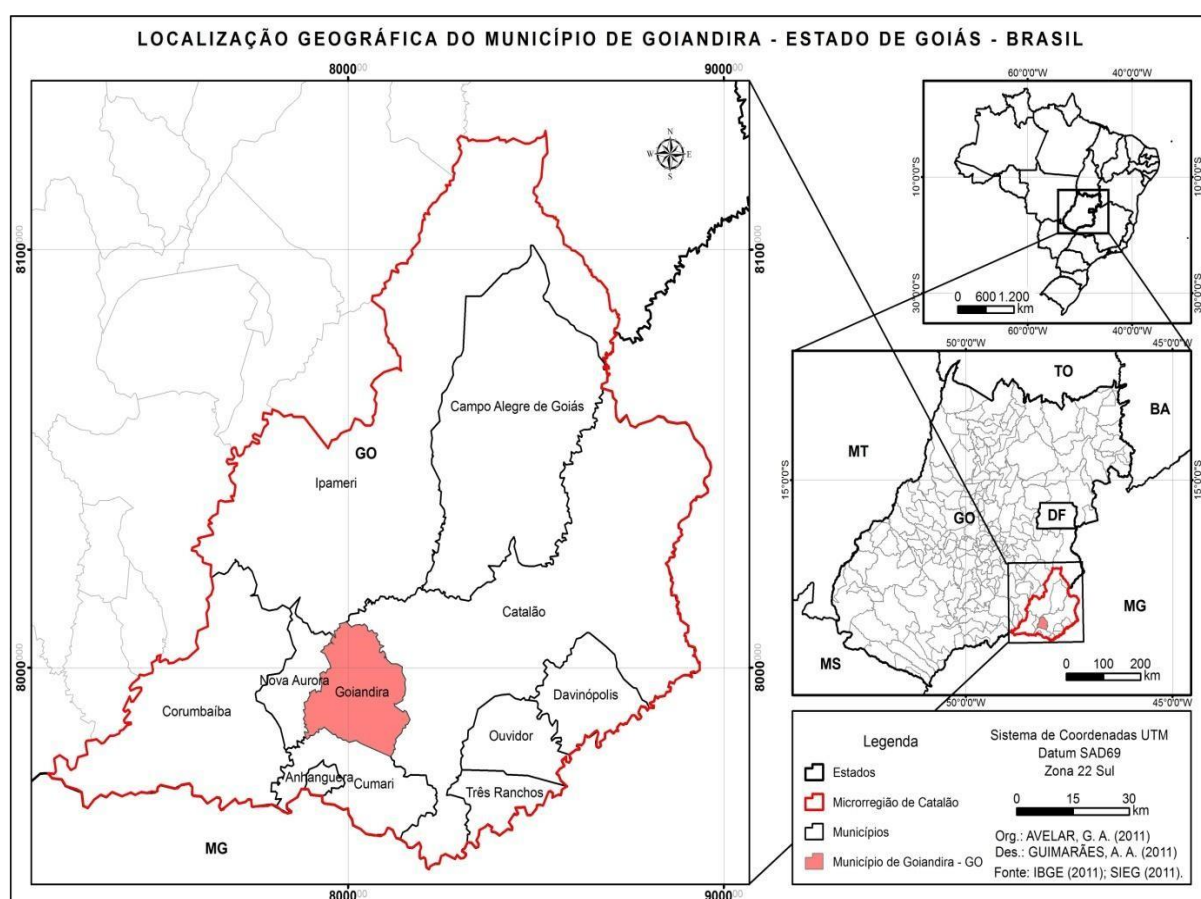


Figura 2: Mapa da Região Sudeste de Goiás, com destaque para Goiandira

⁵¹ Conforme Batista de Deus (2002, p. 52) os municípios que formam a Região Sudeste de Goiás são: Anhangüera (1), Campo Alegre (2), Catalão (3), Corumbáiba (4), Cumari (5), Davinópolis (6), Goiandira (7), Ipameri (8), Nova Aurora (9), Ouvidor (10) e Três Ranchos (11). Esta proposta de divisão regional não é a única para o Sudeste Goiano, mas suficiente para os propósitos da presente pesquisa.

Importante ressaltar que o fato de ter sido inventada uma identidade regional, não quer dizer que a cidade de Catalão e sua liderança regional surgisse do nada, repentinamente na década de 1980. A história de Catalão é secular com importante influência política e econômica no Estado de Goiás bem antes desta década. É isto que se pode depreender na análise de Gomes quando afirma que:

No censo de 1920, Catalão era, com 38.574 habitantes, o município de maior população de Goiás, com uma larga margem de 13.000 habitantes sobre o segundo, Boa Vista, no extremo norte do Estado (GOMES, 1994, p.149).

Contudo, conforme ressaltava também Gomes, Catalão perde influência após a construção de Goiânia, passando por um processo de “estagnação econômica” entre os anos de 1940 e 1970 (GOMES, 1994, p. 157 a 181). Entretanto é preciso dizer que a leitura que fazemos quando se afirma que um dado lugar se estagnou do ponto de vista econômico é muito mais em relação ao que conhecemos por circuito superior da economia, muito mais visíveis. As pesquisas relativas a este período têm sido evitadas em favor do período de ascensão econômica que se deu após a década de 1970.

No Estado de Goiás a cidade mais próxima e que concorria diretamente com os interesses de Catalão do ponto de vista econômico na época do auge da ferrovia era Ipameri. Hoje, Ipameri não tem a mesma vitalidade de outrora. Recentemente, estimulada pelo agronegócio, esta última também está se recuperando economicamente, mas de forma alguma com a capacidade de eclipsar a *luminosidade* de Catalão.

A virada político-econômica de Catalão na atualidade está estritamente ligada à renovação das estruturas espaciais por que passou o Brasil na segunda metade do século XX. Nesse sentido, são fatores importantes a construção de Brasília, inaugurada em 1960 e também a construção da BR 050 que cortou a cidade ligando-a por rodovia federal à importante rede urbana brasileira: Brasília, Uberlândia, São Paulo. Ressalta-se também que foi inaugurada em outubro de 1984 a rodovia estadual JK, que liga Catalão e todo Sudeste Goiano à capital do Estado Goiânia por

asfalto⁵². No entanto, a reestruturação de maior significado, devido ao fato de agir diretamente na cidade de Catalão, é aquela vinculada diretamente aos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs): indústria minero-química e modernização da agricultura.

Os efeitos desta virada econômica para a cidade de Catalão são analisados por Maria Cristina Nunes Ferreira Netto que esclarece:

Catalão é uma cidade do sudoeste⁵³ goiano que se encontra próxima a grandes centros: Brasília a 298 km, Goiânia a 259 km e Uberlândia a 110 km. A instalação das mineradoras na cidade provocou, num curto período de tempo, mudanças acentuadas na vida da população. É costume na região dizer que a cidade passou por uma “explosão”, uma vez que ela, até então, vivia em um estado de “estagnação econômica”, porque a construção de Goiânia (inaugurada em 05-07-42) havia lhe tirado a condição de principal entreposto comercial entre o Norte pouco desenvolvido e o Sul, mais dinâmico. Devido à construção das modernas vias de comunicação, as estradas rodoviárias, a nova capital do estado havia se tornado o elo de integração com as outras regiões do estado e do país (FERREIRA NETTO, 1998, p. 73 e 74).

A partir desta nova conjuntura regional analisada por Ferreira Netto podemos compreender as análises do geógrafo João Batista de Deus em seu livro *O Sudeste Goiano e a Desconcentração industrial*, quando afirma que:

O estudo da microrregião Catalão passa a ser relevante, não apenas para entendermos o processo de urbanização de Goiás, e brasileiro, transformando arranjos eminentemente agrários em lugares conectados à reprodução global do capital industrial. A industrialização recente em Catalão é produto de novas transformações espaciais ocorridas no território brasileiro, com relevantes mudanças no espaço goiano ainda pouco estudadas (BATISTA DE DEUS, 2003, p. 51).

Corroboramos com as observações que Batista de Deus faz no sentido de relacionar as mudanças que estão ocorrendo em Catalão nos anos de 1970, 1980 e 1990 como integrantes de um processo mais amplo de reestruturação da economia e da política no Brasil e no mundo. Embora, as mudanças em Catalão e na Região Sudeste foram mais perceptíveis a partir da década de 1980, a origem da mudança deve ser buscada no processo de reestruturação em curso ainda no regime militar

⁵²O asfalto desta rodovia é importantíssimo para Catalão e região. Pela ferrovia consumia até 12 horas para viajar até Goiânia e pela rodovia sem o asfalto consumia o mesmo tempo, sendo que em época de chuvas ficava praticamente intransitável.

⁵³ Catalão está situado a Sudeste do Estado de Goiás, na dissertação de Ferreira Netto está escrito Sudoeste.

que visou mudanças na concentração industrial brasileira, buscando novas formas de acumulação para o capital.

Antes de prosseguir uma ressalva se faz necessária. Muitas vezes os efeitos desse processo de desconcentração na cidade de Catalão são compreendidos como um único, contínuo e evolutivo processo. No entanto, são duas lógicas diferentes, pois o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PNDII) faz parte de um processo desencadeado por uma economia nacional fechada, diferente do processo desencadeado pelo neoliberalismo sob o comando de uma economia nacional aberta⁵⁴. Nesse sentido, a desconcentração industrial de 1970 é, embora flertando com os interesses privados, em grande parte, estatizante, diferente da lógica privatista da desconcentração industrial da década de 90. Assim contribui melhor para a análise refletir para além das mudanças regionais, olhando para as *mudanças estruturais* relevantes por que passa a economia e a política brasileira, ou seja, a mudança da sociedade brasileira.

Sobre estas mudanças Moreira observa que:

[...] a concentração do parque industrial brasileiro chega a 80,8% na região Sudeste (58,1% só em São Paulo) considerando o valor da produção, as demais regiões repartindo entre si os 19,2% restantes: Sul 12,0%, Nordeste 5,7%, Centro-Oeste 0,8%, e Norte 0,8%, quando juntas em 1907 repartiam 44%. Em 1958 reuniam 78,8%, mas há aqui uma grande diferença – a causa é simples: São Paulo reúne praticamente todo o setor de bens de capitais, equipamentos, intermediários e consumo durável, e o grosso do setor de não durável. Dessa forma, a diferenciação-concentração industrial chega a um grau insustentável, criando efeitos contrários à própria lógica que em sua origem a presidia. Uma deseconomia de escala, visível já na virada dos anos 1960 e 1970, afetando custos e produtividade, congestionando a continuidade do processo industrial e põe em compasso a marcha-ré a continuidade do ritmo do desenvolvimento brasileiro. Visando à reversão desse quadro, os sucessivos governos militares ascendidos ao poder em 1964 mobilizaram um conjunto de estratégias redistributivas da indústria através do PNDs (Plano Nacional de Desenvolvimento) – o I PND (1970-1974), voltado para a modernização da agricultura; o II PND, para a redistribuição da indústria [...], iniciando uma nova fase de reestruturação espacial da indústria no Brasil.

⁵⁴ Deve-se ressaltar, no entanto que uma das preocupações centrais do II PND foi o fortalecimento do capital privado nacional. —A grande empresa nacional surgiria nos “espaços vazios” criados pela Estratégia, surgiria pela promoção da pequena e média que pudesse ou pretendesse disputar liderança no setor onde estivesse [...] A Estratégia perseguiria preferencialmente a grande empresa nacional nas indústrias básicas, porém apoiaria onde fosse possível sua constituição, não importa qual setor (LESSA, 1998, p. 219).

[...] Uma estratégia que só parcialmente será conseguida, mas que atingirá uma amplitude territorial com força suficiente para renovar a divisão territorial do trabalho e a configuração de espaço nacional então existente.

[...] A fórmula da recuperação industrial dos estados e regiões é a política de instalação de indústrias de bens intermediários, em geral na forma de polos minero-industriais, e as usinas hidrelétricas de grande porte em pontos estratégicos da periferia nacional, localizadas ao longo das periferias regionais de São Paulo, acompanhada de uma expansão da fronteira agrícola e maior difusão dos meios de transferência pelo território nacional, de modo a atender a demanda de circulação de transportes, comunicação e energia entre regiões polos e favorecer o florescimento industrial para além dos Sudeste. (MOREIRA, 2004, p.134).

Nesse sentido, entendemos que é nesse processo mais amplo de reestruturação da economia brasileira que se encaixa as mudanças que estão ocorrendo em Catalão nos anos de 1970, simbolizado pela criação do polo minerador e criação da empresa Goiasfértil em 1978⁵⁵ e também da criação dos polos do nióbio e do fertilizante. Essa época coincide com o fim da era do planejamento regional no Brasil e a ascensão da chamada “integração nacional”, centrada na ideia de polos. Daí em diante,

[...] a política de desenvolvimento regional global é substituída por programas específicos (pólos, regiões-programas) que insistem na articulação da região com a totalidade - e não mais na articulação intra-regional (VAINER & ARAÚJO, 1992, p. 25).

O território brasileiro é pulverizado em microlocalizações estratégicas (os polos) subordinando estes pontos aos interesses do centro (VAINER & ARAÚJO, p. 30). Nesse sentido as regiões tradicionais orientadas dentro do conjunto das políticas de desenvolvimento regional, cujo modelo maior foi a Superintendência do

⁵⁵ Em 10 de abril de 1978 foi criada a Goiás - Fertilizantes S.A. – Goiasfértil – objetivando o aproveitamento das jazidas de fosfato de Catalão/Ouvidor (FERREIRA NETTO, 1998, p. 64). Também nesse caso é preciso observar que a Goiasfértil não surgiu do nada. Em 10/11/1961 o Governo Estadual, gestão Mauro Borges Teixeira, criou uma empresa de economia mista com a finalidade de fazer pesquisas minerais no Estado de Goiás: a Metago (Metais de Goiás). A empresa começou a funcionar no ano de 1962, estava na presidência da República à época o Governo João Goulart, num momento de intensa mobilização da sociedade por reformas de base. A Metago fora criada numa perspectiva nacionalista. Com o golpe militar de 1964 o governador Mauro Borges Teixeira é cassado, vários profissionais são perseguidos e a Metago passa por uma reestruturação entre os anos de 1964 a 1968. As lavras de Catalão foram requeridas pela Metago no ano e autorizadas sua exploração no ano de 1974, pelo então General Ernesto Geisel. Pelo potencial do mineral do fosfato, as jazidas de Catalão são incluídas dentro dos objetivos do II PND. A partir da década de 70 várias empresas privadas nacionais começaram a operar em Catalão na extração de minério, tanto fosfato quanto nióbio (FERREIRA NETTO, 1998).

Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) analisada por Francisco de Oliveira em seu livro *Elegia para uma re(li)gião*, são definitivamente sepultadas. Como resultado desta política,

[...] O espaço integrado nacional que surge, no entanto, contraditoriamente, é mais segmentado que seu antecessor. Com efeito, o ataque desfechado contra a região e sua simultânea segmentação, foram o formato da transição para uma nova era: *a era dos enclaves*.

A partir de agora a totalidade do território não é vista nem como conjunto de regiões *hierarquicamente articuladas*, nem como amálgama de regiões-programa, mas como um somatório de recursos mais ou menos acessíveis. A ação estatal não tem mais em vista a *captura* das regiões (na verdade já concluída), mas a viabilização da apropriação de recursos localizados ao longo do território (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 28, grifo no original).

Os enclaves sejam eles, minerais, agrícolas ou energéticos, são implantados na região não fazendo parte de nenhum programa de desenvolvimento decidido pela comunidade local, não expressando “forças endógenas”. Os frutos resultantes desses empreendimentos são consumidos em outros lugares, porém os efeitos negativos são consumidos no próprio local onde estão instalados, estimulando conflitos cada vez mais intensos (VAINER & ARAÚJO, 1992, p. 34, 35). Para Vainer e Araújo este processo pode ser visto como a “recriação dos tradicionais enclaves coloniais”. Assim,

Nas sociedades modernas, a seletividade ganha outro sentido. Governado pela lógica do mercado, a seletividade é transformada numa prática de ocupação especializada e fragmentária do espaço, orientado pela e para a divisão territorial do trabalho e o aumento contínuo da produtividade. O interesse da troca converte-se num mecanismo de descarte de tal modo generalizado das espécies, que reduz ecossistemas inteiros a alguns resíduos, quando não os elimina de todo com o assentamento de espécies trazidas de fora e sem nenhum vínculo originário com o meio ambiente local. E, desse modo, numa seletividade desambientalizante, desterritorializante e desenraizante (MOREIRA, 2001, p. 22).

Com efeito, a instalação de tais projetos em determinado local não deixa de produzir aglomeração. Através dos dados da Tabela 1 é possível mostrar esse movimento na cidade de Catalão. Nota-se pela leitura dos dados que ocorre uma expressiva concentração da população na cidade de Catalão após a década de 70, isto podendo ser explicado pela instalação das mineradoras de fosfatos e nióbio, que geraram uma expectativa de muitos empregos. Do contrário, se observa nas demais cidades da região um decréscimo populacional.

O crescimento populacional de Catalão na última década está, de forma mais direta ligado à instalação da montadora Mitsubishi ao final da década de 90, a construção da barragem Serra do Facão durante os anos de 2000 e também à recente expansão do Campus da Universidade Federal de Goiás⁵⁶. Observa-se também, e isto é qualitativamente importante, que nesse período, à exceção da cidade de Cumari, todas as demais cidades da região tiveram uma recuperação populacional, nesse sentido este último movimento não se deu à custa do esvaziamento das cidades vizinhas.

⁵⁶ O Campus da Universidade Federal de Catalão começou a funcionar em 1986 com dois cursos (Geografia e Letras). Até 2005 tinha sete cursos; hoje, viabilizados pelo processo de expansão das IFES e também pelo Reuni, possui 21 cursos.

Tabela 1: População campo/cidade da Região Sudeste de Goiás

POPULAÇÃO RESIDENTE																
	1960			1970			1980			1991			2000			
Município	Campo	Cidade	Total	Campo	Cidade	Total	Campo	Cidade	Total	Campo	Cidade	Total	Campo	Cidade	Total	
Anhanguera	154	1.179	1.333	140	943	1.083	107	609	716	80	789	869	55	840	895	
C. Alegre	4.554	492	5.046	3.888	576	4.464	3.326	1.059	4.385	2.447	2.087	4.534	1.657	2.871	4.528	
Catalão	14.464	11.634	26.098	12.006	15.384	27.390	8.486	30.708	39.194	7.363	47.123	54.486	6.741	57.606	64.347	
Corumbaíba	5.912	1.587	7.499	5.055	2.412	7.467	2.884	3.030	5.914	2.241	3.257	5.498	1.800	4.855	6.655	
Cumari	2.859	2.009	4.868	2.635	2.348	4.983	1.346	2.442	3.788	772	2.116	2.888	804	2.301	3.105	
Davinópolis	*	*	*	2.858	543	3.401	1.851	608	2.459	1.174	945	2.119	815	1.294	2.109	
Goiandira	3.795	3.169	6.964	2.516	3.517	6.033	1.362	4.356	5.718	1.100	4.274	5.374	768	4.199	4.967	
Ipameri	8.920	9.583	18.503	7.923	12.586	20.509	5.760	14.649	20.409	3.892	16.872	20.764	3.788	18.840	22.628	
Nova Aurora	1.288	958	2.246	1.094	1.055	2.149	776	1.154	1.930	377	1.465	1.842	264	1.663	1.927	
Ouvidor	*	*	*	3.220	708	3.928	1.951	1.490	3.441	1.185	2.517	3.702	887	3.384	4.271	
Três Ranchos	2.114	955	3.069	2.173	1.073	3.246	1.315	946	2.261	948	1.314	2.262	555	2.276	2.831	
TOTAL	44.060	31.566	75.626	43.508	41.145	84.653	29.164	61.051	90.215	21.579	82.759	104.338	18.134	100.129	118.263	1

Fonte: Censo IBGE: 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. (*). Não obtivemos estes dados.

O que se percebe pelos dados da Tabela 1 são os efeitos espaciais de dois processos distintos, porém cumulativos da reestruturação econômica e política do Brasil e que rebate sobre cidade de Catalão e região. O primeiro processo refere-se ao período 1970 a 1980 e traduz os efeitos gerados pelas diretrizes do II PND como a instalação do polo minerador e a modernização da agricultura⁵⁷ formuladas no interior da estratégia dos governos militares no projeto *Brasil Grande Potência*. O segundo período, refere-se à desconcentração neoliberal que iniciou na década de 1990 com seus efeitos até nos dias atuais. Sobre a geografia resultante desses dois períodos a análise que Moreira faz sintetiza bem o nosso entendimento, segundo ele:

Numa enorme ironia como o Projeto Brasil Grande dos governos militares, com o apoio justamente nesses pólos e grandes projetos a reforma neoliberal desmonta e desintegra o espaço do projeto nacional brasileiro. Fatiado pelas empresas privadas e privatizadas controladoras dos pólos, e por isso autônomas nas suas políticas de territorialidades, com elas a natureza nacional do espaço se dissolve. Cada fração e pólo da divisão territorial do trabalho vira um lugar desorgânico com suas regiões e lugares de encaixe, cada empresa atuando com suas estratégias territoriais próprias (MOREIRA, 2004, p. 148).

Esta análise demonstra que podemos afirmar com bastante segurança que as políticas de desconcentração iniciadas na década de 70 foram decisivas para instalação das novas políticas de cariz neoliberal implantadas na década de 90, sobrepondo espaços e tempos desiguais. Aqui se coloca a questão de como o uso atual do território se combina contraditoriamente com o uso anterior, pois é esta combinação que produz o específico de um determinado lugar.

Para a geógrafa Bertha K. Becker (2004, p. 13) estas novas políticas de desconcentração não decorreram apenas das estratégias das empresas multinacionais; houve uma política estatal que favoreceu a desconcentração no território nacional. O Estado é um “sujeito” atuante em ambos os períodos, mas em cada um dos períodos sua atuação será profundamente diferenciada e até mesmo antagônica. No primeiro, o Estado é o agente ativo da produção, no segundo seu papel é mais empreendedor, preocupado com a criação de um “ambiente saudável”

⁵⁷ “[...] corresponde ao surto da expansão capitalista, com o avanço das modernas fronteiras agrícolas que se abriram nos anos 70 no Brasil, e em Catalão, especificamente na década de 80. Isso demonstra que, em Catalão, a agricultura nos moldes empresariais é recente. Os programas especiais para a ocupação dos cerrados iniciaram em 1970 e começam pelo sudeste de Goiás onde as condições naturais e localizacionais são mais propícias” (MESQUITA, 1993, p. 15).

(aqui implica criação de leis favoráveis ao empreendimento, limpeza do terreno quando necessário e violência policial) para os negócios. Esta observação é importante, pois, ao contrário do que certas crenças, o poder do Estado não enfraqueceu; “o territorial está mais do que nunca vivo, como prática planejada... dentro do GPI Grande Projeto de Investimento (GPI). E, nesse formato, ele aparece mais do que nunca como organização do território para o empreendimento, ordenamento do espaço para a obra” (VAINER & ARAÚJO, 1992, p. 32, colchetes nossos). Assim,

Polos e regiões da divisão territorial do trabalho viram totalidades em si mesmas num todo nacional desorgânico. Os pólos não se conectam com suas regiões, que *viram quando muito panos de fundos históricos*, pólos e regiões, expressões históricas, respectivamente da política dos grandes projetos [...] e grandes espaços (MOREIRA, 2004, p. 149, grifo nosso).

Disso tudo, depreende-se que:

Na caracterização atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era o próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõe arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição (SANTOS, 1996, p. 226).

As recentes mudanças e a construção de um novo arranjo espacial começam a ser montado na década de 90 simbolizado pelo ano de 1992 quando é privatizada a empresa mineradora estatal Goiasfértil. A privatização desta empresa não é um caso isolado e faz parte de todo um processo de reestruturação industrial por que passa o capitalismo mundial. No Brasil antes da privatização foi preciso desregulamentar o Estado. A reforma neoliberal já estava escrita na agenda da política brasileira.

Embora não seja ponto específico de nossa pesquisa é preciso esclarecer que há uma crise mundial específica do setor da mineração tendo como ápice a década de 80, resultante dos enormes estoques formados anteriormente, principalmente dos fosfatados. Isto tudo leva a uma profunda racionalização do setor, esgotando de forma definitiva o modelo de substituição de importações, cujo último esforço nessa direção fora feito através do II PND. A Constituição de 1988, embora mantenha algumas conquistas anteriores a respeito da nacionalidade do setor, inicia a reestruturação do setor mineiro, desonerando-o de forma significativa,

levando à crise municípios que dependiam quase exclusivamente das receitas geradas pelo setor como era o caso de Catalão à época (FERREIRA NETTO 1998, p. 146 a 159).

A Goiasfértil foi a primeira empresa do setor minerador escolhida para ser privatizada dentro do Programa Nacional de Desestatização do governo Collor e que depois de um leilão frustrado em fevereiro de 1992 por falta de compradores, foi vendida em outubro do mesmo ano em um novo leilão (FERREIRA NETTO, 1998, p. 157- 158).

Para além do desemprego causado pelo processo de privatização, face mais visível e que por si só produz importantes repercussões na vida das pessoas, estamos diante da **expropriação da propriedade comum** como nova política de Estado com a finalidade de entregá-la à iniciativa privada buscando com isto resolver em parte a crise do capital.

Antes mesmo de ser privatizada a empresa passou durante o ano de 1989 por ajustes estruturais visando adaptá-la às condições competitivas de uma empresa privada. No ano de 1985 a empresa já estava completamente automatizada. A mecanização da empresa fez com que dos 976 trabalhadores iniciais em 1978, passasse a 812 trabalhadores em 1984. No ano de 1992 eram apenas 677 trabalhadores. Imediatamente, após a privatização da Goiasfértil, somente nos dois primeiros meses foram demitidos mais 163 trabalhadores (FERREIRA NETTO, 1998, p. 70).

Logicamente que este processo de expropriação não se fez sem resistência por parte dos trabalhadores. Houve resistência e o uso de estratégias de lutas as mais variadas. Dentre elas estiveram a aproximação do Sindicato Metabase com o Partido dos Trabalhadores (PT).⁵⁸ Outro lugar da luta contra a privatização se deu através do jornal informativo do próprio Sindicato: *Niofos – A voz do trabalhador*, em várias edições publicadas durante todo ano de 1992 veio à tona do debate sobre a de privatização da Goiasfértil e o desemprego resultante. Também foram feitas várias reuniões com a sociedade civil organizada visando sensibilizá-la para os

⁵⁸ O ano de 1992, quando ocorreu a privatização da empresa Goiasfértil era de eleições municipais, sendo a luta dos trabalhadores disputada por diferentes forças políticas (PFL, PMDB e PT). Dessas três forças somente o Partido dos Trabalhadores tinha posição contrária à privatização da empresa, embora o candidato apoiado pelo PT (o PT era vice na chapa) fosse Geraldo Martins (PC do B) um patrão, um fazendeiro. O candidato do PMDB, o médico José Moreira, vence as eleições, (FERREIRA NETTO, P. 163).

problemas gerados pela privatização. Foram realizadas várias passeatas e fechamento de rodovia. Outro caminho procurado foi o da Justiça, através de ação civil pública apontando irregularidades no processo de privatização.

Apesar da importante luta travada pelos trabalhadores da mineração eles foram derrotados. Com o passar do tempo o próprio sindicato, provavelmente o mais importante sujeito coletivo na luta contra a privatização, assimilou o projeto neoliberal em curso; tornou-se comum nos dias de hoje encontrar trabalhadores que acreditam que a privatização foi um bom caminho. Recentemente o Sindicato Metabase desfilou da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e filiou-se à Força Sindical.

A adesão de Sindicatos de Trabalhadores anteriormente ligados à CUT e à Força Sindical não é novidade do Sindicato Metabase⁵⁹, no entanto, essa mudança adquire significado expressivo para o conjunto da luta de classes em Catalão e região, pois este sindicato foi uma das maiores forças do Partido dos Trabalhadores na sua luta política. Esta mudança com certeza será tarefa importante de nossas análises futuras: aprofundar a análise da Força Sindical em Catalão esforçando para compreender o conjunto de determinações que de forma significativa orientou os dirigentes do Metabase nesta nova direção. Tarefa grande e importante à análise deste quadro, mas para outra tese.

O novo “produto rei” ou a indústria paradigma desse novo período na região é a montadora de carros *Mitsubishi Motors Corporation Automotores* instalada no município de Catalão no ano de 1997. Esta empresa sinalizou para a cidade sua recuperação econômica em termos de arrecadação de impostos e criação de novos postos de trabalho, superando o susto inicial produzido pela reestruturação e privatização do setor minerador.

Até onde conhecemos a pesquisa feita pelo professor Ronaldo da Silva (2002) cujo resultado fora publicado com o título: *A implantação da Mitsubishi em Catalão: estratégias políticas e territoriais da indústria automobilística nos anos 90*. Esta foi pioneira na análise da implantação da Mitsubishi em Catalão. A ideia que orienta a pesquisa é a “localização industrial”. A partir desta temática elabora várias interrogações buscando esclarecer as razões que levaram a empresa escolher, dentre tantas possíveis no cenário nacional, como a cidade de Uberlândia - MG, por

⁵⁹ Veja o caso da adesão do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda em Gracioli (2007, p. 59).

exemplo, a cidade de Catalão como local para sua instalação. Nessa trajetória faz importante arrazoado e enumera várias hipóteses, dentre elas considero as mais importantes citadas pelo autor: a posição geográfica, a isenção de impostos e uma força de trabalho sem tradição de luta sindical. Segundo ele,

Não se deve esquecer, além das deseconomias geradas pela grande aglomeração industrial, o papel da força de trabalho barata e não sindicalizada ou sem tradição sindicalista aguerrida. A região do ABC tem o mais aguerrido e organizado operariado do país. Nenhuma outra região do Brasil pode causar, ao capital representado pelas montadoras, tantas dificuldades como, por exemplo, greves, mobilizações com variadas estratégias, negociações coletivas, enfim a mais organizada pressão operária. Essas condições e experiências acumuladas de luta resultam nos mais altos salários entre os trabalhadores-operários do país (SILVA, 2002, p. 69).

Embora o governo federal tenha mudado as leis trabalhistas, e os operários se sintam ameaçados de perder o emprego, as empresas também tomam as suas iniciativas. Uma delas decisiva logo no ponto de partida é geográfica, a escolha da localização industrial (SILVA, 2002, p. 70).

Não é nosso propósito elaborar um debate acerca da presença da Mitsubishi em Catalão, propomos apenas descrever a dinâmica do capitalismo na atualidade para a leitura do quadro regional pertinente ao Sudeste Goiano. Entretanto das considerações que faz Silva duas merecem comentários: a *posição geográfica e força de trabalho sem tradição sindical*. Do ponto de vista da posição geográfica não queremos negar a importância da questão geográfica nos rearranjos recentes do capitalismo. Entretanto, se de um lado superar barreiras espaciais se torna crucial para alguns setores do capitalismo, nem todas as empresas têm condições de ultrapassar tais barreiras bem como várias empresas que poderiam ultrapassar as barreiras não o fazem, pelo fato de poderem arcar com os custos da desvalorização específica do lugar (HARVEY). Sabemos que a dispersão geográfica e territorialização do capital noutros lugares não é realizada de forma pacífica e encontra poderosas restrições, daí o Estado se torna peça-chave na atual arrumação do território brasileiro.

Sobre a falta de tradição sindical dos trabalhadores da Região Sudeste como um dos elementos chaves para explicar a vinda das grandes empresas é corroborada por Santana. Segundo ele,

Na verdade, esta é uma característica marcante das novas áreas de expansão do capital, por isso, pode-se afirmar que a migração das

empresas para regiões pouco industrializadas é motivada pela *baixa capacidade de mobilização dos trabalhadores* (SANTANA, 2011, p. 169, grifos nossos).

Penso que o grau de amadurecimento do proletariado dá-se nos acontecimentos diários (LUXEMBURGO, 1974, p. 86). A luta construída pelo operariado do ABC muito tem ensinado, mas como estava sua resistência no momento em que Mitsubishi se instalava em Catalão em 1997? O movimento do ABC que povoa nossa memória tem seu marco no ano de 1978, prosseguindo nos anos de 1979 e 1980 quando foi derrotado.

Cada momento do ABC teve características próprias. Um ponto importante a considerar é que as greves desse período faziam parte de uma conjuntura muito específica, tratava-se de uma reação ao arrocho salarial instituído pelo governo militar desde o “milagre” de 1968. Tratava-se de uma reação a dez anos de espoliação. O caráter do movimento de 1978 inicialmente teve como causa questões econômicas, mas se transformou no decorrer das ações em um forte movimento de características nitidamente político. Isto não passou despercebido pelo governo militar que tratou imediatamente de elaborar estratégias para derrotar os trabalhadores e estes foram derrotados durante o movimento grevista de 1980 (ANTUNES, 1992, p. 167).

Outro fator importante a considerar é a origem do trabalhador dessas novas áreas industriais como Catalão. Em grande medida sua origem é rural, com pouca ou nenhuma experiência fabril e também sindical conforme foi analisado por Izabel Cristina Ferreira Borsoi tomando como referência a recente industrialização no município de Horizonte no interior do Estado do Ceará. Segundo ela este conjunto de elementos,

[...] possibilita a construção de uma representação positiva tanto do trabalho industrial, quanto de determinada capacidade de consumo, apesar de tanto o trabalho quanto o consumo se encontrarem em patamares bastante precários (BORSOI, 2007, p. 105).

Outra questão relevante levantada por Borsoi e que permite um diálogo com o processo de industrialização recente de Catalão se refere à abundância de força de trabalho e escassez de oportunidades de trabalho nessas novas áreas industriais. O que torna difícil escapar a representação positiva de empresas como a Mitsubishi para os trabalhadores de Catalão e todo Sudeste Goiano analisado por Santana

(2011, p. 169) e que Silva (2002, p. 115) denominou “força simbólica”. Logicamente, uma empresa como a Mitsubishi que atualmente emprega diretamente 2100 trabalhadores e é responsável por mais 1325 trabalhadores que vendem sua força de trabalho para aproximadamente 22 empresas terceiras que prestam serviços à mesma⁶⁰ exercendo um simbolismo alienante. Numa época em que a violência econômica do desemprego e da expropriação dos direitos sociais dos trabalhadores são práticas comuns que produzem uma admiração fantástica que entorpece.

São estas condições encontradas nesses locais que permitem a Borsoi a desconcertante conclusão:

Pode ser frágil a linha entre duas experiências precárias de vida e trabalho. Aos olhos do expectador ou do pesquisador curioso pode parecer quase insignificante a mudança entre os dois momentos de vida, mas para aqueles que a experimentam, ela é impactante e genuína. É isso que faz com que, embora estejam vivendo uma espécie de purgatório, muitos consigam até sentir um certo sabor de paraíso (BORSOI, 2007, p. 120).

A consolidação da condição de Catalão e do Sudeste Goiano como integrantes do processo de reestruturação do espaço brasileiro teve seu marco temporal na década de 70. Contraditoriamente surgiram nesses espaços vários movimentos sociais vinculados à luta pela terra.

Sobre a presença desses sujeitos Mendonça diz que,

[...] a territorialização do MST ocorreu a partir de 2002, com a implantação dos primeiros acampamentos em Ipameri, Campo Alegre de Goiás, Catalão e Pires do Rio, provocando uma efervescência política entre as elites (MENDONÇA, 2004, p. 393).

No curso das reestruturações pelas quais passa o Brasil o Estado de Goiás se torna lugar privilegiado das ações do capital Barrageiro (Figura 03)⁶¹. A história do Sudeste Goiano em relação às barragens não é recente, dentre outros, ressaltamos a construção da barragem de Emborcação no Rio Paranaíba na divisa de Minas Gerais com Goiás, iniciada na década de 70 e posta em operação no ano de 1982. A construção do lago desta barragem inundou uma enorme área no Sudeste Goiano, sendo as seguintes áreas atingidas: Três Ranchos com 88, 69

⁶⁰ Estes dados são aproximados e foram cedidos por Santana.

⁶¹ Atualizando apenas as barragens planejadas e as que estão prontas para operação ou operando no Sudeste Goiano, não fizemos para todo Goiás.

km², Catalão com 55, 50 km², Davinópolis com 5, 40 km² e Ouvidor com 11, 84 km², num total de 161, 43 km² (BERNADELLI, 2009, p. 35). Embora não conseguimos os dados da população atingida e expulsa de suas terras na época do enchimento do lago, este é sem dúvida nenhuma também um fato da época.

Recentemente, a construção da barragem Serra do Facão no vale do Rio São Marcos em Catalão teve impacto significativo na constituição de lutas sociais no Sudeste Goiano contra a construção da mesma⁶². Depois de um intenso processo de lutas, a barragem foi construída e já se encontra em operação desde 2010; as famílias expulsas foram parcialmente “indenizadas”. A construção da barragem inundou uma área aproximada de 214 km² e expulsou do campo um total de 608 famílias entre proprietários, arrendatários e posseiros. Em favor da luta dos atingidos pela barragem estiveram vários sujeitos, como parte do Curso de Geografia, Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Diocese de Ipameri, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catalão, Sindicato Metabase, Sindicato dos Professores do Campus de Catalão (ADCAC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), etc. Este momento possibilitou um amplo e rico diálogo entre professores, estudantes, camponeses, sindicalistas, operários, etc.

Em relação à construção das barragens de Emborcação e Serra do Facão há diferenças importantes. A construção da barragem de Emborcação inaugurada no início dos anos 1980 está sob um processo em que o Estado é quem conduz o processo de produção e gestão de tal espaço, diferentemente da construção da barragem Serra do Facão que sob um processo de produção do espaço conduzido pelo privado, onde as grandes corporações industriais são gestoras do espaço.

Do ponto de vista do processo de luta uma diferença importante está em que vários sujeitos que lutaram contra a territorialização da Hidrelétrica Serra do Facão do vale do São Marcos nem sequer existiam quando da construção da barragem de

⁶² Pelo Decreto de 16 de outubro de 2001 fica outorgado a concessão para exploração de potencial hidráulico, por meio da usina hidrelétrica Serra do Facão, no rio São Marcos, associando interesses privado e o Estado. Numa das cláusulas destaca: —Parágrafo único. A energia elétrica produzida será utilizada pela empresa Companhia Brasileira de Alumínio, para uso exclusivo, podendo comercializar seus excedentes de energia elétrica, eventual e temporária, nos termos do art. 26 da Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mediante autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e comercializada pelas empresas Alcoa Alumínio S/A, DME Energética Ltda. e Votorantim Cimentos Ltda., na condição de produtor independente, nos termos da Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995, e do Decreto no 2.003, de 10 de setembro de 1996 (NASCIMENTO e ALVES, 2011).

Emborcação. Na época da instalação de Emborcação o Campus da UFG em Catalão não existia, o Sindicato Metabase não existia, o PT estava nascendo. A ADCAC e AGB - Catalão não existiam, em suma não existiam professores e alunos da UFG em Catalão. Em relação à própria organização dos trabalhadores atingidos ressaltamos que o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens foi realizado em abril de 1989 na cidade de Goiânia – GO⁶³. O relatório “Terra Sim, Barragens Não”, construído como resultado dos debates deste I Encontro observa que: “A região Centro-Oeste não conta com articulação estadual ou regional dos movimentos atingidos por barragens” (p. 29). Pelo que se lê no relatório ainda não estava em debate as mudanças produzidas por um processo de privatização. Era um cenário previsível, acreditamos, mas que só se concretizou a partir do governo Collor em 1990. A gestão do espaço brasileiro de público para privado altera profundamente o cenário da luta no Brasil.

⁶³ Encontro organizado pela Comissão Regional de Atingidos por Barragens - CRAB, a Central Única dos Trabalhadores - CUT, a Comissão Pastoral da Terra - CPT e a Comissão Pró-Índio de São Paulo - CPI-SP (Documento da CUT: **Terra Sim, Barragens Não**, p. 7).

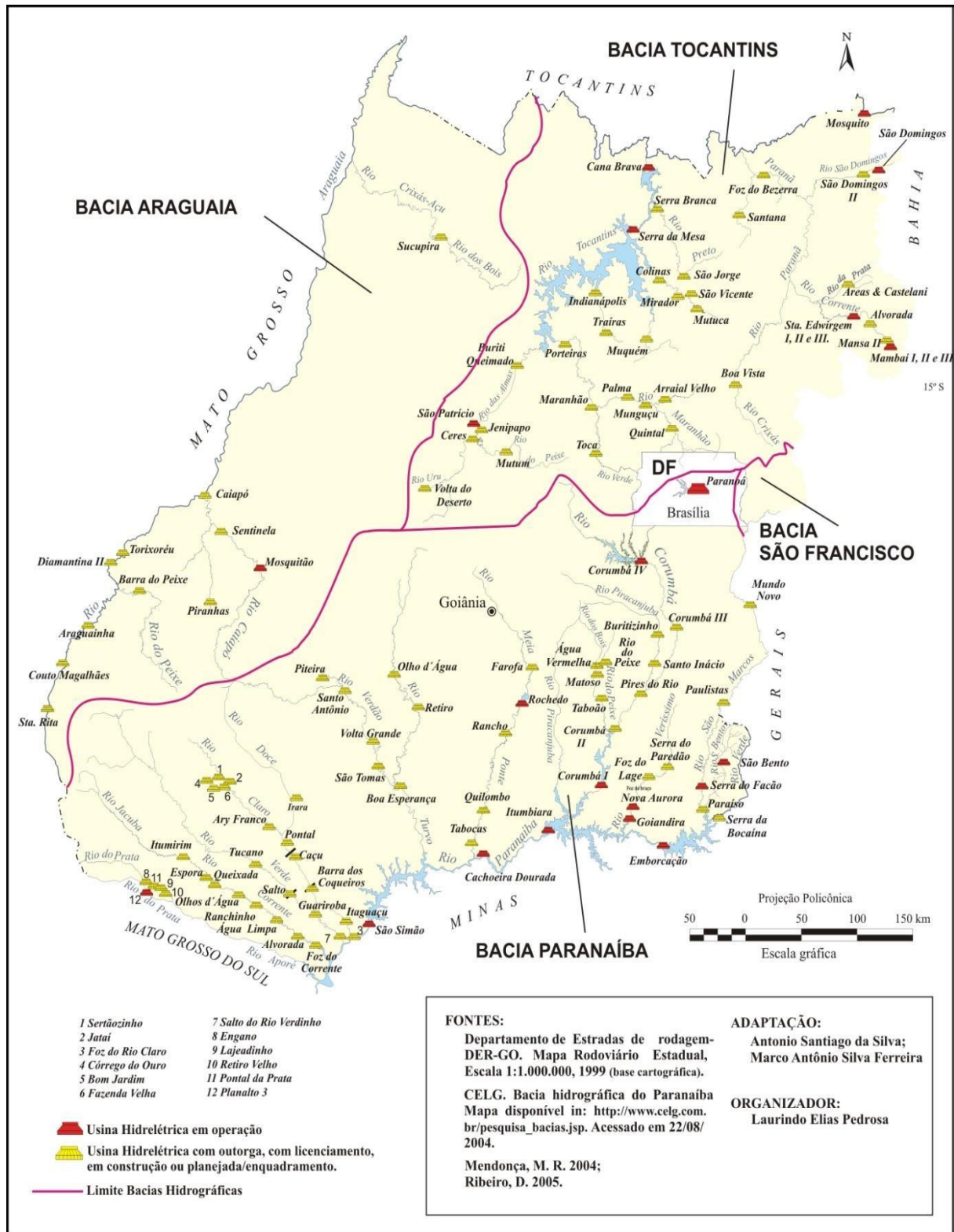


Figura 3: Cartografia das barragens em Goiás

Fonte: Adaptado de PEDROSA, Laurindo Elias, 2011, p. 21.

A acumulação de experiências de lutas por parte dos trabalhadores é importante para as lutas futuras, no caso da construção da barragem Serra do Facão a organização de luta começou antes mesmo da construção da barragem, interferindo nas primeiras audiências. Quando interferir? Esta era uma questão posta no I Encontro Nacional dos Atingidos, pois os mesmos se organizavam em diferentes estágios do planejamento e construção das barragens. Alguns se articulavam antes mesmo da construção, quando a barragem ainda estava sendo planejada, outros quando são atingidos pelo enchimento do lago, outros após a construção e enchimento do lago. Hoje a organização dos movimentos acompanha *pari-passu* os projetos de construção de hidrelétricas em todo território nacional. Nacionalizou o capital, nacionalizou as lutas e as experiências locais.

Por aqui temos a síntese daquilo que Ruy Moreira (2005a, p. 24) denominou Formação Espacial Complexa. Primeiro temos o desmonte da regulação pública exercida pelo Estado nos anos de 1980/1990 e sua substituição pela regulação privada do espaço exercido pelas grandes corporações industriais e financeiras em parceria com o Estado. Segundo ele, as Agências Reguladoras são o dado novo do esquema de gestão desse novo espaço.

Tudo isto nos fazem pensar nos sentidos da democracia, ou seja, nos fazem perguntar quais forças, quais sujeitos, podem atualmente contrarrestar tais processos de reestruturação do espaço brasileiro em curso, que em maior ou menor intensidade atinge todos os lugares. Em Catalão, e na Região Sudeste de Goiás onde estão estas forças? Esta pergunta desconcertante esteve contida no tema da IX Jornada do Trabalho: *Dinâmica Territorial do Trabalho no Século XXI: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital*, realizado em Catalão entre os dias 10 e 13 de outubro de 2008, e debateu sobre o cenário dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital⁶⁴. Esta questão também foi posta por Harvey (2011, p. 35) onde, parafraseando Lênin, pergunta: Que fazer? E quem fará? Logicamente que por causa da fragmentação dos trabalhadores e a falta de um projeto global por parte dos mesmos as questões levantadas pela IX Jornada do Trabalho e por Harvey se tornam difíceis de serem

⁶⁴ A Jornada do Trabalho é uma iniciativa do CEGET de Presidente Prudente sob a liderança do professor Antonio Thomaz Júnior. Em Catalão a Jornada foi apoiado pelo GETeM, juntamente com outras instituições.

respondidas. No nosso entendimento a resposta só será dada no curso da luta de classe.

Acreditamos que muito ainda há que ser feito para que barreiras sejam plenamente demolidas. Um caminho importante foi construído por Arrais (2007) a partir da ideia de pensarmos a “Região como Arena Política”, pois se aceitarmos que os capitais disputam interesses divergentes é de se imaginar que os diferentes polos (mineração, agronegócio, barragens, montadoras etc.) presente num dado local, como Catalão, disputam hegemonia, o conflito está posto não apenas no âmbito capital-trabalho, mas também capital-capital. Também importante é a provocação que Ester Limonad (2004, p. 54) elabora: Regionalizar para quê? Para quem?

Neste capítulo vimos que Catalão e o Sudeste Goiano acompanham os efeitos da reestruturação econômica e política a qual passa o Brasil. Pode-se afirmar que os municípios que estão próximos de Catalão de uma forma ou de outra são influenciados por estas mudanças. Averiguar as mudanças reestruturantes em relação a outro município/cidade da região ao longo de sua história é a tarefa que se propõe para o próximo capítulo.

4 NAS FRANJAS DO IMPERIALISMO OS CAMINHOS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DE GOIANDIRA

É a cidade, entretanto, a referência do novo ao tempo que a fazenda mantém -se como base. Cabeça do Estado Nacional, a cidade é o centro político de um arranjo de espaço de que a fazenda é o cerne econômico. Aos poucos, entretanto, entre elas emerge a fábrica como elo de intersecção.
(Moreira, 2011)

... já dissemos o bastante sobre essas cidades menores. Todas têm suas peculiaridades; nelas, porém os operários vivem como em Manchester.
(Engels, 1845).

... espacializar é de imediato particularizar, pois as determinações oriundas das características do meio (natural e construído) acabam dando às relações próprias de um modo de produção totalidades específicas em cada lugar.
(Moraes, 2000)

A cidade de Goiandira sempre existiu nas franjas do imperialismo; seja no passado, quando deu início sua construção, conjuntamente à construção da Ferrovia, seja hoje, no fluxo do imperialismo que absorve a cidade de Catalão e lhe influencia fortemente. Acredito poder afirmar, sem exagero, que Goiandira desde seu início está inserida na economia do Brasil e do mundo. Entretanto, a sua forma de inserção sempre foi subordinada, produzindo mão de obra a ser explorada pelas diversas formas de capital.

O momento atual, chamado por vários autores de globalização, movimenta um importante debate no interior da Geografia. A professora Ana Fani A. Carlos (2006, p. 17) nos chama atenção para um ponto importante dessa conversa que ela denomina “esmagador processo de globalização”. Com a propagação da ideologia

da “globalização” como a ideia de um mundo homogêneo, os geógrafos ficaram desconcertados.

Talvez nenhuma ciência tenha sido tão provocada com a propagação da ideia de um “mundo global e homogêneo” como a Geografia. Desde os trabalhos clássicos de Geografia a ideia que sempre orientou esta ciência foi o entendimento de um mundo como produto da diversidade. Mas inspiração geográfica continua sendo a diversidade do mundo, embora muitas vezes ainda subsumida à representação geográfica e às políticas de identidade⁶⁵ (MOREIRA, 1999).

Este *mal-estar* entre os geógrafos desperta a necessidade de fortalecer nossa compreensão e crítica a respeito das diferenças geográficas do mundo. Isto é muito importante e várias pesquisas têm sido feitas no sentido de compreendê-las. O problema está nos caminhos percorridos, pois atualmente há uma “ampla adesão às ideias pós-modernas e pós-estruturalistas que celebram o particular em detrimento do pensamento mais amplo” (HARVEY, 2010). Segundo este autor:

O local e o particular são de vital importância e teorias que não aceitem, por exemplo, a diferença geográfica, são inúteis. Mas quando esse fato é usado para excluir qualquer coisa maior do que políticas paroquiais, então, a traição dos intelectuais e a revogação do seu papel tradicional tornam-se completas (HARVEY, 2010, s/p).

Também José de Souza Martins observa que,

[...] a história local é a história da particularidade embora ela se determine pelos componentes universais da história. Isto é, embora na escala local raramente sejam visíveis as formas e conteúdo dos grandes processos históricos, ele ganha sentido por meio deles quase sempre ocultos e invisíveis (...) é no âmbito do local que a história é vivida e é onde pois tem sentido” (CARLOS, 2006, p. 20)⁶⁶.

Inspirado em tais críticas e com a convicção que nenhum local do mundo vive o universal ou o particular como exclusividade é que propomos uma leitura sobre Goiandira. Nosso propósito é fazer uma leitura da Formação Territorial da cidade de Goiandira na perspectiva de uma “longa duração”, percorrendo-a desde o seu surgimento até os dias de hoje. Por este caminho, acreditamos ser mais fértil para a captura de uma geografia supostamente “lenta” e “travada”, “quase imóvel, que não se manifesta enquanto acontecimento” (BRAUDEL, 1972, p. 11). Entretanto, no

⁶⁵ “A região é o exemplo clássico (outro, é o espaço nacional) da representação geográfica (ou da geografia como uma forma de representação clássica). O conceito por meio do qual a diferença geográfica vira identidade” (MOREIRA, 1999, p.48).

⁶⁶ Entrevista à revista *Memória*, Departamento Histórico da Eletropaulo, jul. /dez.1993, São Paulo.

percurso de sua formação, revela-se uma cidade que esteve desde o início de sua construção nas tessituras da geografia e da história do mundo.

Inicialmente pode-se afirmar, sem maiores polêmicas, que há um consenso entre as fontes pesquisadas que tratam das origens de Goiandira que o sítio inicial por onde começou a cidade foi a fazenda Campo Limpo. Esta fazenda é parte oriunda da antiga Sesmaria de Campo Limpo da qual preserva o nome.

Há poucas fontes escritas que tratam da formação de Goiandira e entre estas poucas, muitas não estão ainda acessíveis⁶⁷. Nas poucas fontes disponíveis e consultadas é clara a negação dos tropeiros, dos carreiros e demais trabalhadores em favor do fazendeiro, como o sujeito que de fato fundou o território por onde começou o município e, posteriormente, a cidade de Goiandira. A negação é explícita nos textos pesquisados, entretanto, a ausência de um e a presença do outro já significa clara opção política a respeito dos caminhos da história que se pretendeu construir.

Sobre a provável origem do município de Goiandira, o Dr. Francisco Ferreira de Andrade - ex-prefeito da cidade de 1946 a 1950 - através de sua obra: *Corografia do município de Goiandira*, publicada em 1950, nos dá a seguinte explicação:

[...] entendemos que a história do município de Goiandira deva começar daí, isto é, da entrada desses tropeiros e carreiros, embora, é certo, devemos reconhecer que, essas entradas, não tinham outros objetivos ou propósitos, que não, as trocas mercantes, ou a rotina comercial. Mesmo assim com esse “modus vivendis”, não se lhes pode negar, que balizaram o município de Goiandira do futuro. [...]. Nada construíram ou edificaram. Ficou, tão somente, a notícia de suas passagens por nossa terra; ficou apenas a primeira rota para se alcançar Goiaz, o mais curto e fácil roteiro, quem viesse de S. Paulo, Minas Gerais e Triângulo Mineiro (ANDRADE, 1950, p. 14).

Depois,

[...] a história do nosso município, se situa, quando em 1800, mais ou menos, levado por espírito de conquista e pioneirismo, aqui chegou à sesmaria de Campo Limpo, vindo ao que tudo indica, de algum lugar da província de Minas Gerais, o velho Tomaz Garcia, o qual ocupando-a totalmente, ou, pelo menos, uma vasta extensão, fez-se, de modo próprio sesmeiro. [...] catorze anos mais tarde, ou seja, 1814, sesmava ou vendia, parte ou metade dessa sesmaria, a Jerônimo Teixeira, ao preço, corrente, de cem reis o alqueire (ANDRADE, 1950, p. 14).

⁶⁷ Várias fontes, entre as quais, algumas que usamos nesta pesquisa, são privativas à determinadas pessoas da cidade como os ex-prefeitos.

Concluindo,

Desse modo, apontamos e fixamos [...] os nomes de Tomaz e Jerônimo Teixeira, como os verdadeiros pioneiros e conquistadores da faixa pioneira do município de Goiandira: Campo Limpo (ANDRADE, 1950, p. 14).

O prefeito Andrade era vinculado à determinada fração da classe dominante e, nesse sentido sua narrativa expressa os interesses da mesma⁶⁸. Entretanto, não estava ligado e não era a fração dos coronéis, tanto é que nas eleições para prefeito de 1946, quando foi eleito, enfrentou oposição ferrenha do líder político e coronel Agostinho Martins Teixeira que era ligado ao governador Pedro Ludovico Teixeira.

Na Corografia nota-se uma total ausência dos trabalhadores da ferrovia e demais trabalhadores da cidade. A segunda Estação Ferroviária foi fundada na década de 1940 e esta era o verdadeiro centro comercial da cidade e até mesmo regional. Entretanto não passa despercebido o valor estratégico da ferrovia para a cidade de Goiandira quando fez o seguinte comentário:

Colocada em posição geográfica estratégica, servida que é por duas estradas de ferro: Estrada de Ferro de Goiaz e Rêde Mineira de Viação, praticamente está ligada aos maiores centros econômicos do país: Goiânia, Triângulo Mineiro, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. O quadro abaixo nos dá conhecimento das distâncias, em quilômetros, por Estrada de Ferro e Rodovias, entre Goiandira e aquelas capitais e cidades vizinhas

Por Estrada de Ferro - Goiandira a São Paulo: 1.023 quilômetros, Goiandira a Santos: 1.122 quilômetros, Goiandira a Belo Horizonte: 821 quilômetros, Goiandira a Rio de Janeiro: 1173 quilômetros.

Por Rodovia – Goiandira a Goiânia: 306 quilômetros, Goiandira a Araguari/MG: 118 quilômetros, Goiandira a Catalão: 18 quilômetros, Goiandira a Cumari: 20 quilômetros, Goiandira a Anhanguera: 36 quilômetros, Goiandira a Corumbaíba: 72 quilômetros, Goiandira a Nova Aurora: 24 quilômetros e Goiandira a Veríssimo: 22 quilômetros (ANDRADE, 1940, p. 47 e 48, grifo nosso).

Algumas cidades que Andrade enumera nunca tiveram ferrovias, mas ligaram a Goiandira por rodovias para se beneficiarem da ferrovia. Especialmente as ferrovias não têm como existir por si mesma, as rodovias completam a rede

⁶⁸ Andrade era natural de João Pessoa, Paraíba. Foi de Juiz e a primeiro prefeito eleito de Goiandira em 1947. As coisas mais importantes da cidade até hoje, como a construção do hospital, posto de saúde, etc., foram feitas em seu mandato. Morreu no ano de 1989 na cidade de João Pessoa.

geográfica. São as rodovias que fazem chegar às estações um número considerável de pessoas e mercadorias a serem transportadas.

Andrade fala da presença do “pioneiro” e do “conquistador”. Para ele o pioneiro é aquele sujeito que primeiro grafa o chão, marca, delimita, produz o território local. Nesse sentido, para ele os tropeiros e os carreiros, itinerantes e passageiros e que por essa razão não construíram famílias nem casas no local, e que também “não tinham outros objetivos ou propósitos, que não, as trocas mercantes, ou a rotina comercial”, não poderiam eles ser considerados os “conquistadores da faixa pioneira”.

Entretanto, aquilo que Andrade relativiza em sua análise, as práticas comerciais dos tropeiros e carreiros⁶⁹, é a forma embrionária da sociedade em que se vivia, ou seja, a sociedade de mercado, pois a forma mercadoria é forma pela qual o modo capitalista de produção se generaliza. A nosso ver é disso que fala Martins. Para ele “A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado” (MARTINS, 1975, p. 45).

Retornando a questão das origens o escritor catalano Cornélio Ramos em seu livro *Colina dos Poetas* no capítulo, Na Sesmaria de Campo Limpo, anotou que:

Goiandira foi fundada por Tomás Garcia, um aventureiro vindo de Minas Gerais, que ali aportou por volta de 1800 e tomou conta de uma extensão de terras devolutas, as quais deu o nome de “Sesmaria de Campo Limpo” (RAMOS, 1998, p. 49).

A ideia de Ramos de que Goiandira foi fundada por Tomas Garcia, deve ser entendida como aquele que primeiro tenha se fixado nas redondezas as linhas descritas por Andrade e em relação ao município, haja vista que o mesmo já se encontrava morto há décadas quando do surgimento da cidade no início do século XX. De outro lado é possível contrariar se tais terras realmente eram devolutas⁷⁰ já

⁶⁹ Nesse momento em que nos referimos aos tropeiros e carreiros; necessário se torna ressaltar a importância que tiveram tais sujeitos para a existência do carro de bois e o transporte das mercadorias. O carro de bois se consolidou como meio de transporte nos anos finais do século XIX e início do século XX, aumentando consideravelmente sua importância com a construção da ferrovia e o encurtamento das distâncias na primeira metade do século XX. Essa importância se deu [...] à medida que crescia a demanda por sal e novas mercadorias oriundas dos grandes centros industriais, como tecidos, máquinas de costura, arame, calçados, moinhos de moer café, ferramentas e querosene (OLIVEIRA, 2006, p. 160).

⁷⁰ Sobre o mercado de terras nesse período José de Souza Martins observa que: “No período anterior à Lei de Terras, a aplicação de dinheiro na compra de terras encobria um grande risco por falta de

que outras fontes mais recentes afirmam ter Tomás Garcia “comprado” e em seguida roubado as terras⁷¹.

Em artigo escrito pela professora Maria do Rosário Cassimiro⁷² com o título: *Campo Limpo as Raízes de Goiandira* (1993) explica que Tomás Garcia era um imigrante de nacionalidade espanhol, muito rico e senhor de grande quantidade de pessoas escravizadas. Jerônimo Teixeira era seu capataz e quem administrava os negócios da fazenda e exercia a feitoria da escravaria. Entre todas as fontes pesquisadas por nós esta é a única que faz referência a presença de escravizados. Sabemos que o processo de colonização exigia braços para o trabalho e quanto a não referência a estes sujeitos em outros trabalhos, ficamos a válida advertência de Franco (1969, p.8) de que o escravo, sempre se configurou como uma “presença ausente”.

Cassimiro relata que Tomás Garcia por volta do ano de 1800 “adquire os direitos” da área que formava a Sesmaria de Campo Limpo. Uma área total de 30.000 alqueires goianos, indo da área que é hoje Goiandira até a divisa com o rio Paranaíba na fronteira com o Estado de Minas Gerais. Relata que depois de feito o negócio de compra da sesmaria, Tomás Garcia mandou seus capangas tocaiarem o vendedor e matá-lo; tomando-lhe todo o dinheiro, e com esse ato, se tornando dono de imensa faixa de terras sem gastar um só vintém (CASSIMIRO, 1993, p. 144).

O relatório de Cassimiro também nos dá conta de que quando Tomás Garcia morre, Jerônimo Teixeira, seu capataz, casa com a viúva e assim se torna dono das terras até então pertencentes ao defunto. Os casamentos intrafamiliares sempre foi um recurso utilizado pelas classes proprietárias, para continuarem mantendo o controle da propriedade da terra e, em consequência disso o poder econômico e político decorrente do monopólio da mesma. Embora, Jerônimo Teixeira, até onde sabemos, não fosse familiar de Tomás Garcia era seu capataz, o que muitas vezes no Brasil Colonial significava muito mais do que ser parente.

mercado imobiliário. Sendo as terras devolutas abundantes mesmo após a extinção do regime de Sesmarias com a Independência, a sua mera ocupação era expediente simples e eficaz” (MARTINS, 2010, p. 40)

⁷¹ “[...] depois de fazer o pagamento ao vendedor, mandou seus capangas assassiná-los, retirando-lhe todo dinheiro, tornando-se, então, possuidor de uma vasta extensão de terras, sem gastar um só vintém.” (ARAÚJO, p. 16).

⁷² Maria do Rosário Cassimiro é formada pela escola superior de guerra e foi reitora da Universidade Federal de Goiás o governo do general João Figueiredo. Também, segundo dizem, é família dos Cassimiro de Goiandira, descendentes de José Cassimiro da Silva e de sua esposa Jerônima de Souza Teixeira, filha de Jerônimo Teixeira..

Estas terras representadas pela Sesmaria de Campo Limpo só foram registradas na Igreja Católica na terceira década do século XIX, fazendo de Jerônimo Teixeira um dos primeiros fazendeiros de Goiás a terem suas terras oficialmente registradas (CASSIMIRO, 1993, p. 145)⁷³.

Na virada do século XIX, período em que inicia a Primeira República surge também na região de Campo Limpo um novo tipo de pioneiro: o coronel⁷⁴. Para o geógrafo Pierre Monbeig o coronel rompe com a figura do fazendeiro tradicional ligado exclusivamente às questões do campo.

Para ele:

[...] o coronel, cujo período próspero começa a partir de 1890, para terminar entre 1920 e 1930. Era em geral um comerciante endinheirado que de par com sua profissão, conhecia todo mundo em derredor, e fizera muitos amigos, sobretudo por entre a gente de poucos recursos, que lhe deviam algumas faturas. Assim tornava o chefe político da zona. Organizava as eleições, tratava com as autoridades da capital e, se necessário eliminava os adversários com o mais notável desembaraço. Para assegurar o prestígio, levava o coronel a capricho o embelezamento da sua cidade. Eram de sua iniciativa as linhas de adução de água, a construção de escolas, a fundação de hospitais. Ação mais eficaz ainda empreendia, ao intervir para que se concretizassem os projetos de construção de uma ferrovia e se modificasse o seu traçado. Tiranete local, que viciava qualquer sistema democrático, todavia era esse coronel capaz de realizar obra útil. Mais consequências ainda derivavam da sua atividade, quando ele intervinha nos negócios de venda de terás. Poderia então sua aliança ajudar, ou sua inimizade entravar a ação de outros personagens, que desempenharam considerável papel no povoamento pioneiro: os grileiros, os tabeliães, os juizes, e os chefes de polícia com quem tinham este de lidar (MONBEIG, 1984, p. 142).

O movimento pioneiro está sintonizado com a instauração de um mercado de terras como consequência da instituição da Lei de Terras de 1850 e o fim da escravidão em 1888. Agora o que interessa ao pioneiro é o aprisionamento da terra, abrindo novas terras ao capital e gerando constantes conflitos e rupturas. “Na frente pioneira a terra não é ocupada, mas é comprada” (MARTINS, 1993, p. 27; MARTINS, 1975, p. 47). Este novo pioneiro, o coronel surge como um homem da cidade, entretanto, preocupado com as questões rurais. Situação nada incomum,

⁷³ A hipótese de Cassimiro a respeito do local do registro é a Paróquia de Santa Cruz em Goiás.

⁷⁴ Monbeig (1984, p. 139 a 147) analisa o que ele chama de “líderes da marcha pioneira”, que são: (1) os grandes fazendeiros, (2) o coronel, (3) os grileiros e o problema da terra e (4) os vendedores de terra.

quase sempre “se tornava chefe político, organiza as eleições na cidade” tornando a mediação das autoridades da capital com o lugar.

Sobre este personagem a referência mais conhecida é a chegada ao povoado de Campo Limpo no ano de 1895 do coronel Agostinho Martins Teixeira, oriundo da cidade de Araxá-MG, comprando terras e estabelecendo domicílio na região.

O coronel Agostinho Martins Teixeira teve dois filhos: Absay Martins Teixeira e Sinfrônio Martins Teixeira. Sendo que o primeiro, Absay, se torna o primeiro prefeito de Goiandira em 1931, nomeado pelo Interventor do Estado de Goiás Pedro Ludovico Teixeira, e o segundo, fora eleito prefeito nas eleições de 1950. A memória desta família oligarca está significativamente grafada na memória da cidade. Tendo seus nomes impressos nas avenidas, ruas e praças mais importantes da cidade. História repetida pelos rincões deste país.

Tais símbolos grafados na memória da cidade não são nada inocentes. “Mais do que apenas objetos estéticos, os monumentos são intencionalmente dotados de sentido político” (LOBATO, 2007, p. 10). Trata-se de transmitir valores de um determinado grupo social como se fossem de todos. Trata-se de tradições de gerações mortas, mas que continuam oprimindo o cérebro dos vivos (MARX, 1974).

Contrariando essa forma de trabalhar a história e buscando compreendê-la a partir do olhar e da fala dos trabalhadores, o historiador Paulo César Inácio (2010) comenta que:

Não tendo problematizado a memória de quem não fez a “história”, a historiografia tem apenas acompanhado, “pari passu”, o que a memória oficial estabelece para a sociedade goiana. Os marcos do início do estado, da chegada dos bandeirantes em 1722 (o que é importante para o Sudeste Goiano considerando-se que, dessa passagem por Catalão, teria derivado a ocupação do local), da Revolução de 30, que ao mesmo tempo em que, levou Getúlio Vargas ao poder no Brasil derrubou uma velha oligarquia, comandada pela família Caiado, e fez emergir Pedro Ludovico, que passou a governar o estado como interventor, em 1930, ficando por 15 anos, período identificado como o nascimento do moderno estado de Goiás (o que tem sido reconhecido em diferentes épocas), inclusive com a construção de Goiânia, da “Revolução Constitucionalista de 1932, da emancipação política de Goiandira em 1931 e do Golpe Militar de 1964 eram as referências para a interpretação das entrevistas (INÁCIO, 2010, p. 52).

Embora tenha poucos registros percebe-se através da análise dos documentos disponíveis, bem como pelos passeios pela cidade, que a memória de

quem sempre mandou está bem preservada em Goiandira. Nas placas de inauguração de prédios públicos, nos nomes das ruas, avenidas e escolas, nas praças, nas Atas da Câmara de Vereadores, dentre outros. Por outro lado, da parte do trabalhador como sabemos, está bem preservada dos documentos das delegacias de polícia, das varas criminais do poder judiciário e coletivamente nos chamados “bairros de má fama” etc.

No século XIX, Engels ao analisar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra conclui que:

Todas as grandes cidades têm um ou vários “bairros de má fama” onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximos aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se bem ou mal, sozinha. [...] esses “*bairros de má fama*” se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade [...] (ENGELS, 2008, p. 70, grifos nossos).

Goiandira não se trata de uma grande cidade como a Londres de Engels, mas podemos encontrar ao longo de sua história os “bairros de má fama” a que refere o autor. Conforme ainda veremos rico movimento de parte da população de Goiandira para a criação do Setor Primavera (MAPA 2) foi de certa forma uma recusa a memória imposta de fora pela classe dominante. E, movimentos, por mais insignificantes que possam parecer aos olhos daqueles que sempre “mandaram” na cidade que abrem as portas do futuro.

Nos anos finais do século XIX importantes mudanças estão em curso no Brasil. Uma delas foi a abolição da escravidão, bem como a instituição da república e a construção dos primeiros ramais da futura rede ferroviária brasileira que, já no início do século XX expandira para o interior do país. Estas mudanças chegaram a Campo Limpo e estiveram presentes já no ato da fundação de Goiandira.

No início do século XX a fazenda Campo Limpo foi cortada pela ferrovia que veio de Araguari-MG em direção a Catalão-GO. Empreendimento de tal envergadura como uma ferrovia não pode ser construído em algum lugar sem causar importantes transtornos, decorrentes das profundas reestruturações que introduz. Nesta época Campo Limpo, pertencia ao município de Catalão.

O historiador Barsanulfo G. Borges ao se referir a tais transtornos fala dos “entraves” políticos em Goiás à época da construção da ferrovia e explica como as elites do Estado se dividiram em relação à implantação da estrada de ferro no Estado.

Segundo ele,

[...] em Goiás as oligarquias dominantes pouco ou quase nada fizeram de concreto para tornar realidade a ferrovia. Os coronéis, contrários a qualquer tipo de mudança de caráter progressista, não queriam a estrada de ferro, pois ela representaria uma força nova de transformação que poderia ameaçar o “status quo”, ou seja, o poder constituído dos coronéis. A manutenção do atraso era também uma forma de manter a dominação (BORGES, 1990, p. 55).

Noutro lugar,

A implantação da ferrovia em Goiás foi, então, projeto de uma fração “modernizante” da classe dirigente que tinha interesse no desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação no Estado. Esse segmento social —progressista, que se manifesta a partir do governo de Xavier de Almeida (1901-1905), lutava pela construção da linha de ferro e identificava-se como os novos grupos oligárquicos emergentes na economia e na política do Estado. Jornalistas, homens de negócios, utilizando-se da imprensa local e nacional, empenharam-se na defesa da estrada de ferro como forma de arrancar Goiás do isolamento físico em que se encontrava (BORGES, 2000, p. 39).

É provável que a construção das ferrovias em todos os lugares fora vista com receio, mas também com admiração. Este momento, e as sensações que provocara foram descritos de várias formas e em vários lugares. A literatura sempre foi um lugar privilegiado para tais descrições. De certa forma é isto que encontramos nos textos do poeta goiandirense Adolfo Mariano⁷⁵ em sua obra *O poeta nato*, um esforço para capturar parte do sentimento da população com a chegada da ferrovia em seu poema: “A Vida de Goiandira”, assim ele escreveu:

Assim a Estrada de Ferro
Chegou naquele local
Foi tão grande a animação
Que abalou o pessoal

⁷⁵ Adolfo Mariano de Jesus, (Adolfo Mariano como era chamado), era fazendeiro. Nasceu na cidade de Patrocínio-Mg no ano 1895, chegou ao município de Catalão na Fazenda Pará, (atualmente pertence ao município de Goiandira), em 1897. Era membro de uma das famílias proprietárias mais tradicionais da cidade, foi vereador na primeira Câmara de Vereadores eleita em 1950. Também famoso tocador de sanfona da cidade, tocava em quase todos os bailes nas roças e era dançador de quadrilha.

Antes da Inauguração
 Já tinha um grande arraial
 A turma de construção
 Muita gente admira
 Trabalhava sem cessão
 Dia e noite sem mentira
 Ao terminar a estação
 Deu o nome de Goiandira
 O dia da inauguração
 Teve uma festa animada
 Chegou a composição
 Com bandeirinha enfeitada
 Com destino a Catalão
 Para terminar a jornada
 (MARIANO, 1978, p. 150-151).

Ao lermos a descrição que Mariano faz da “chegada” da ferrovia a sensação que temos é da existência de uma grande e alegre festa. Nesse sentido, a forma dura do trabalho na ferrovia é descrita como um trabalho alegre, festivo.

Os trilhos da ferrovia chegaram à fazenda Campo Limpo em 1911, sendo o prédio da Estação Ferroviária construído e inaugurado no ano de 1912. Ao prédio da estação deu-se o nome Goyandira⁷⁶, esse momento foi descrito por Andrade:

[...] em 1912, era construído o prédio da Estação, dessa ferrovia; novas casas iam surgindo e, sob a invocação de São Sebastião, nesse mesmo ano, era erguida, nas vizinhanças do atual prédio da Prefeitura, a primeira capelinha. Daí por diante, o seu progresso foi se fazendo maior, até que, pela lei municipal, número 39, de Janeiro de 1915, da Prefeitura Municipal de Catalão, era o povoado de Goiandira, ou mais acertadamente, a velha sesmaria de Campo Limpo, elevada a categoria de distrito (ANDRADE, 1950, p. 21).

Continuando,

[...] gozando de relativa autonomia, Goiandira crescia; ora era uma pequena casa comercial, que se instalava, ora era uma nova residência que se construía, ora era um fazendeiro ou agricultor que adquiria novas terras, ora acolá, outros aumentavam as suas plantações e rebanho e dessa forma o distrito ganhava corpo, em população e em progresso. O trem, esse grande povoador, contribuía em trazer ao novo distrito, homens de outras terras que movidos por interesses econômicos, fixavam no distrito, trazendo dessa forma, a sua colaboração, o seu esforço, o seu ideal (ANDRADE, 1950, p. 16).

⁷⁶ Segundo Cassimiro o nome Goyandira em tupi guarani significa Campo Limpo, mas também o encontramos em outros autores com o significado: Pedra Branca e Vale dos Morcegos.

A construção de uma empresa ferroviária em um lugar conforme, modifica profundamente às estruturas espaciais até então presentes⁷⁷. Também sobre este assunto o geógrafo Horieste Gomes argumenta que:

Não obstante tantos tropeços, a ferrovia, assim como as rodovias de que falamos, também chegou e mudou, literalmente, quase tudo de lugar. [...] Como a rodovia, ela deu a luz a muitas cidades goianas - Anhanguera, Cumari, Ouvidor, Goiandira, Urutaí, Pires do Rio, Vianópolis, Bonfinópolis, Senador Canedo – reanimou muitas outras – Catalão, Ipameri, Orizona, Silvana, Leopoldo Bulhões e, logicamente realçou o papel de Anápolis como centro polarizador de todo o sul-sudeste de Goiás (GOMES, 2005, p. 80).

Esta importante observação feita por Gomes nos remete a Moreira (2007) que diz:

Em geral, a cidade surge e se multiplica nos lugares de contato de meios desiguais, como entre a floresta e a savana, a montanha e a planície ou a terra e mar, onde a quebra de continuidade dos gêneros de vida favorece o intercâmbio mercantil. Ademais, relacionada às funções que a divisão social do trabalho cria, a cidade surge como características específicas dentro do todo de um modo de vida rural, decorrendo dessa especificidade uma relação de interdependência e entrechoque que vai ligar cidade e o mundo rural por um vínculo de troca de produtos nem sempre regular e nem sempre de forma organizada (MOREIRA, 2007, p. 44, grifo nosso).

Embora Moreira (2007) não fale em ferrovia seu argumento vale perfeitamente para o caso analisado. A construção da ferrovia num ambiente rural como Goiandira, nessa época, se trata de contato entre meios desiguais. O campo não deixa de existir em razão da construção de uma cidade, mas modifica profundamente suas relações, instituídas agora pela nova divisão social de trabalho.

Com a ferrovia também chega a Campo Limpo aquilo que compreendemos por moderno⁷⁸, ou seja, o capitalismo seu ordenamento. Nessa perspectiva, se aceitarmos que a ideia de moderno pode ser abreviada na rica expressão: tudo que é solido se desmancha no ar de Marshal Berman (1992), pode-se perguntar: o que de fato desmanchou na fazenda Campo Limpo?

⁷⁷ Estas mudanças quase sempre trazem conflitos como o movimento de Contestado na divisa de Santa Catarina e Paraná. As ferrovias expandiram no Brasil na segunda metade do século XIX, após a instituição da Lei de Terras de 1850. Com a instituição dessa lei um grande negócio de terras é desencadeado e as portas para a grilagem também estarão abertas.

⁷⁸ “[...] Mas a ferrovia obedecia a horários rígidos e trafegava em rota preestabelecida; assim, por causa de toda a sua potencialidade demoníaca, tornou-se um dos paradigmas da ordem oitocentista”(BERMAN, 1992, p. 154).

O filósofo Fredric Jameson nos alerta sobre o uso abusivo da palavra “modernidade” ao invés de capitalismo, para ele isso permite que “políticos, governos e cientistas políticos finjam que o capitalismo tem objetivo social e que disfarçam o fato terrível de que não tem nenhum” (JAMESON, 2002, p. 33).

Na verdade, estamos diante do processo que alguns autores chamam de contradições do moderno. De uma sociedade regulada pela burguesa que se realiza através das diferentes medidas do tempo na produção da mais-valia, introduzindo um tempo fundamentado na razão e regulado pelo custo e pelo lucro, mas que se realiza mediante a sua reprodução do/no espaço. Criando um meio não capitalista de produção para continuar o processo de acumulação como esclareceu Rosa Luxemburgo (1983) e conforme explica José de Souza Martins, o capital é:

[...] incapaz de sobreviver e reproduzir-se sem as persistentes sobras de relações e concepções da tradição e do tradicionalismo, do passado persistente, que não foram anuladas nem perderam o sentido na sociedade que ganhou consistência com o trabalho operário e a reprodução ampliada do capital (MARTINS, 2008, p. 15).

A modernidade pode funcionar como mito significando “uma ruptura radical com o passado” (Harvey 2008, p. 5 a 30). Andrade (1950, p. 47) vê as mudanças que estão ocorrendo em Goiandira contrastando com os “padrões arquitetônicos mais modernos” (Figuras 6 e 7) como uma ruptura com um padrão “antigo e colonial” (Figura 5). As casas modernas são as residências das ricas famílias da cidade, donas de grandes propriedades rurais na região. Nesse sentido, o moderno, carrega em si um conteúdo em profundas mudanças que busca se renovar através das formas.

Uma arquitetura importada da Europa demonstrando desde já a mentalidade colonizada dos proprietários, que por mimetismo copia quase tudo do estrangeiro. Sobre isso Moreira comenta que:

[...] a cultura que ela respira, seus valores, são os valores desse sistema de sociedade que se enraíza na mesmice costumeira desse amalgama ao mesmo tempo de mundo rural fechado e de mundo industrial aberto para constantes mudanças. Valores da elite estrangeira, traduzidos em valores de uma elite interiorana e vinculada a terra, por conta de uma contabilidade e conceitos econômicos trazidos das praças de mercado externo, em resumo” (MOREIRA, 2002, p. 48).

As formas arquitetônicas em linhas retas, influenciadas pelo pensamento positivista, dispendo em seu traçado enfeites e adereços que denotavam o poder financeiro do proprietário. Esta forma de arquitetura representa no fundo uma crise entre o moderno que chega e o tradicional que teima em ficar. Estas formas arquitetônicas revelam o Brasil rural, do Brasil urbano, do Brasil que se industrializava (WEIMER, 2010, p. 9).



Figura 4: Goiandira em 1940

Fonte: Araújo, 2000, p. 80.



Figura 5: Residência moderna, 1950

Fonte: Andrade, 1950, p. 50.



Figura 6: Residência moderna, 1950

Fonte: Andrade, 1950, p. 52.

Nesse sentido, o contraste das formas do urbano é a forma visível de uma sociedade que está mudando. A arquitetura e organização do espaço urbano da época, com as casas afastadas da divisa com a rua, pontas de madeiramento cobertas são também influências de ideias de um padrão de higiene que chega com a ferrovia e o processo de urbanização. É também esta nova forma de organização do espaço que Barbosa (2008) encontra e analisa na cidade de Araguari – MG. Segundo ele:

A sugestão da classe dominante araguarina para a cidade estava em sintonia com outras localidades, a preocupação com o estilo arquitetônico, com a higiene e a estética urbana é explicitamente notada na legislação de 1923 que regulamenta as intervenções urbanas na cidade. No capítulo IV desta lei, que se refere às edificações, o artigo 40 diz o seguinte —As construções em geral, devem satisfazer todas as condições precisas segundo as leis, os cálculos de residência, as regras da arte de construir e os requisitos de hygiene e esthetica (BARBOSA, 2008, p. 97).

Entretanto, a ferrovia não inventa um mundo novo no Sudeste Goiano, mas transforma profundamente o mundo existente. Este fato transformador não anula, mas colocam em coexistência as forças da persistência juntamente com as da transformação. Não podendo, conforme observa Williams (1989, p. 388), reduzir um no outro e daí pensarmos que o campo é sempre o que persiste e, também que é ontologicamente o lugar da tranquilidade e a cidade, ao contrário, sempre transforma, é o lugar das perturbações, do vício e da corrupção.

Mas ninguém duvida da importância da ferrovia e da urbanização no Sudeste Goiano. É com ela que se inicia o trabalho operário⁷⁹, não somente para construir o trecho ferroviário e manter a Estrada de Ferro permanentemente funcionando, mas também construir a própria cidade. Agora, trabalhadores rurais que até então tinham construído o campo saem dele para também construir a cidade e, e se constituir como novos sujeitos na relação campo/cidade.

As primeiras construções para moradia e comércio principalmente as mais nobres, precisam dos braços e da experiência desses trabalhadores oriundos do campo. Além do trabalho nas olarias para o fabrico de tijolos e adobes as casas eram fabricadas em estruturas pré-moldadas com esteios de madeira, dependendo da perícia com o machado para lavrá-las (Figura 5). Estes saberes serão apropriados pela cidade. A limpeza da cidade era reservada a estes trabalhadores, que também faziam a capina das ruas. O braçal⁸⁰, era reservado exclusivamente para os pobres.

Por aqui podemos observar a necessidade de perguntar não apenas o que está acontecendo em um determinado período com as ideias do campo e da cidade, mas também a que outras ideias, dentro de uma estrutura mais geral, elas estão associadas (WILLIAMS, 1989, p. 388). O capital está associado à sua forma imperialista, pois a penetração de meios de transportes modernos como as estradas de ferro constitui condição imprescindível para a difusão da economia de mercado em vários cantos do mundo (LUXEMBURG, 1983).

A construção da Ferrovia no Sudeste Goiano dinamiza fortemente as trocas. Como resultados desse dinamismo em Goiandira surgem várias casas de negócios. As primeiras casas de negócios são propriedades de famílias imigrantes: portugueses, italianos e sírios libaneses. Paulatinamente os fazendeiros vão também abrindo casas de comércio na cidade como armazéns, lojas de tecidos, açougues, etc. E assim Fátima Pacheco de Santana (1995) explica esse momento,

⁷⁹ A ferrovia por uma razão ou outra sempre contribuiu para introduzir o trabalho livre. No Brasil 'A fim de não desviar a mão de obra escrava da lavoura, a companhia se obrigava não possuir nem empregar escravos na construção e manutenção da estrada de ferro. Somente pessoas livres podiam ser contratadas por ela. [...] No caso de estrangeiros, participariam de todas as vantagens concedidas pelas leis aos colonos "úteis e industriais" (EL-KAREH, 1982, p. 36).

⁸⁰ Há aqui uma diferença entre trabalho manual e trabalho braçal: na história o trabalho manual era praticado pelos artesãos e até mesmo por parte da burguesia. O trabalho braçal não, este era normalmente reservado aos escravos e aos trabalhadores livres pobres.

Com a intensificação do movimento imigratório, iniciado no século passado, muitos imigrantes aqui aportaram. Os que mais marcaram sua presença na região foram os sírio-libaneses, que construíram muitas casas de comércio, aliás, praticamente todas da época; os portugueses que montaram padarias e aqui se fixaram; os espanhóis, que ficaram por pouco tempo e os italianos. Ainda hoje existem algumas famílias descendentes destes imigrantes do início do século (SANTANA, 1995, p. 46).

Continuando...

O município de Goiandira contava neste período com charqueada, serraria, máquinas de beneficiar arroz, cortume e algumas fábricas de laticínios, cerveja, macarrão, prego, queijo parmesão, torrefação de café e farinha, bem como empacotação. Toda a sua produção era enviada, via estrada de ferro, para as regiões mais povoadas, principalmente para a região centro-sul, o que colocava o município como parte integrante desse processo de dependência econômica em que se encontrava o Estado (SANTANA, 1995, p. 47).

Todo esse movimento mostra a diversificação da classe dos proprietários na cidade de Goiandira, colocando também a questão da recomposição de classe, pois agora não se trata apenas de proprietários de terras, mas um sentido mais amplo da classe dominante. Vários descendentes de imigrantes foram prefeitos na cidade, outros se tornaram funcionários públicos de importância como Serventuários da Justiça e donos de Cartórios onde se escrituravam as propriedades imobiliárias do município e da cidade.

Importante ressaltar o fato de que o município de Goiandira inseria-se na economia de forma subordinada. Esta ressalva é importante, pois esta característica permanece em Goiandira até os dias atuais.

Em relação à vinda do fazendeiro para a cidade isso tem duplo aspecto: ganhar lucros através da atividade comercial e controlar o trabalhador rural que foi morar na cidade. Nesse sentido, os camponeses sofreram dupla exploração: pagando as taxas e os impostos exigidos e cobrados pela cidade e também produzindo alimentos cada vez mais baratos para os moradores da mesma, barateando a força de trabalho. Escrevendo sobre a Inglaterra, Williams observa que “as relações não são apenas de ideias e experiências, mas também de aluguéis e juros, situação e poder, um sistema mais amplo” (Williams, 1989, p. 19).

O comércio da cidade expande e o trabalhador assalariado também. O trabalho aumenta e diversifica: maquinista, agentes de estação, telegrafistas,

agentes dos correios, carteiros, trabalhador braçal que trabalha na recuperação dos trechos ferroviários danificados, professores, pedreiros, serventes etc. complexificando a divisão do trabalho. Isso não é novidade, pois já observamos que a ferrovia foi um vetor eficiente na introdução do trabalho assalariado em vários lugares. Com isto também os conflitos. Foi isto que fez com que um conjunto de 114 trabalhadores da cidade encaminharam ao prefeito no dia 21 de julho do ano de 1936 um abaixo-assinado (Figura 8), exigindo a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, conforme disposto no Decreto 21186 de 22 de março de 1933⁸¹. Há uma importância significativa neste ato, que é sua precocidade, pois havia países na Europa, nesta mesma época lutando por uma jornada de trabalho de 8 horas diárias.

⁸¹ O Decreto n. 21186/33, fixava a jornada de oito horas para os comerciários, que seria, em seguida, estendido aos industriários através do Decreto n. 21364/33.

Ex^{mo} Sen^{do} Prefeito Municipal de
Goiandira

Visto

Visto 11/11/38
11/11/38 - Prefeito Municipal

As abaixo-assinados, operários de todos
os profissões, fiados nos seus sagrados direitos
e constantes no espírito jovem, esclarecido e ju-
venal de V. Exa., vem solicitar sua interve-
niência no sentido de exigir dos empregadores (pa-
trões) deste Município, o cumprimento da lei
de 8 horas de trabalho (decreto nº 186 de 20
-3-1938) que, graças a vigilância do trabalha-
dore, já é executada em todos os centros de paiz,
e que agora não é absolutamente aplicada
nas mais penitentes condições da maioria
da população, isto é, dos trabalhadores de
cabo peão e cerebros saem todas as con-
quistas do progresso.

Desta medida virá para os trabalhadores
possibilidade de nos instruímos nas horas de folga
e aplicarmos parte das mesmas no cultivo da
Higiene e do esporte em benefício da raça,
nos são divertimentos do espírito e no do
paço em família, conforto que hoje
pouco encontramos.

Dali sortirá para o povo, graças da população
uma milhona e quatro mil e quinhentos
Goiandira, hoje tão adversa aos empre-
sários de, no social e cultural de sua
para.

A vida não se reduz-se ao comer, mas

trabalhar e dormir.

A experiência no país e noutros
países provou que a produção não se
proporciona com a diminuição das ho-
ras de trabalho, pois as horas exceden-
tes fatigam o trabalhador e este mes-
mo não pode produzir com a mesma
intensidade. O ritmo do trabalho au-
menta com a aplicação do horário
racional e humano compensando per-
feitamente a diminuição do tempo.
Ademais, isso no Brasil já é lei
de 1935.

Não permitimos, e estamos certos
que V. Exa. não permitirá, que con-
tinuemos privados de nossos direitos
legais e nem tão pouco que apro-
vateis (como é possível) da concessão
para diminuir nos os atuais salários
que já são incompatíveis com a al-
ta de preços de guerra de primeira
necessidade.

Como é de justiça, contamos certos com
as providências que estiverem ao al-
cance de V. Exa. e, com sua inteira
sympathia a nossa causa.

Goyandira 31 de julho de 1936

1. Gustavo da
2. Oscar Or
3. José de Almeida

Francisco Peres de G. Mart
 Sr. Augusto de Alencar
 Manoel Matias de Souza
 Almeida da Silva
 Manoel Cardozo
 Felamirio Cab
 Licio Alves
 Antonio Boerzio
 Domingos Machado de S. Reis
 Joaquim Alves Cabello
 Leandro Simões Ferreira
 Lazaro Olocomiro de Cruz
 Alindo José Pires
 Luiz Antonio da F. F. Filho
 José Ferreira
 J. B. de Queiroz
 João de Queiroz
 Gerônimo de Queiroz
 João Candido da Silva
 Emanoel Machado
 Domingos Meireles de Souza
 Francisco Gomes de Alencar
 Euclides Pereira da Silva
 Augusto Junior
 Marcelino Lencin
 Joao Martin Pereira
 José de Deus
 Abelardo do Amaral
 Alfredo Llopes
 José Otavio

34	Francisco Marcelino	52
35	Marcelino José da Silva	82
36	Boanerges de Mello	82
37	Aguaquim Ferreira de Lima	85
38	João Oliveira	18
39	Benjamin Barroso da Cruz	24
40	Theodorico Cardozo dos Santos	24
41	Manoel Marcelino da Silva	43
42	Euripedes Pereira Duarte	21
43	João Biana	24
44	Pipirino Borges	43
45	Francisco Miguel	21
46	Manoel Ignácio	21
47	João e Alvi	21
48	Benedito Alvi	21
49	Antônio Peres	21
50	João Baptista de Lima	21
51	Thobias Ribeiro	21
52	Manoel Manoel da Silva	21
53	João Alves	28
54	João Patricio Alti	48
55	Cláudio Borges	88
56	Francisco Alves de Resende	98
57	Vergílio Ferreira de Lima	100
58	Agostinho da Cunha	11
59	João Pereira Duarte	22
60	Antônio Patricio de Oliveira	21
61	Domício Alves	41
62	João da Silva e Silva	21
63	Altivo da Silva	21
64	Pedro Vieira Antunes	41
65	João Vieira e Silva	81
66	Venerando de Almeida	11

67	Ernesto Boetto	40
68	Antônio Maiguel	28
69	Josebe Silverio	22
70	Sebastião Ferreira	40
71	Mário Alves	32
72	Antônio Cabral Timoteo Dias	18
73	Mário de Carvalho	04
74	Antônio de Brito	14
75	Genencio Celvio Moreira	04
76	Pedro David Vieira	24
77	Antônio Daniel Vieira	44
78	José Marques da Silva	24
79	José Francisco Gomes	24
80	Augustinho de Santana	14
81	José de Oliveira Netto	24
82	José Marques	14
83	Filipe José de Oliveira	02
84	Antônio Ribeiro	14
85	Sebastião Ribeiro	22
86	João Albino	22
87	João Silveira da Silva	14
88	Benedicto Rosa Penha	14
89	Donatino Silva	22
90	João Casimiro	14
91	Honorino Gomes	14
92	Gerardo P. Duarte	14
93	José Manuel Marques	02
94	Manoel Vitorino	12
95	Antônio Jacácio Ribeiro	22
96	Manoel Belito de Souza	22
97	Apertemora de Paula	12
98	Sebastião Pereira	22
99	Antônio Pinta Costa	22

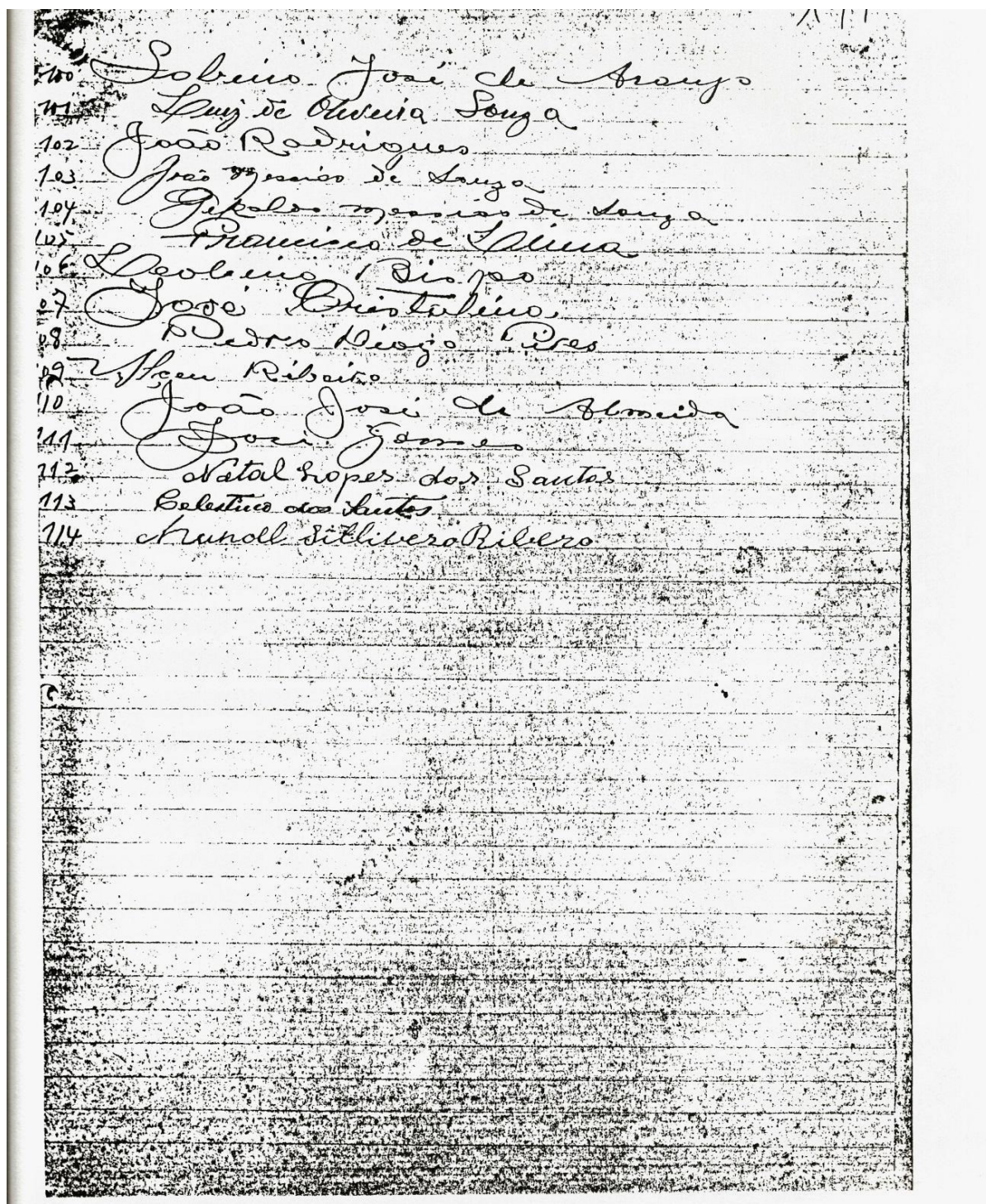


Figura 7: Manifesto de 21 de Julho de 1936

Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal de Goiandira.

Não temos informações a respeito dos resultados provocados pelo abaixo-assinado no local, mas observa-se pelo despacho emitido pela Prefeitura Municipal a respeito do documento, entre o recebimento do mesmo em 11 de agosto de 1936 e o arquivamento em 14 de agosto de 1936, parece provável a pouca ou nenhuma importância, dada pelo poder local à reivindicação dos trabalhadores. Efeito significativo nesta ação foi o fato dos trabalhadores terem reclamado ao prefeito e não aos patrões o descumprimento da lei, o que nos chama a atenção sobre as formas das lutas e consciência de classe trabalhadora em cada local. É importante comentar que na década de 30 forma-se em Goiandira um Núcleo Comunista que mantinha correspondência permanente com comunistas de outros lugares. Nesse sentido, o abaixo-assinado, independente dos caminhos tomados no interior da Prefeitura de Goiandira, se relaciona a um contexto mais amplo da luta de classes⁸².

Nesse sentido, o conflito capital/trabalho se desloca para o interior das estruturas do Estado. O Estado é um instrumento da classe dominante, contudo, a história já provou por diversas vezes que a classe dominante não pode realizar através do uso do Estado exclusivamente os seus interesses. E dependendo do jogo de forças colocados no momento, há que negociar com os dominados a partir de uma margem de manobra, elaborando o consentimento.

Não se pode esperar das instituições criadas para proteger os interesses da classe dominante, que contra a mesma se indisponha. Orientada sob os mecanismos repressivos da burguesia que se universalizava também a classe dominante de Goiandira “difama” os trabalhadores como sendo comunistas. Em depoimento concedido a Santana (1995) o senhor Altivo Marques da Silva⁸³ se refere às dificuldades encontradas para que as pessoas assinassem o abaixo-assinado de 1936, dentre as razões estava o medo de serem “taxados” como comunistas e não conseguirem trabalho e até mesmo proteção quando precisassem.

⁸² Sabemos que as lutas dos trabalhadores se deram das mais diversas formas. Quebrando máquinas, incendiando celeiros e serrarias, exigindo sufrágio universal, exigindo liberdade político/eleitoral, realizando greves, revoluções armadas, fazendo “corpo mole” no trabalho, preguiça, caminhadas, empates, abaixo-assinado, dentre outras formas que a criatividade dos trabalhadores pode inventar.

⁸³ Altivo Marques da Silva (Nativo), nascido e criado no município de Goiandira/GO, em 08/09/1920. Foi entrevistado em sua residência, situada à Rua Rui Barbosa nº 49. Único assinante vivo do abaixo-assinado, que se tem notícia, cuja assinatura consta Altivo da Silva (SANTANA, 1995, P. 85). Altivo Marques foi pedreiro, açougueiro e ao adquirir uma pequena propriedade rural no município de Goiandira passa a viver do seu trabalho e de seus familiares na terra. Foi também vice-prefeito e com a renúncia do titular assume brevemente a prefeitura em Goiandira, se torna uma das lideranças mais importante do PMDB na cidade. Morre em 07/07/2004.

Segundo ele,

Eles num quiriam assiná, essa ordem de trabaiadô menos isclarecido, porque, medo de inolá, porque, o, o, os proponentes dessa, desse direito do trabaiadô era taxado de, aqui na Goiandira, cumu comunista, sabe, intão essas assinatura aqui já era assim, as veis o sujeito num quiria, e tal, precisava eles ixplicá qui aquilo era uma lei, que aquilo era uma lei, da, da federal, do Governo Federal, de modo que tinha nada a vê cum comunismo [...] (SANTANA, 1995, p. 67).

A respeito da vigilância e combate aos comunistas deve-se ressaltar no Estado de Goiás as atribuições da Igreja Católica Romana por meio dos missionários franciscanos oriundos dos Estados Unidos com sede em Anápolis, mas com influência sobre todo território goiano, que reprimia qualquer relação dos católicos com a esquerda⁸⁴. Na região Sudeste de Goiás, podemos ler nos Anais da Paróquia Mãe de Deus no dia 1º de maio de 1946 a seguinte anotação:

Os comunistas comemoraram o 1º de maio por espalhar um boletim de mensagem cumprida e letra pequena. Guardamos uma cópia como dos outros. A seguir Fr. João publicou um aviso, lembrando os católicos da proibição contra comunistas e marcando os motivos principais desta proibição.⁸⁵

O historiador Paulo César Inácio (2009) ao pesquisar sobre a história e a luta dos trabalhadores no Sudeste Goiano, comenta sobre a perseguição aos comunistas. Mostrando caso ocorrido em Goiandira quando transcreve ofício do Secretário de Segurança Pública de Goiás, senhor Rivadávia Xavier Nunes, datado de dezoito de abril de mil novecentos e sessenta e quatro, que foi encaminhado ao delegado de polícia de Goiandira, Prudêncio Quirino Garcia, que agiu prontamente respondendo no dia vinte e cinco de maio do mesmo ano.

Determino, por meio deste, que essa Delegacia de Polícia organize, com a máxima urgência, uma lista criteriosa de elementos residentes nesse Município, que sejam reconhecidamente comunistas, ou agitadores subversivos, e encaminhe a êste Gabinete, imediatamente, para exame e apreciação (INÁCIO, 2009, p. 144).

⁸⁴ Difícil não associar o trabalho da Igreja com o processo de colonização. Durante o período em que ficam em Catalão e Goiandira (1946-1970) ocorrem várias lutas de camponeses no Estado de Goiás e também no Sudeste de Goiás.

⁸⁵ Os Anais da Igreja não são paginados.

Prontamente o delegado responde:

Em resposta ao ofício circular nº 428-64 de 18 de abril do corrente ano, passo às mãos de V. Excia uma lista de nomes de pessoas simpatizantes do Partido Comunista residentes nesta cidade de Goiandira, que são: Laerson Vitorino, Eduardo Borges, Eurípedes Albuquerque Filho, (ilegível) Bento, Irineu Rosa de Oliveira, Olímpio Gonçalves de Araújo, Geraldo Teixeira de Araújo, Calicanto Querido, Altivo Marques da Silva, João Pinto Calaça e Jerônimo Pereira Duarte (INÁCIO, 2009, p. 144).

A acusação de adversários como comunista se tornou peça-chave nas disputas locais. Entretanto, nem sempre as pessoas denunciadas tinham qualquer filiação partidária ou prática política que pudesse enquadrá-lo como tal, se tratando, muitas vezes de estratégias elaboradas pelos adversários políticos para constranger o oponente. Entre os nomes constantes do ofício do delegado há fazendeiros, farmacêutico e trabalhadores. No entanto, o fato de usar a palavra comunista para discriminar, perseguir e prender pessoas, por si só, é bastante significativo no quadro das lutas de classes local.

Sobre esta questão Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* observam:

Que partido de oposição não foi acusado de comunista por seus adversários no poder? Que partido de oposição, por sua vez, não lançou a seus adversários de direita ou esquerda a pecha infamante de ser comunista? (MARX e ENGELS, 2010, p. 39).

É nessa trajetória que se inclui a monografia de Erick Marcus dos Reis e Cruz cujo título é: *O clube dos onze (1940-1960): a memória dos militantes do Partido Comunista em Goiandira*. O autor busca, através da história oral, resgatar trajetória de um grupo de pessoas de Goiandira que simpatizam com o ideal do comunismo e que ficou denominado como o “Clube dos Onze”. Os membros do referido grupo tinham posições sociais diversas na sociedade goiandirense, eram eles: *Virgílio Araújo (Nhozico) dentista; Geraldo Teixeira de Araújo*⁸⁶ *(fazendeiro); Olímpio Araújo (dono de cartório); Altivo Marques (Nativo) camponês; Manoel Bento, pedreiro; Magno de Oliveira Costa, comerciante; José Ferreira (Juca Ferreira)* (REIS E CRUZ, 2001, p. 23, grifos no original). Não se sabe muito sobre as atividades deste grupo

⁸⁶ O filho de Geraldo Teixeira de Araújo foi batizado com o nome de José Stálin de Araújo em homenagem ao líder soviético. Este se formou médico e foi por duas vezes prefeito de Goiandira. A primeira vez foi eleito pelo PMDB; a segunda vez pelo PSDB.

na época, mas sabe-se pelos relatos dos mesmos que era constante o encontro com membros do Partido Comunista de Uberlândia - MG, de onde se ressalta a importância da Estrada de Ferro nas articulações políticas dos trabalhadores. Sobre as contradições instituídas pela presença da Ferrovia são importantes as observações do historiador Lincoln Secco:

De um tempo em que a técnica desafia os determinismos. Mas para nós outros a técnica que pode engendrar os dinamismos de uma sociedade imperialista, mas também o seu contrário. Porque se o trem leva as boas novas do progresso, da *Belle Époque*, da moda parisiense, da bolsa de Londres, ele também conduz Lênin à Estação Finlândia (SECCO, 2010, p. 82, grifo no original).

O “Clube dos Onze” fora criado para elaborar diretrizes, manter correspondências e organizar encontros. Sobre estas atividades do Clube dos Onze são esclarecedoras as palavras do senhor Sebastião Jardim em depoimento concedido a Reis e Cruz no dia 16/10/1999, segundo ele:

O núcleo comunista, surge por volta de 1930 sob a coordenação do professor Abraão Isaac Neto, este professor até então de uma escola particular. Até este período eu não tinha a menor noção do que poderia ser tal coisa. Este professor de origem desconhecida, era comunista Abraão Isaac Neto foi eleito deputado estadual em 1946 pelo Partido Comunista do Brasil que nessa época se encontrava na legalidade. Quando o partido caiu na ilegalidade, abordavam em Goiandira vários fugitivos que se reuniam como adeptos daqui. De Uberlândia vinham muitos companheiros que davam instruções aos daqui. Com o passar dos tempos, ainda escondidas criou-se um núcleo (década de 40) que controlava as diretrizes, mantendo correspondências, encontros, etc. (REIS E CRUZ, 2001, p. 23).

Pelo depoimento de Sebastião Jardim vê-se que os primeiros anos do Clube as atividades eram clandestinas, haja vista a ilegalidade do Partido em meados de 1940. Estas operações não eram restritas ao município de Goiandira, pois havia articulação forte do Partido Comunista também em Catalão, através do jornal “O Catalão”, onde divulgava suas ideias. Uma questão importante analisada por Reis e Cruz era o temor dos militantes serem descobertos e revelados como comunistas. Nessa época não era incomum, há vários comentários sobre isso, um comunista estar sob a proteção de um coronel da cidade. Num Estado em que a polícia de

Pedro Ludovico assassinava constantemente os militantes da esquerda, são compreensíveis tais atitudes⁸⁷. O Jornal O Catalão observa,

Selvagemamente espancaram os jornalistas Washington Barbosa, o gráfico Joaquim Pereira e os operários Onofre Capingote - querem matar Janosi. Uma semana após o assassinato de Antonio Barbosa, a policia volta a reprimir. No dia 4 de setembro de 1953, na mesa do senhor **Olímpio Araújo em Goiandira**, foram presos os jornalistas, sem nenhuma explicação, a não ser de que estavam atrás do nosso diretor Janosi para matá-lo. Mais de umas dezenas de policiais levaram-nos para a cadeia de Goiandira. 1 hora da madrugada, levaram-nos amarrados dentro de um caminhão, levados ao mato, nos espancaram, não cessando os coices no estomago, e na cabeça, enquanto perdíamos uma enorme quantidade de sangue. Julgando que todos já estavam mortos, o general Simão Barreira ordenou que fossem levados para a beira da estrada. Pouco depois voltaram para certificar que o serviço estava completo, mas um dos feridos recuperou-se, e arrastou os outros para uma gruta. Conseguiram com a ajuda de um lavrador providenciar um automóvel e levar os feridos até a cidade de Ipameri, estivemos quase mortos, mas conseguimos nos recuperar (O CATALÃO, nº 13, 25 de Setembro de 1953, grifos nossos).

Tais situações demonstram que a ferrovia não só acelera o processo de construção física da cidade de Goiandira, mas a coloca imediatamente em contato com um mundo diferente daquele até então experimentado. Sendo esta comunidade, daí em diante, cada vez mais mediada pela troca em dinheiro e por novos conflitos. Entretanto, em uma sociedade é comum que persistam relações não capitalistas de produção e de trabalho como o camponês e também formas de pagamento não monetarizadas, não intermediadas pelo dinheiro, como a “trama”⁸⁸, como formas próprias de desenvolvimento do capitalismo e não seu contrário (OLIVEIRA, 2007).

Este contato com o mundo produzido pela indústria não apenas possibilitou a emergência de um trabalhador livre, mas também a forma de consumo e dieta

⁸⁷ Disponível em: < <http://portaldosudeste.com/blogdomamede/?p=5476>>., acesso em: 18 mar. 2011.

⁸⁸ “Como a relação entre a economia rural e a economia urbana se processa em termos de intercâmbios desfavoráveis à primeira [...] desenvolveu-se no interior dela um sistema de trocas de mercadorias e “trabalho em espécie”. (MARTINS, 1975, p. 37). A “trama” é o pagamento feito com produtos oriundos do campo em troca de trabalho: como uma fatia de toucinho, um litro de banha, um quilo de feijão etc. Este tipo de relação obrigava o fazendeiro ter sua despensa sempre farta.

próprios deste trabalhador⁸⁹. Em relação a isto pode ser observada a introdução de uma nova dieta de origem industrial nos produtos vendidos pela Cooperativa de Consumo dos Servidores da Estrada de Ferro Goiás⁹⁰. A cooperativa vendia aos empregados da ferrovia, sob a *forma de crédito* anotando em “caderneta”, que depois vinha descontado no salário do mês. Em uma caderneta consultada (figuras 8), que pertenceu a um trabalhador braçal da Ferrovia, observa que no dia vinte e cinco de julho de mil novecentos e sessenta e três (25/07/1963) foi feito o registro dos seguintes produtos: 01 caderneta, 20 quilos de arroz, 12 quilos de açúcar, 01 quilo de macarrão, 03 quilos de batata, 02 latas de óleo *delícia*, 03 quilos de farinha de trigo, 05 quilos de feijão, 10 quilos de milho, 01 lata de bolacha, 02 quilos de farinha de mandioca, 02 sabonetes. Em outras datas anotadas pode-se ver também: fósforo, goiabada, marmelada, Kolynos, tecido, café e fubá.

Quantidade	Produto	Valor
1	Caderneta	100,00
20	quilos arroz	200,00
12	" açúcar	100,00
1	" macarrão	10,00
3	" batata	240,00
2	lata óleo delícia	540,00
3	quilos farinha de trigo	360,00
5	" feijão	125,00
10	" milho	240,00
1	lata bolacha	240,00
2	quilos farinha de mandioca	160,00
	Total	1295,00

Figura 08: Caderneta de consumo da cooperativa

Fonte: Arquivo pessoal da senhora Acy Maria Alves de Avelar.

Nota-se que os produtos eram oriundos da indústria e que também é de alto potencial energético, refeição típica de trabalhadores com maior gasto de força física. Não nos foi possível encontrar caderneta de trabalhadores da área administrativa, que também tinham melhores salários. Isto seria importante para ver

⁸⁹ Importante estudo sobre a dieta dos trabalhadores está o clássico: *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Cândido. (CÂNDIDO, 1998, p. 131).

⁹⁰ A Cooperativa dos Servidores tinha sede em Araguari - MG foi fechada e está com toda documentação sob a guarda de um fiel depositário.

se haviam diferenças quanto ao consumo. Não se pode concluir que a dieta desses trabalhadores se resumia a esses produtos industrializados e semi-industrializados, visto que, a maioria dos trabalhadores da Ferrovia tinha origem rural e era comum que as pessoas tivessem seus quintais com suas hortas e ervas para fazer o remédio, chiqueiro para criação de porcos, galinha caipira e ovos. Nas hortas era comum o plantio de alho, açafrão e cebolas que tinham mais durabilidade ao longo do ano.

A dieta introduzida no cotidiano dos operários da ferrovia talvez seja o aspecto mais visível. Aqui estamos diante do crédito. A Cooperativa de Consumo, muito mais Cooperativa de Crédito, é apenas um instrumento por meio da qual se põe em funcionamento o capital acelerando a formação do mercado. Note que o sistema utilizado é o de consignações, sendo que o valor da mercadoria comprada pelo trabalhador da ferrovia vinha descontado no seu salário. Estamos diante de uma das mais puras formas de exploração do trabalho alheio. Este sistema também foi um dos pilares do desenvolvimento do comércio na cidade, os armazéns que iam se formando utilizava em grande medida o crédito a partir do uso da caderneta.

A formação dos quintais, entretanto, não era permitida aos trabalhadores nas “Turmas”. Conforme as observações do sociólogo José de Souza Martins,

[...] são formadas por uma população de origem rural e residência urbana, “expulsa” das fazendas porque as condições de trabalho tornaram-se desinteressantes ou opressivas, reunidas em torno de um empresário de força-de-trabalho, o turmeiro, em geral proprietário de um caminhão. O turmeiro contrata os serviços com os proprietários do município e até mesmo em regiões distantes, onde há falta de mão-de-obra, e para ali conduz diariamente os operários pelo prazo estipulado. Ele mesmo e algum auxiliar servem de feitores na supervisão do trabalho e, quando este é insatisfatório, pode ocorrer a dispensa do trabalhador antes do término da jornada (MARTINS, 1975, p. 28).

Em Goiandira as Turmas vigoraram até o ano de 1974. A partir desse ano as famílias vieram morar na cidade e apenas o turmeiro passou a viajar na segunda-feira de manhã para o trecho, retornando ao final do dia da sexta-feira da mesma semana. A vinda do trabalhador ferroviário para a cidade deve-se, em grande medida, à luta do trabalhador para levar seus filhos para a escola.

A importância de Goiandira e sua relação com o mundo se amplia após 1935 quando a ferrovia chega à cidade de Anápolis e, após 1950 quando a ferrovia chega

à cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás. A cidade fortalece seu posicionamento estratégico ao se tornar importante entroncamento ferroviário, sendo lugar de passagem obrigatória para quem viajava para as cidades goianas mais importantes da época, quanto para cidades dos Estados de Minas-Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Esse movimento de pessoas pode ser observado pelas anotações diárias nos Anais da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus de Catalão. Em registro do dia 28 de janeiro de 1944 lê-se o seguinte: Em 28 de janeiro chegaram em Goiandira os frades Dunstan, Celso e Gabriel. Também no dia 27 de outubro de 1945 está escrito:

Neste dia chegou aqui Fr. João Antonio Janson, de São Paulo. Encontrou Pe. José na estação em Goiandira. A caminho de Catalão na jardineira, ela parou por falta de gasolina. Após uma parada de uma hora, ou mais, chegou lá o Sr. Olavo na motocicleta com lata de gasolina.

O movimento de pessoas na cidade pode ser observado através do relatório dos serviços da “Estrada de Ferro Goiaz” trecho Araguari a Anápolis. Veja tabela com os números de passageiros no ano de 1939 (Tabela 2)⁹¹. Importante também, além de observar a respeito da quantidade de pessoas, também é possível observar a qualidade do próprio movimento. A tabela indica que em Goiandira a maioria dos passageiros viajava em primeira classe, o que pode indicar diferente poder aquisitivo.

⁹¹ Diferente da forma como está no relatório que segue a ordem Araguari a Anápolis, optou-se por colocar as cidades em ordem decrescente relativo ao quantitativo de passageiros.

Tabela 2: Dados de passageiros - Estrada de Ferro Goiás, 1939

ordem	Estação/Cidade	1 ^a classe	2 ^a classe	total
1	Araguari	9.713	15.858	25.571
2	Ipameri	7.759	10.621	18.380
3	Pires do Rio	5.612	10.231	15.813
4	Goiandira	7.326	6.474	13.800
5	L. Bulhões	1.290	7.177	11.407
6	Anápolis	4.634	6.451	11.085
7	Urutaí	2.778	4.769	7.547
8	Anhanguera	2.828	4.551	7.379
9	Catalão	2.486	4.489	6.985
10	Vianópolis	2.777	4.013	6.790
11	Cumari	2.474	3.633	6.107
12	Ubatan	1.815	3.247	5.062
13	Bonfim	2.781	2.206	4.987
14	Ararapira	169	3.786	3.955
15	Veríssimo⁹²	342	3.022	3.364
16	Inajá	313	2.604	2.903
17	Amanhece	295	2.608	2.402
18	Içá	147	1.913	2.050
19	Roncador	84	1.938	2.022
20	Ouvidor	690	1.327	2.017
21	Eng. Bethout	357	1.532	1.889
22	Ponte Funda	219	1.087	1.306
23	Caraíba	186	1.015	1.201
24	Eng. Valente	58	616	674
25	Gen. Curado	70	571	641

Fonte: Relatório da Estrada de Ferro Goiaz, 1939, p. 18.

⁹² Veríssimo é um povoado pertencente ao território de Goiandira, onde também há uma Estação Ferroviária.

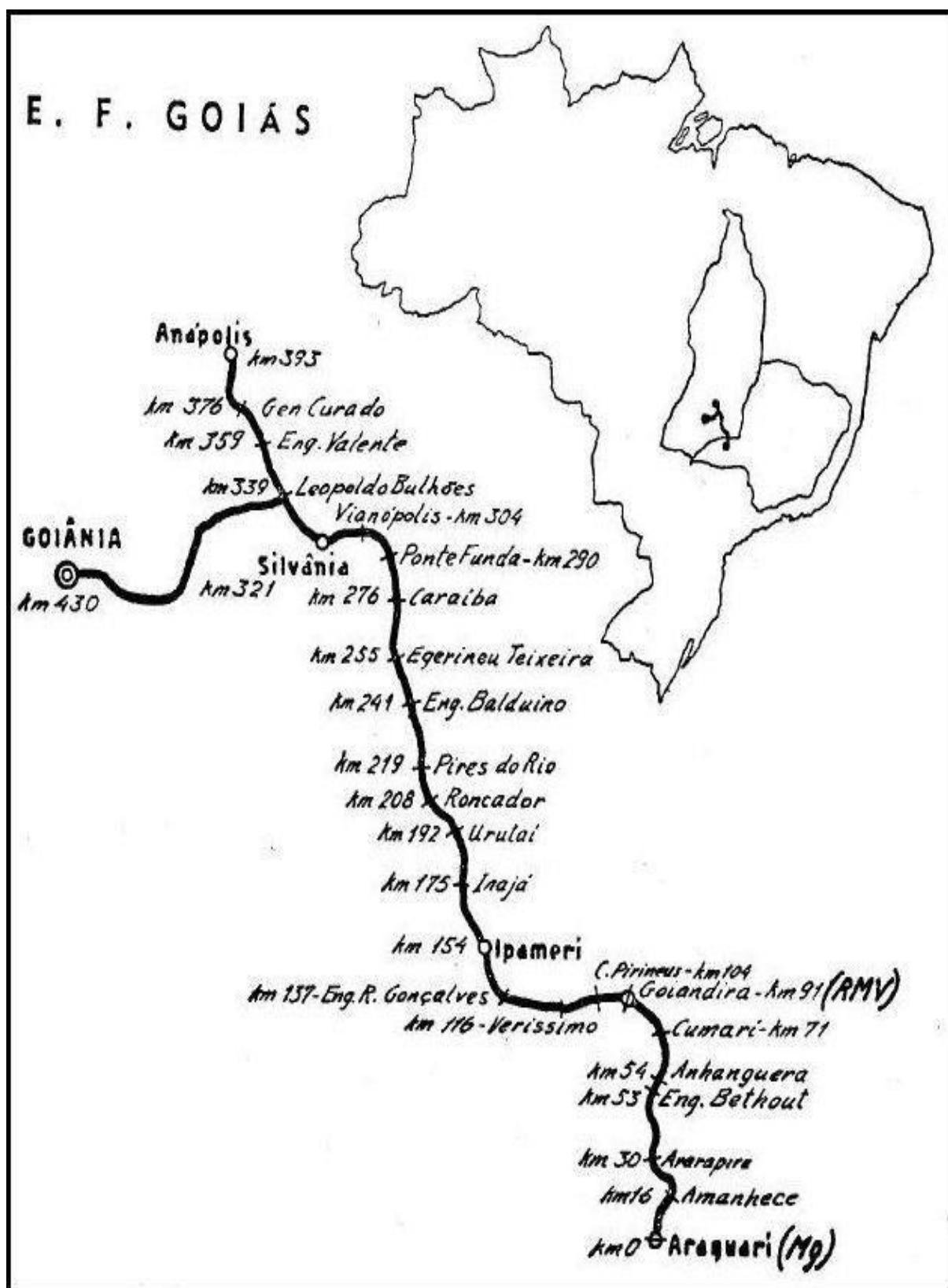


Figura 09: Mapa do trecho ferroviário - Araguari (MG) / Anápolis (GO)

Fonte: CAMPUS JÚNIOR, 1998, p. 90.

Pelos dados expostos vê-se a importante posição de Goiandira em relação ao movimento de passageiros, ocupando a quarta posição. Se incluirmos nesta soma a estação do Povoado de Veríssimo, que fica na área rural, Goiandira fica na terceira posição. Na data do Relatório só havia em Goiandira a estação inaugurada em 1915 com a chegada dos trilhos e a estação do Povoado de Veríssimo. No ano de 1942 é inaugurada a nova estação da cidade e, também nesta mesma década, os trilhos que vinham da cidade mineira Formiga, passando por Catalão até chegar à Goiandira, tornando-a importante entroncamento ferroviário (Figura 12). Daí seja possível deduzir o aumento do movimento de pessoas após 1939, principalmente a partir da segunda metade da década de 40.

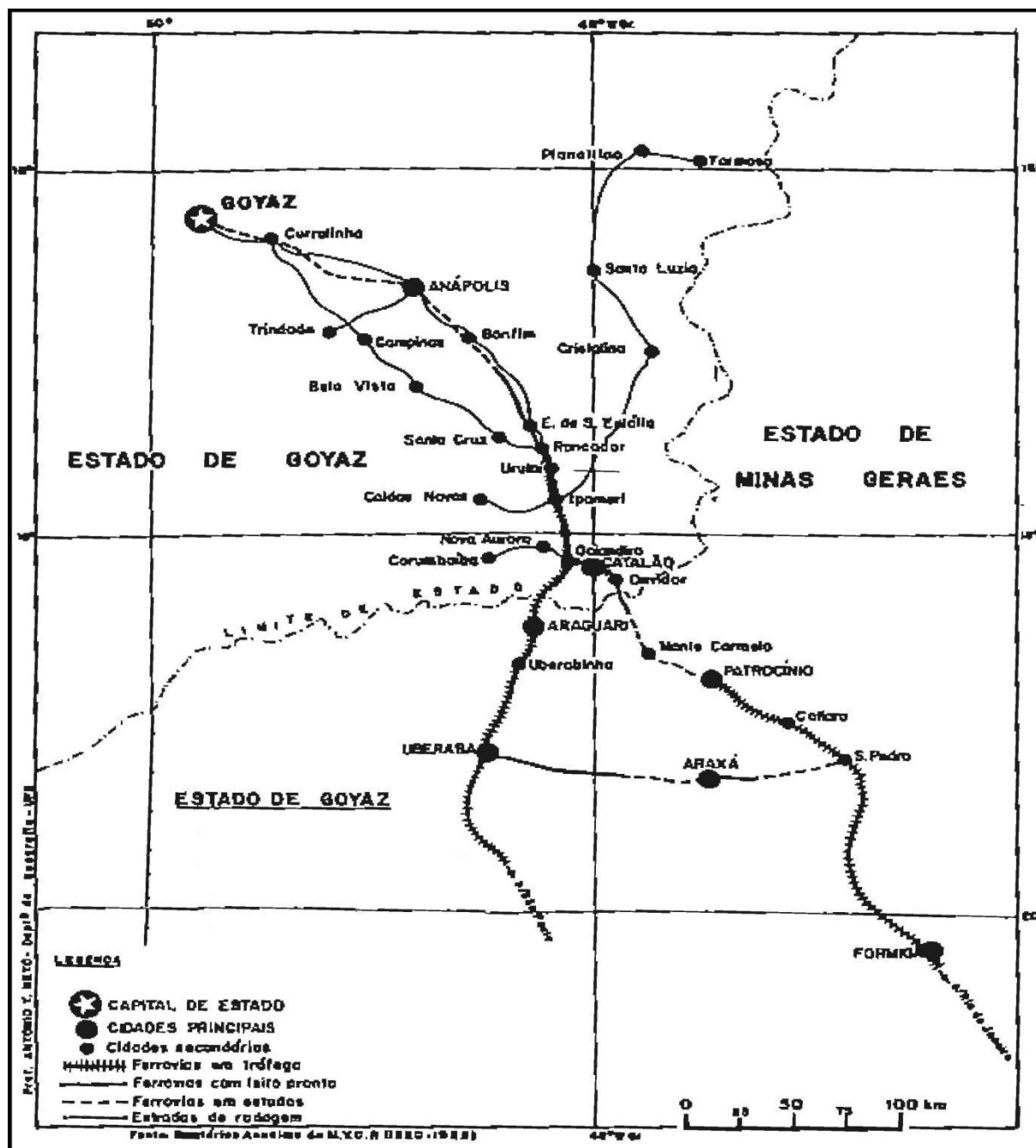


Figura 10: Mapa do trecho ferroviário - Formiga (MG)/Goianira(GO)/Anápolis(GO)

Fonte: Borges, 1990, p. 111.

Intensifica o movimento de pessoas e daqueles que viram nisso tudo a oportunidade para ganhar dinheiro. Surgem várias hospedarias como hotéis e pensões e também espaços de prostituição, formando os primeiros lugares de “má fama”; lugar de residência da população pobre e miserável da classe trabalhadora.

Este movimento de pessoas e coisas resultantes da implantação das ferrovias nos lugares é analisado pela historiada Dilma Andrade de Paula, conforme ela,

A operação de trens de passageiros envolvia contatos permanentes da empresa e de ferroviários com as populações ao seu redor, de forma que as alterações no cotidiano dos locais por onde passavam os trens eram visíveis: a construção e movimentação de estações e pontos de paradas, o tráfego constante de passageiros e mercadorias avulsas, as ligações regionais e inter-regionais, os movimentos dos trabalhadores ferroviários (engenheiros, telegrafistas, trabalhadores braçais que atuavam na construção e conservação das linhas, especialistas das oficinas etc) que se deslocavam sempre, de município a município. Havia todo um movimento em torno da ferrovia que, via de regra, atravessava as cidades e impunha sua presença [...] nas periferias da cidade e das áreas produtoras para os entroncamentos e os portos (PAULA, 2008, p. 47).

Todo este movimento que nos fala Paula (2008) pode ser visto em Goiandira (figura 11):

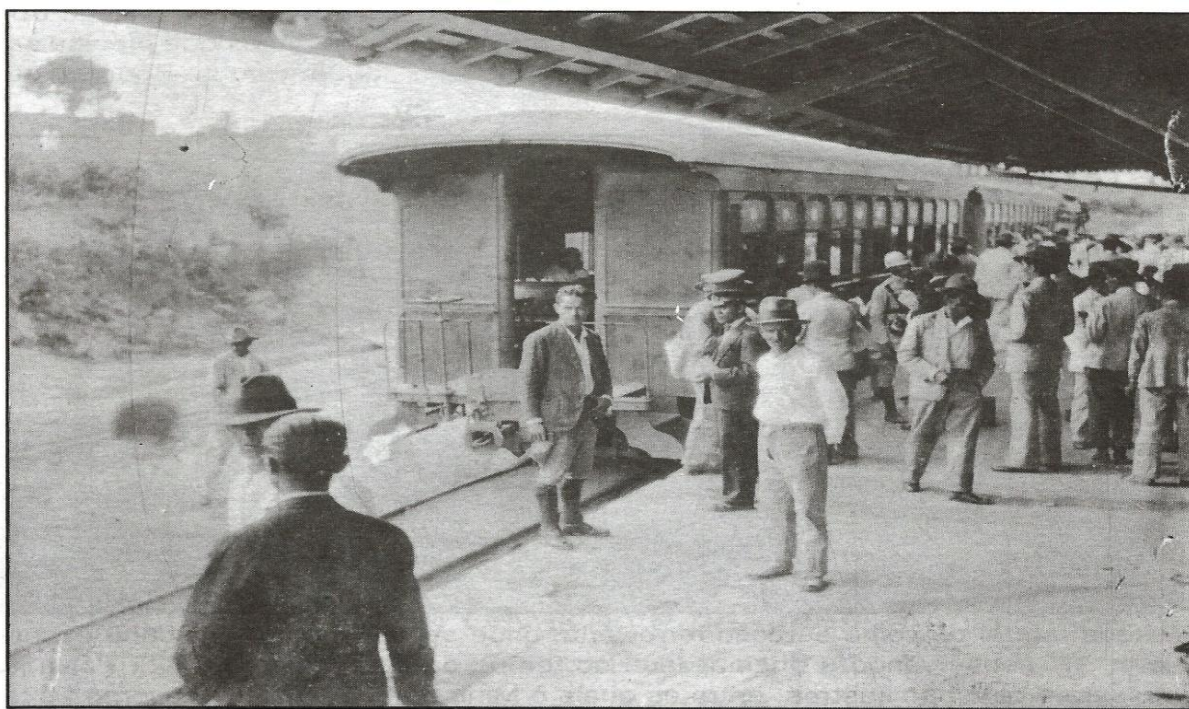


Figura 11: Movimento de passageiros na primeira estação de Goiandira na década de 1940

Fonte: Araújo, 2000, p. 80.

A cidade se vê mergulhada numa intensa movimentação de pessoas de mercadorias e de informações. As constantes vindas e idas das pessoas enriqueceram-na, os trabalhadores migrantes que vieram de várias partes do país (Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Ceará, Maranhão, etc.) para trabalhar na ferrovia, juntamente com os imigrantes (SANTANA, 1995, p. 47), contribuem para a

construção do caldo cultural e ideológico da cidade que persiste ainda hoje principalmente a ideia de cidade hospitaleira. Sobre essa última característica da cidade que o escritor Cornélio Ramos (1998) escreve: “A cidade é pequena, alegre, aprazível; habitada por um povo bom, humilde e hospitaleiro”. Entretanto, a forma de tratamento dado aos comunistas desfaz as ilusões a tal hospitalidade. De qualquer forma sobre esta movimentação dos lugares Santos diz que “a chegada incessante de migrantes à cidade aumenta a variedade de sujeitos... dos sujeitos comuns e das interpretações mais próximas do real” (SANTOS, 1997, p. 85).

É importante também considerar o impacto sobre Goiandira pela construção e inauguração da nova capital do Estado de Goiás, Goiânia. Após os trilhos lá chegarem em 1952 e, principalmente após a transferência da sede da “Estrada de Ferro Goiás” de Araguari para Goiânia em 1954⁹³, várias famílias para lá foram morar, a ponto de dizer ser impossível visitar Goiânia e não encontrar alguém de Goiandira pelas ruas ou em algum lugar trabalhando. Normalmente as pessoas que iam para a capital e se davam bem, isto é, arrumavam um bom emprego, virava notícia e estimulava outros a irem.

Com o passar do tempo a cidade vai se modernizando e consolidando práticas em favor do urbano, iniciando ao mesmo tempo a luta contra o campo. Isto pode ser observado pela leitura do projeto de lei votado na Câmara Municipal de Goiandira no dia 19/04/1951 cujo conteúdo diz o seguinte: “cobrar multa de Cr\$ 100,00 para carro, carroças e carroções que trafegarem nas rodovias”. Um ano depois, no dia 03/04/1952, tramitou o projeto de lei do vereador e também proprietário rural Adolfo Mariano com a seguinte redação: “solicita a mudança do trânsito de gado, desviando-o das vias públicas da cidade”.

As mudanças pelas quais passam o Brasil e também o Estado de Goiás durante a década de 60 e, principalmente, nas décadas de 70 e 80 afetam profundamente a cidade de Goiandira. Na final da década de 70 retiraram-se os trilhos da Estrada de Ferro do centro da cidade, inaugurando uma nova estação ferroviária em 1978. O fato de ter deslocado a ferrovia e a estação ferroviária para a periferia da cidade é importante e produz efeitos significativos para a população, mas o fato de ter acabado o transporte de passageiros é o decisivo.

⁹³ Uma contribuição sobre esta mudança encontra-se em **A transferência da sede da “Goiás para Goiânia 1954**, de Campos Júnior (1998).

Embora, econômica e politicamente bem posicionada em Goiás, somente na década de 80 é que Catalão vai se consolidar como liderança regional e até mesmo nacional, principalmente a partir da consolidação de um parque industrial e do fortalecimento do setor de serviços, nas áreas de educação, saúde, previdência e transporte.

Os dados encontrados por nós mostram o movimento da população do campo em direção à cidade e também o movimento em direção a outras cidades (Tabelas 1, concomitante com a Tabela 3). Nota-se que há uma significativa evolução da população cujo ápice é verificado no censo de 1950, diminuindo sensivelmente na década seguinte. A hipótese é que este movimento pode ser explicado da seguinte forma: primeiro, o aumento da população verificado entre os censos de 1940 e 1950, se deve pelo impulso gerado pela emancipação da cidade; segundo a diminuição entre os censos de 1950 e 1970 se deve a chegada dos trilhos à capital Goiânia, momento em que pessoas residentes em Goiandira migram em direção à jovem Capital do Estado. Nesse segundo momento diminuem as populações tanto do campo, quanto da cidade. Também é a população moradora do campo que sai, em grande medida expulsas, de forma expressiva, buscando outros lugares para viver. Agora, quais os motivos para sair do campo e ir para a cidade? Não temos uma resposta correta nesta pesquisa, mas é de supor a existência de todo um “sistema de cooptação e aliciamento que seduz este trabalhador camponês para outro tipo de dominação” (ALVIM, 1997).

Tabela 3: Dados populacionais – Goiandira -GO

Anos	Pop. rural	Pop. urbana	Total
1940⁹⁴	3.427	1.787	5.214
1950⁹⁵	3.733	2.652	6.385
1960	3.795	3.169	6.964
1970	2.516	3.517	6.033
1980	1.362	4.356	5.718
1991	1.100	4.274	5.374
2000	768	4.199	4.967
2010	726	5.542	5.268

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2010.

O movimento migratório em direção à cidade de Goiânia reduzido pela ascensão econômica da cidade de Uberlândia no Triângulo Mineiro no início da década de 70 e, principalmente pela recuperação econômica da cidade de Catalão a partir do final desta mesma década, processo este que se consolidam com as reestruturações do capitalismo realizadas nos anos de 1980 e 1990, cujo efeito tem força até o presente.

Além das determinações conhecidas de forma geral para o movimento campo-cidade no Brasil como o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, e a Modernização da Agricultura imposta pela ditadura militar (1964-1985), deve-se levar também em conta a conjuntura regional para se compreender as transformações, ressaltam-se os investimentos públicos e privados na cidade de Catalão prometeu a possibilidade de uma vida nova e melhor.

A cidade de Goiandira passou por profundas reestruturações em seus diversos espaços. Do ponto de vista urbano, observa-se florescer da década de 1970 e o início de várias reformas nas estruturas urbanas com a finalidade de

⁹⁴ Goiandira é emancipada de Catalão no ano de 1931, a primeira contagem da população foi feita no censo de 1940.

⁹⁵ No dia 01 de Janeiro do ano de 1949, através da Lei Estadual n.º 38 de 10 de Dezembro de 1947, os municípios de Cumari/GO e Anhanguera/GO se desmembram de Goiandira, a partir daí Anhanguera se torna município membro de Cumari, vindo a se desmembrar de Cumari no dia 01 de Janeiro de 1955, através da Lei Estadual nº 857 de 5 de Novembro de 1953. No dia 01 de Janeiro do ano de 1954, através da Lei Estadual nº 954 de 13 de Novembro de 1953, o município de Nova Aurora se desmembra de Goiandira/GO, ficando independente desde então. (Fonte: IBGE, Monografias, 1982).

abrigar a população oriunda do campo. A parte noroeste da cidade (Figuras 16 e 17), onde atualmente fica o bairro Nossa Senhora de Fátima fora um dos lugares a passar por algum tipo de reforma urbana mais expressiva. O local onde está construído o bairro Nossa Senhora de Fátima é uma área de 85.254 m² (Figura 12) que foi doada em 1914 pela esposa viúva de um fazendeiro da região à Igreja Católica Romana, em nome do Divino Espírito Santo, sendo devidamente escriturado e registrado no Cartório de Registro de Imóveis em 03/12/1919 na cidade de Catalão, se constituindo desde então como “Patrimônio”.



Figura 12: Mapa da área do Patrimônio

Fonte: Cedido pelo senhor Oscar Evangelista de Lima.

O conceito de Patrimônio utilizado nesta pesquisa encontra-se ancorado nas contribuições do geógrafo Pierre Monbeig (1984) em sua obra: *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, e também nas contribuições elaboradas do arquiteto Murilo Marx em seu livro *Cidade no Brasil terra de quem?* Para Monbeig,

Fundar um patrimônio é prática antiga no Brasil. Até o final do último século era um ato de caráter religioso. O fundador “dava” uma parcela de terra a um santo e ali fazia construir uma capela. As pessoas fixavam ao redor da pequena igreja, aproveitando-se da gratuidade dos terrenos ou, de qualquer forma, do pagamento medíocre que o padre lhe viesse pedir. O nome conservou-se, mas a instituição laicizou-se. Da tradição religiosa, conservou-se o hábito de

elevant uma cruz na clareira destinada à construção da cidade. Essa é uma ocasião de grande festa, de que o loteador fará o maior alarde possível, convidando os personagens importantes da região. Terminada a festa e a bênção da cruz, tudo se passa como um loteamento urbano qualquer (MONBEIG, 1984, p. 235 e 236).

Para Marx,

Os patrimônios constituíam porções de terra cedidas por um senhor, ou por vários vizinhos, para servir de moradia e de meio de subsistência a quem desejasse morar de alguma forma gregária e voltada para certas atividades ou que tivesse, no fundo, outro tipo de relacionamento de trabalho ou de troca com os doadores. Os grandes concessionários de terra desfaziam-se eventualmente de pequena parte do que detinham para atender à população não possuidora de chão e para se valer de sua instalação gregária próxima, produtiva e consumidora. Entre o mundo rural e o urbano – menos quanto ao resultado físico do que como processo social – desabrochavam então pequenas povoações alterando a paisagem e, lentamente, o meio social. Os patrimônios podiam ser religiosos ou leigos, tendo estes últimos ganho importância e maior frequência nos últimos dois séculos, já sob outro quadro imobiliário (MARX, 1991, p. 38).

A questão fundamental ligada à existência dos patrimônios no Brasil se deve a questão do monopólio da terra no Brasil. A razão principal da existência do patrimônio de que falam Monbeig e Marx além da moradia da população pobre de origem rural e desprovida de terras é também a construção da capela e da freguesia, futuro embrião da cidade. Em Goiandira a freguesia foi criada em 1915 em um lugar mais alto da cidade, nesta época a construção da igreja deveria ser em lugar geograficamente destacado, “em sítio alto, e em lugar decente, livre de umidade, e desviado, o quanto for possível de lugares imundos, e sórdidos” (MARX, 1991, p.22). O Patrimônio fora num primeiro momento a mediação entre o campo e a cidade. O que faz com que a geógrafa Rusvênia Rodrigues da Silva (2008) chamasse estes espaços de “intervalos entre a roça e cidade”.

Com o passar dos anos a área do Patrimônio em Goiandira vai sendo lentamente e espontaneamente ocupada por pessoas vindas majoritariamente do campo, majoritariamente negros e pobres. No alvorecer da década de 70 e premida pela necessidade de construir uma nova Igreja na cidade, é que por volta de 1971 a Igreja Católica Romana resolveu, no dizer do pároco franciscano Frei Beraldo

Francisco: “humanizar o patrimônio”⁹⁶. A expressão utilizada por este religioso parece ter relação com a imagem negativa e preconceituosa até então construída na cidade a respeito da população moradora do Patrimônio.

Nesse sentido, a humanização garantiria que o lugar fosse suficientemente “desviado, o quanto for possível de lugares imundos, e sórdidos”. Nesta época, começa a construção da Capela Nossa Senhora de Fátima, posteriormente o Patrimônio seria incorporado a uma área maior denominada bairro Nossa Senhora de Fátima.

No nosso entendimento a construção da Capela surge como uma espécie de “santificação” do solo e também como uma recuperação político-religiosa da Igreja Católica Romana na cidade, haja vista seus conflitos com a Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB), em torno das Congadas de Goiandira, o que no fundo parece ser mais uma luta pela hegemonia e controle das orientações sobre o sagrado na cidade. Uma luta que se deu em relação à instalação na cidade da Igreja Católica Apostólica Brasileira e também em relação às Congadas. Desde a proibição das Congadas, pelo padre franciscano João Antonio pertencente à Igreja Católica Romana na década de 50, de participarem das comemorações na Igreja Matriz, foi a Igreja Católica Brasileira a instituição que abriu as portas à congada, através da criação da Irmandade do Rosário.

A Igreja Católica Apostólica Brasileira também sofrera várias perseguições. Como se pode ver na decisão da Juíza de Direito à época em Goiandira Dr^a Maria Madalena que,

Proibiu a procissão do Rosário da Igreja Brasileira, acompanhada de dançadores de congo e Moçambique, de passar na rua onde se hospedava e posteriormente proibiu até a realização do costumeiro festejo no ranchão, onde havia pregões de leilão, ceias, danças acompanhadas por uma improvisada orquestra, sob a alegação de ter acontecido crime nas proximidades do rancho. Ameaçou prender os festeiros, os quais, amedrontados, procuraram o prefeito e se queixaram da perseguição da juíza (RAMOS, 1988, p. 52)

Nesta mesma época outro movimento, em relação à reestruturação urbana do Patrimônio, fora organizado pela Prefeitura Municipal e Igreja Católica Romana. Embora os ocupantes da área detivessem a posse, não tinham a propriedade do

⁹⁶ Ouvi a expressão **humanizar o patrimônio** pela primeira vez de um antigo e influente membro da Igreja e morador da cidade. Desde esse momento até hoje tem me inquietado o seu significado.

solo que usavam para moradia, nesse sentido foi cobrado na época, em 1971, um valor de Cr\$ 99,00 cruzeiros a ser pago da seguinte forma: uma entrada de Cr\$ 9,00 cruzeiros e mais dez parcelas de Cr\$ 9,00 cruzeiros, perfazendo um total de Cr\$ 99,00 pela propriedade do solo. À primeira vista parece banal a cobrança, apenas o exercício de um direito ou incentivo à cidadania, mas um olhar mais atento revela as outras coisas. Sabemos que na sociedade capitalista uma regra é básica: primeiro há que se trocar depois usar. Nesse sentido esta ação transforma o solo urbano do antigo “Patrimônio” definitivamente em mercadoria. O espaço é quebrado, fracionado e vendido, passa-se de posseiro para proprietário, realizando nesse percurso a cidadania burguesa.

Após a regularização fundiária inicia um processo de urbanização mais intensiva da área do Patrimônio pela Prefeitura Municipal no final da década de 70 e início de 80, como asfaltamento (Figura 13), energia elétrica e outros serviços, fazendo com que muitas pessoas que moravam no local fossem obrigadas a deslocarem para áreas mais desvalorizadas nas periferias da cidade.

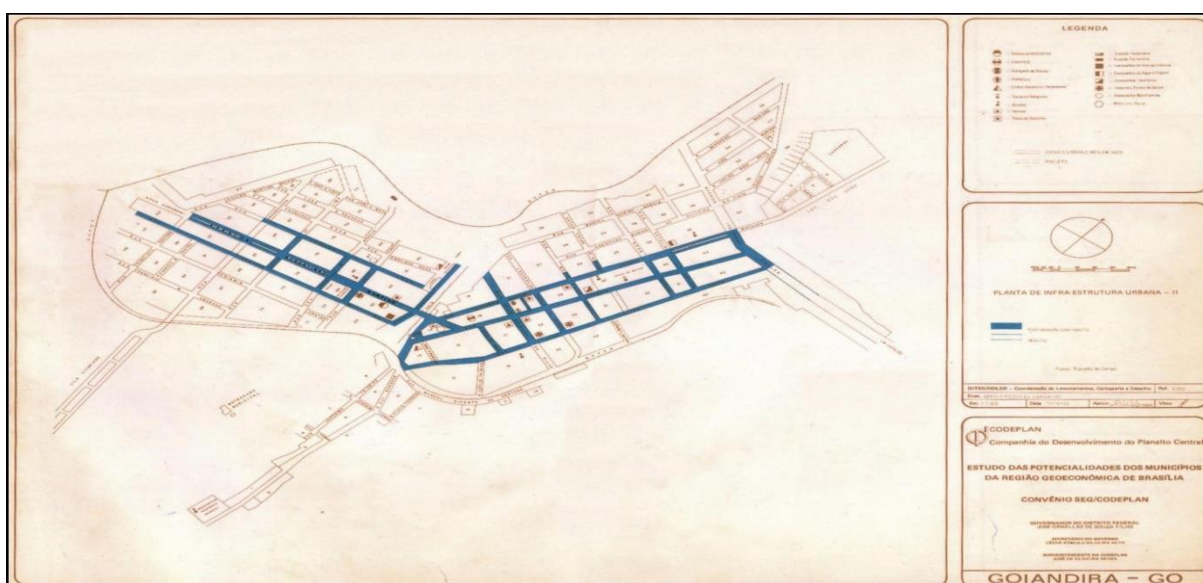


Figura 13: Mapa de Goiandira, 1983

Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal de Goiandira.

Nesse contexto várias pessoas se deslocam para a periferia da cidade. São com estas pessoas oriundas do campo bem como de outras partes da cidade que se deu a expansão da área urbana para sul da cidade. O primeiro movimento nesse sentido foi à construção da Vila Vitoriana em 1974 (figura 17), por iniciativa da

Prefeitura Municipal para absorver trabalhadores rurais que vinham do campo para a cidade e não tinham onde morar; o segundo movimento foi à construção da Vila Mutirão, pela iniciativa do governador do Estado de Goiás Iris Rezende Machado na década de 80 (MAPA 2), juntamente com a prefeitura Municipal de Goiandira; o terceiro foi a construção da Vila Cristina pela Agência Goiana de Habitação (AGEHAB) nos anos de 1990 (figura 14), juntamente com a Prefeitura Municipal.. Importante ressaltar que até hoje somente os moradores da antiga Vila Cristina tem escritura dos seus lotes.⁹⁷.

A construção da Vila Mutirão faz parte do projeto de construção de habitação popular para abrigar a população rural elaborado pelo governador Iris Rezende Machado, famoso na época por ter construído 1.000 casas em um só dia, sendo matéria de capa da *Veja* e de várias revistas e jornais daquela época e consistia na construção de casas pré-moldadas de cimento através do "mutirão".

Sobre a prática do mutirão Ermínia Maricato diz o seguinte:

Seja para a construção de casas, seja para o tratamento da colheita, no meio rural, o mutirão, tradição que se extingue gradativamente, implicou frequentemente festas com danças e bebidas, num acontecimento que coroava o fim do dia, ou do processo de trabalho. A festa era a forma de o pequeno produtor retribuir uma parte da ajuda prestada sendo que a outra parte seria retribuída em forma de trabalho, quando da convocação de um novo mutirão. Através dele firma-se um compromisso de troca de favores, em bases bastante espontâneas, apesar de ser ditado pela necessidade (MARICATO, 1982, p. 71).

A espontaneidade, o trabalho artesanal e a ausência de uma rígida divisão do trabalho são elementos fundantes do mutirão. No entanto, a forma do mutirão encaminhado pelo governo de Iris Rezende faz parte de uma estratégia de Estado para a construção da casa popular. Ao contrário do mutirão como uma prática do campo, praticamente liquidado pelo processo de modernização, nesta forma não há espontaneidade, não há o trabalho artesanal e há nítida divisão do trabalho, visto a separação rígida entre aqueles que pensam o projeto para as casas, visão integrada do processo e aqueles que constroem as casas, visão parcelar do processo. É

⁹⁷ A doação das escrituras para os moradores da Vila Cristina se deu devido a um acordo eleitoral entre um vereador da cidade morador da vila e um candidato a deputado estadual de família tradicional de Catalão, cuja família tinha influências junto ao Governo do Estado e na Agência Goiana de Habitação.

importante esclarecer que as casas eram antecipadamente distribuídas aos seus futuros proprietários e o dono participava do processo de construção da sua moradia. Tendo mais a ver com a organização típica do fordismo.

São também valiosas e esclarecedoras as palavras de Francisco de Oliveira sobre o significado mais profundo do processo de autoconstrução da habitação.

Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado na produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração força de trabalho, pois seu resultado, a casa, reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas da —economia natural dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho (citado por MARICATO, 1982, p. 76, grifo no original).

Na observação crítica de Oliveira fica evidente a simbiose do Estado com os interesses dos capitalistas, no sentido da maior dilapidação possível da força de trabalho. Trata-se da diminuição dos custos da reprodução da força de trabalho, prática recorrente do capitalismo que é transferir para o trabalhador os custos da sua reprodução, neste caso a moradia.

Atualmente as vilas de forma independente não existem mais, resultado de um movimento organizado pelos moradores que exigiu a união das vilas na figura de um único bairro e também com outro nome. A razão disso estava no fato de que todos os moradores eram identificados como moradores da Vila Mutirão. E ser morador da Vila Mutirão se tornou, aos olhos de fora, sinônimos de arruaceiros, bêbados, drogados, prostituição e outros adjetivos, estigmatizando-os e dificultando, inclusive, obtenção de empregos por parte dos trabalhadores residentes em outros lugares. Esta prática evidencia muito bem a leitura que Engels fez a respeito dos “bairros de má-fama”. O nome do novo bairro construído é Setor Primavera (Figura17). Ação importante, embora insuficiente, pois apenas a mudança do nome do bairro, por si só, não seja fundamental para superar a exclusão feita pelas frações da classe dominante local. De qualquer forma cabe o ensino de Santos (1996, p. 261) de que “são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro”.

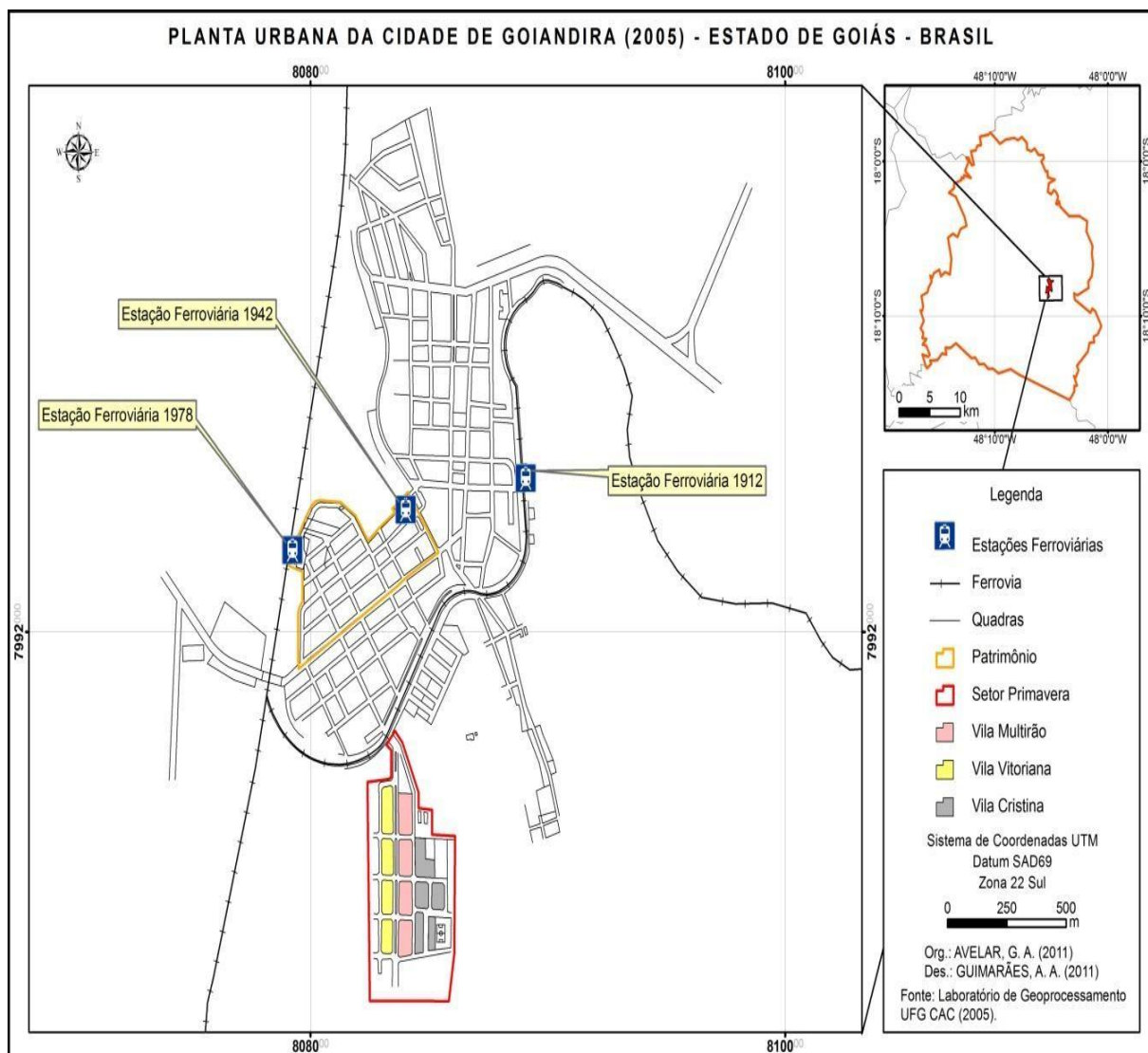


Figura 14: Mapa de Goiandira 2005

Fonte: A autoria de GUIMARÃES, Alfredo A, 2011.

Penso que a questão a ser superada pelos trabalhadores que moram no Setor Primavera, entretanto, é mais complexa e insuperável no capitalismo. Trata-se da forma discriminatória e difamatória que a classe dominante no capitalismo sempre produziu a respeito dos trabalhadores. Nesse caso e não só, a história da expropriação, da terra, do trabalho, do direito, da dignidade e violência contra o trabalhador começou no campo e continuou se reproduzindo na cidade.

Sobre isto é bem conhecida a análise que Marx fez a respeito das chamadas Leis Sanguinárias editadas na Inglaterra e França a partir do século XV com o advento do capitalismo. Segundo ele,

Assim, a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelidas à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado quer empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura (MARX, 2005, p. 850).

Daí, superar os estigmas produzidos em relação à pessoa pobre e trabalhadora obriga superar uma sociedade que necessita constantemente de produzir estigmas, ou seja, superar os limites da própria sociedade de classe.

Concomitante as mudanças que vêm ocorrendo no espaço urbano da cidade de Goiandira nesse período, também ocorrem mudanças significativas nas suas relações com a cidade de Catalão. Ao final da década de 70 foi refeito novo percurso e asfaltada a rodovia GO-210 que ligando as duas cidades. Isto possibilitou que em meados na década de 80 um conjunto de trabalhadores contratados pela empresa estatal Goiasfértil e, posteriormente a criação do transporte intermunicipal.

Atualmente o transporte interurbano Catalão - Goiandira é feito com intervalos de uma hora. Além dos trabalhadores deslocarem para várias empresas a fim de trabalhar em Catalão; também se dirigem para estudar na Universidade Federal de Goiás (UFG), no Centro de Ensino Superior de Catalão – (CESUC) e também nas escolas técnicas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)⁹⁸. Somente para trabalhar na Mitsubishi deslocam aproximadamente 200 trabalhadores em ônibus fretados pela empresa.

O crescimento econômico do município de Catalão incomoda e pressiona as administrações dos municípios ao seu redor, buscando muitas vezes mimetizar as formas criadas em Catalão para o desenvolvimento local. Não é desconhecido por parte de pesquisadores da área econômica que o modelo de desenvolvimento construído por vários municípios a partir da década de 70, foi à criação de Distritos Industriais. Em Goiás esta foi a principal estratégia criada pelo Governo do Estado para estimular a industrialização. Em 20/11/1973 o governo criou a Companhia dos Distritos Industriais de Goiás (Goiás industrial) para realizar esta tarefa de escolha de “polos” estratégicos para desenvolver a indústria. Inicialmente foram projetados 42 para serem implantados em todo o Estado (CUNHA, 2010, p. 69). Dentre estes

⁹⁸ A Prefeitura de Goiandira disponibiliza gratuitamente ônibus para todos os alunos que vão para a UFG, o CESUC e para as escolas profissionalizantes SENAI e SENAC todos os dias pela manhã e noite.

projetos estavam o município de Anápolis, de Itumbiara e Catalão. Importante ressaltar que as montadoras que vieram para o Estado de Goiás nos últimos anos a montadora Mitsubishi e a Cameco (grupo John Deere) foram para Catalão, a montadora Hyundai em 2007 foi para Anápolis e em 2011 a montadora Suzuki foi para a cidade de Itumbiara.

Próximo de nossa região a cidade de Uberlândia - MG se industrializou a partir do seu Distrito Industrial, onde se localiza empresas como as atacadistas Martins e Peixoto e fumicultora Souza Cruz. A construção do Distrito Industrial em Catalão, foi impulsionado pelo interesse na verticalização do fosfato na cidade, nesse processo aprovou lei criando o Distrito Industrial e Mineral de Catalão (DIMIC) em 20 de outubro de 1979, porém o distrito começou a funcionar na década de 80. O Distrito Industrial de Catalão está numa área de 244,82 hectares e abriga empresas como a ADM do setor de fertilizantes, a Bunge, Cargill, montadora Cameco e a montadora Mitsubishi.

Pressionados pelas experiências positivas de Uberlândia e Catalão, políticos de Goiandira tentaram no ano de 2000 a construção de um Distrito Industrial na cidade, visando com isso aumentar as receitas do município, gerar empregos e diminuir a migração dos moradores de Goiandira para Catalão (Figura 18).

antigos latifúndios e também por pequenas propriedades que as famílias trabalham tirar seu sustento.

Com o projeto de construção do Distrito Industrial o único caminho encontrado pela Prefeitura para concretizá-lo recorreu ao poder judiciário com a finalidade de desapropriar uma área de 03 alqueires (145.200,00 m²) de terras nas proximidades da cidade no caminho de Goiandira - Catalão.

No dia 13 de junho do ano 2000 a Prefeitura de Goiandira deu entrada no Fórum da cidade com uma Ação de Desapropriação com o objetivo de,

[...] de criar o Distrito Industrial do Município de Goiandira – Go, para a implantação de indústrias a serem instaladas, **em caráter de urgência sob pena das pretensas empresas se instalarem em outros municípios** (Autos nº 2003, 2000, p. 03, grifos no original).

No dia 16 de junho do de 2000 o Juiz de Direito da Comarca de Goiandira, Dr. Antenor Borges de Assunção, concedeu liminar para emissão de posse em favor da Prefeitura alegando em despacho que “O Município de Goiandira, por não possuir área própria, necessita de área para implementar o Distrito Industrial, mormente pela proximidade da cidade de Catalão, onde algumas indústrias podem escolher esta cidade em vez daquela. ” (Autos, p. 20)

Observa-se pelos argumentos expostos pela Prefeitura para justificar o ato de desapropriação e os utilizados pelo juiz para conceder a limiar de posse fica evidente a influência do desenvolvimento de Catalão sobre a cidade de Goiandira.

No curso dessa disputa o proprietário da área objeto de desapropriação no dia 18 de outubro de 2000 ajuizou ação junto ao Fórum de Goiandira requerendo reconsideração de decisão anterior em que fora emitida liminar para posse, alegando “afronta ao direito de propriedade e até mesmo ao meio ambiente” (Autos, p. 33). Os argumentos levantados pelo proprietário eram principalmente quanto à competência do município para desapropriar área com a finalidade de construir Distrito Industrial em um ambiente rural, alegando ser esta competência do governo Federal; alegou-se também que não há um projeto de Distrito Industrial e também não consta autorização das autoridades ambientais

Os argumentos do proprietário foram prontamente aceitos pelo Juiz de Direito Dr. Eduardo Walmory Sanches, que na mesma data da reclamação reconsidera a decisão anterior, restituindo a posse ao proprietário da área. A partir da decisão do

Juiz a Prefeitura foi obrigada a desocupar a área em 48 horas, haja vista que os postes para a eletrificação já estavam instalados no local, sob pena de caracterizar crime de desobediência e pagamento de multa diária de R\$ 500, 00 (Autos, p. 44). Na argumentação do Juiz para a restituição da posse constavam as seguintes alegações:

[...] que o art. 3º da Lei 6.602/78 ensina que é necessário um decreto (Poder Regulamentador) emanado do Presidente da República para criar ou ampliar distritos industriais que tenham por objeto imóvel ruralll. —[...] não há qualquer estudo prévio de impacto ambiental uma vez que a área é rica em fauna e flora, além de contar com nascentes de água em suas proximidades (Autos,p. 44).

No dia 25 de outubro de 2000 a Prefeitura recorreu da decisão do magistrado no Tribunal de Justiça do Estado, alegando que há equívocos em sua decisão. Dentre eles alega a Prefeitura que a lei 6.602/78 se refere à desapropriação de áreas quando as mesmas já estejam definidas como áreas prioritárias para reforma agrária, o que não é caso da área em litígio. Também critica os argumentos quanto à área ser rica do ponto de vista da fauna, flora e nascentes de água. A Prefeitura demonstra com fotos que a referida área é totalmente desmatada, com pastos formados com o capim brachiária. No dia 09 de novembro do mesmo ano o Tribunal restabelece a decisão inicial em favor do município.

Entretanto, sabemos que o ano 2000 foi também ano eleitoral para escolha de prefeitos e vereadores, sendo eleito o candidato ligado ao PMDB e grande proprietário de terras. Após tomar posse o prefeito requereu no dia 23 de março de 2001 junto ao Fórum de Goiandira a extinção do processo de desapropriação, enterrando de forma definitiva a ideia do Distrito Industrial.

O que se depreende dessa experiência do Distrito Industrial é a tentativa dos governos da cidade de Goiandira em criar na cidade um ambiente favorável ao desenvolvimento do capitalismo.

As mudanças no espaço de Goiandira continuam ocorrendo tanto no campo como na cidade. Com mais evidência isto pode ser verificado pela presença desde o final do ano de 2009 do Assentamento Madre Cristina ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST- no município, localizado no povoado de Veríssimo onde estão assentadas 18 famílias.

No ano de 2007 iniciou as obras para a construção da Barragem PCH - Pequena Central Elétrica Goiandira (PCH) com potência instalada de 27 MW no Rio

Veríssimo. Durante a construção da barragem não surgiu um movimento dos atingidos contra a construção da mesma, sendo o debate colocado apenas em duas audiências públicas realizadas pela Agência Ambiental, órgão do Governo do Estado de Goiás, em conjunto com o empreendedor. A empresa Goiás-Sul, empresa responsável pela construção da barragem em Goiandira pertence ao Grupo Neoenergia que é vinculado à empresa espanhola Iberdrola no Brasil. O Grupo Iberdrola é um dos maiores investidores no setor de energia do mundo com atuação em vários países da América Latina.

Na leitura que fizemos independentemente do tamanho da cidade e mesmo não tendo um setor industrial como atividade econômica predominante deve-se levar em consideração que sob o modo de produção capitalista toda cidade está de uma forma ou de outra articulada a uma rede urbana que pode ser nas escalas regional e nacional. No caso de Goiandira, conforme acreditamos ter demonstrado quão evidentes são estas articulações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que nos estimulou a realizar esta pesquisa? Nos últimos anos vimos na academia vários trabalhos que procuraram tratar das chamadas “pequenas cidades”, como Goiandira que têm proximidade com município mais desenvolvido, assim como Catalão que teve significativo crescimento industrial e o que fez surgir novos postos de trabalho. Desta forma, os municípios do entorno são denominados “cidades dormitórios”, adjetivo este que discordamos. Acreditamos que a qualidade da vida urbana na cidade nega tal entendimento.

Em décadas atrás várias pessoas residentes em Goiandira mudaram de forma definitiva para Goiânia, posteriormente para Uberlândia e recentemente para Catalão. Hoje, essa migração não mais acontece. Os cidadãos goiandirences deslocam e retornam todos os dias para Catalão a fim de trabalhar, fazer compras, procurar assistência médica e lazer. No entanto, não vivem na cidade somente para dormir; As pessoas escolhem ficar pelas relações familiares e de amizade que vêm ressignificando constantemente o local.

Nosso esforço foi imaginar a cidade em suas relações com outras escalas. Num primeiro momento com a escala ferroviária que possibilitou as pessoas do lugar se conectarem com lugares mais distantes, como Goiânia, São Paulo e Rio de Janeiro, num segundo momento com a escala regional, agora ligada por uma rede rodoviária que a coloca em contato com mais lugares e com intensidades cada vez maiores. Não só muda a quantidade, mas também a qualidade dos lugares e das relações.

A relevância da classificação, se “pequena”, se “dormitório” parece só existir se a cidade estiver ligada à região ou à rede urbana que faz parte. São tais ligações/relações que a qualificaria e não o inverso.

Nesse sentido, percorremos os conceitos de imperialismo e globalização para pensar tais problemas. Aqui a ideia foi refletir como o mundo, o de fora, chega ao local e provoca significativas alterações, desde a ferrovia, vista como instrumento do imperialismo até a globalização contemporânea, que insere o local em mercados cada vez mais amplos.

A ferrovia, como em todos lugares por onde chegou, produz alterações profundas na região. No caso específico de Goiandira a própria cidade é uma criação da mesma. A ferrovia produz significativas mudanças no campo,

aumentando produção e produtividade para envio aos mercados de Minas Gerais e São Paulo. A qualidade do urbano se altera. Por meio da ferrovia a população tem contato com valores culturais e políticos que até então não conhecia. Destaque para o cinema, a imprensa e a política de esquerda.

As mudanças político-regional da década de 80, puxadas pela indústria da mineração e a modernização da agricultura, introduzem novas relações no local, decorrentes de uma nova fase de reorganização/reestruturação do capitalismo na era neoliberal. Com o processo de desconcentração industrial que se desdobra na década de 90, Catalão se torna importante centro industrial e de serviços, gerando emprego e rendas importantes. Este fato atrai pessoas de vários lugares do país, mas principalmente das cidades vizinhas, que compõe a região Sudeste Goiás.

Cidades da região como Goiandira também participam deste processo. Num primeiro momento aproveitando as oportunidades de empregos gerados nas empresas de mineração e posteriormente em empresas montadoras como a Mitsubishi. Entretanto, as pessoas buscam também qualificação tanto nas escolas técnicas, bem como nas universidades como a Federal de Goiás e particulares. A cidade passa por profundas mudanças no campo e na cidade. Tais mudanças estão diretamente conectadas com as que acontecem no mundo, globalização, que de alguma forma e com menor ou maior intensidade alteram a qualidade do lugar.

A participação da cidade em outras escalas desde a ferrovia até hoje a colocam também em relação a vários conflitos. Como a ferrovia o contato com o estrangeiro, com o migrante que chega e também com as ideias políticas que vieram de longe como os comunistas. Com os processos mais recentes constata-se com a luta dos movimentos sociais e também o desemprego.

Mais do que pontuar, o que desejo é que esta pesquisa construa um diálogo entre as diversas em escalas em sua sincronia e diacronia chamando a atenção para o fato de que esta foi a minha leitura. Possivelmente outras leituras teriam sido feitas considerando-se o mesmo objeto de estudo. Quero registrar, entretanto, que para um amplo e efetivo conhecimento da dimensão dos problemas levantados, bem como para, que as reflexões aqui possam ser confirmadas ou refutadas, será necessário que se façam novas pesquisas sistemáticas, buscando referências teóricas que permitam analisar as cidades, especificamente as pequenas, para além

do sítio histórico e de suas qualificações meramente quantitativas, conectando-as e fixando-as em sua rede regional econômica e urbana. Todos os desvios encontrados, eu acredito que são sem dúvida, provocados pela crise por que passa a sociedade como um todo. Pois ao longo do tempo, como ficou demonstrado, as cidades vão adequando-se às mudanças regionais e urbanas as quais estão inseridas. Aqui está o fio da meada de sua explicação.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de. Pensando a Cidade no Brasil do Passado. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César Costa da; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da Globalização**. O capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001.
- ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade**. Os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.
- AMIN, Samir. Capitalismo, imperialismo e mundialização. Tradução de Lilian do Valle. In: SCOANE, José; TADDEI (Org.). **Resistências Mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001.p.15-36.
- ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Francisco Ferreira de. **Corografia do Município de Goiandira**. Araguari: Olisan, 1950.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. **A Rebeldia do Trabalho**: O confronto Operário no ABC Paulista: as greves de 1978/1980. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARAÚJO, Vivaldo Jorge de. **História da Terra Branca e outras coisas mais**. Goiânia: Kelps, 2000.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. **A região como arena política**. Goiânia: Vieira, 2007.
- BATISTA DE DEUS, João. **O Sudeste Goiano e Desconcentração Industrial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2003.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 3. ed. Consulta Popular, n. 7. São Paulo, 2001.
- BERNARDO, João. **Democracia Totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Economia dos Conflitos Sociais.** São Paulo: Cortez, 1991

_____. **Estado: a silenciosa multiplicação do poder.** São Paulo: Escrituras, 1998.

_____. **Para uma teoria do modo de produção comunista.** Porto: Afrontamento, 1974.

BERNARDO, Rodrigo Marques. **Uma nova paixão no ar:** memórias da Rádio Educadora de Goiandira. 60 f. Monografia em licenciatura em História. Curso de História. Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2006.

BERNADELLI, Camila. **Os efeitos sócio-espaciais da usina hidrelétrica de Emborcação no município de Cascalho Rico (MG).** 2009. 62 f Monografia, bacharelado em Geografia. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

BERMAN, MARSHALL. **Tudo que é sólido se desmancha no ar:** a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Oriatti. 9. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa.** O movimento operário europeu em crise. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 1998.

BONFIM, Paulo Roberto Albuquerque de. **A Ostentação Estatística (um projeto geopolítico para o território nacional:** Estado e planejamento no período pós 64). 387 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP: São Paulo, 2007.

BORGES, Barsanulfo Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930 - 1960.** Goiânia: UFG, 2000.

_____. **O Despertar dos Dormentes:** estudo sobre a Estrada de Ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922. Goiânia: Cegraf, 1990.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. O trabalho, o consumo e os novos operários: a experiência de trabalhadores em região de recente industrialização. In: BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida (Org.). **Velhos Trabalhos novos dias:** Modos atuais de inserção de antigas atividades laborais. Fortaleza: UFC Edições, 2007. p. 103-122.

BOSI, Antonio de Pádua. **Reforma urbana e luta de classes.** Uberabinha/MG (1888 a 1922). São Paulo: Xamã, 2004.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais.** Tradução de Carlos Braga e Inácia Canela. Porto: Presença, 1972.

BURAWOY, Michael. **A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Anpocs, v. 5, n. 13, 1990, p. 29 - 50.

CAMPOS JÚNIOR, Paulo Borges. **A transferência da Sede da “Goiás” para Goiânia**: 1954, 156 f. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

CÂNDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 8. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

CAPEL, Horácio. *Naturaleza y Cultura: América y el Nacimiento de la Geografía Moderna*. In: ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; MAIA, Carlos A. (Org.). **História da Ciência**: o mapa do conhecimento. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1995.

_____. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporânea**: una introducción a la Geografía. Barcelona y Lorca: Barcanova, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel; NOVAIS, Fernando. **Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna**. 2. ed. São Paulo: UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo Tardio**. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2008. Disponível em: <www.fflch.usp.br/dg/gesp/labur>. Acesso em: 12 mai. 2010.

_____. **Seria o Brasil menos urbano do que se calcula?** Revista Geousp, n. 13, São Paulo, 2003.

CASSIMIRO, Maria do Rosário. **Campo Limpo as Raízes de Goiandira**. Revista do Instituto Histórico de Goiás, n. 13. Goiânia, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

_____. **Cultura e democracia**. O discurso competente e outras falas. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982.

CHAUL, Nasser Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: CEGAF/UFG, 1988.

COGGIOLA, Osvaldo. **Crise ecológica, biotecnologia e imperialismo**. Disponível em: <<http://www.insrolux.org/textos2006/coggiolaecologia.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Uma sistematização da análise de monumentos na Geografia**. Revista Terr@ Plural, Ponta Grossa, 1(1): 9-22, jan-jul., 2007. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/1139/850>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. **Empresários e estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974 – 1977)**. Campinas: Unicamp, 1995

CUNHA, Wânia Chagas Faria. **Contexto socioeconômico de Goiás na década de 1970 e adoção da política de industrialização via distritos industriais**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 69-92, jan. /jun. 2010.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais: Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105037>>. Acesso em: 24 set. 2010.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FIORI, José Luís. **O vôo da coruja. Para reler o desenvolvimentismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FERRARI, Terezinha, **Fabricalização da cidade e ideologia da circulação**. 2. ed. São Paulo: Coletivo Editorial, 2008.

FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes. **Política, Razão e Desrazão: Dimensões políticas e históricas do “insucesso” do Pólo Mínero-Químico Industrial de Catalão-Ouvidor (1962-1992)**. 1998. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História. Universidade de Campinas, Campinas, 1998.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia** Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: USP, 1997.

FREITAS, César Augustus L. L. **A reciclagem e sua dinâmica reprodutora de uma situação de lumpoproletariado**. 249 f, Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Sócio Ambientais, IESA. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

GALEANO, Eduardo. **As Veias abertas da América Latina**. 20. ed. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. **Divisão Territorial do trabalho e nova regionalização**. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, n.1, p.21 a 47, 1982.

GOMES, Horieste; NETO, Antonio Teixeira; BARBOSA, Altair Sales. **Geografia: Goiás-Tocantins**. 2. ed. Goiânia: UFG, 2005.

GOMEZ, Luis Palacín; CHAUL, Nasr Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. **História Política de Catalão**. Goiânia: UFG, 1994.

GRABOIS, José. **Que urbano é esse?** Características e problemas do habitat no noroeste da Mata Pernambucana. João Pessoa: UFPB, 2004.

GRACIOLLI, Edilson José. **Privatização da CSN**. Da luta de classes à parceria. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v.4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRESPLAN, Jorge. **A mercadoria**. São Paulo: Ática, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização**. Geographia. Rio de Janeiro, v 1, n.1, p. 15 – 39, 1999.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. Tradução de Maria Carvalho. Lisboa: Bizâncio, 2011.

_____. **Organizando para a transição anticapitalista**. Tradução de Adriana Guimarães. 2010. Disponível em: <http://rogeliocasado.blogspot.com/2010/01/organizando-para-transição-anti.html>. Acesso em: 23 mar.2011

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual. Tradução de Juan Villasante e Lisa Di Cione. In: Geobaires Cuadernos de Geografia. Buenos Aires: UBA, 2007.

_____. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Condição Pós-Moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista**. Tradução de Mariluz Caso. México: Fondo de Cultura Econômica, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital**. Tradução de Luciano Costa Neto. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

IASI, Mauro Luís. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

INÁCIO, Paulo César. **Sudeste Goiano: seus trabalhadores, seus construtores, suas memórias – nossas histórias**. 2009. 228 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

EL-KAREH, Almir Chaiban. **Filha branca de mãe preta**. A companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865). Petrópolis: Vozes, 1982.

LACOSTE, Yves. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 8. ed. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Papyrus, 2004.

LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Tradução de Júlio César Cesarin Barroso Silva. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Tradução de Ana Maria Simões Coelho; Doralice Barros Pereira; Pedro Henrique Deniski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LEITE, José Corrêa. **Milton Santos. Revista Teoria e Debate**. São Paulo, n. 40, fev/abr.1999.

LENINE, Vladímir Ilitch. **Obras escolhidas**. Três Tomos, 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

_____. **O Estado e a Revolução**. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo: Hucitec, 1979.

LESSA, Carlos. **A Estratégia de desenvolvimento 1974-1976: Sonho e fracasso**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI, regionalizar pra quê? Para quem? In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério e MOREIRA, Ruy (Org.). **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, Processos e escalas**. Rio de Janeiro: Max Limonad, 2004.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital. Estudo sobre a Interpretação econômica do imperialismo**. 3. ed. Tradução de Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

_____. **Reforma, Revisionismo e Oportunismo**. Tradução de Livio Xavier. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Greve de massas, partidos e sindicatos**. Tradução de Rui Santos. 2. ed. Coimbra: Centelha, 1974.

MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes na cidade de João Pessoa** - PB. 229 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geociências. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARIANO, Adolfo. **O Poeta Nato**. Goiânia: Oriente, 1978.

MARICATO, Ermínia. (Org.). 2. ed. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa - Ômega, 1982.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **A aparição do demônio na fábrica: Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário**. São Paulo: Editora 34, 2008.

_____. **O Cativo da Terra**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio. **A cidade “sem infância” no universo pioneiro de Chapadão do Sul (MS)**. 1993. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo, 1993.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Organização e introdução. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. Tradução de Álvaro Pina e Fernando Silvestre. In: **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (Coleção assim lutam os povos, vol. 2).

_____. **O capital**. Volume I. Tradução de Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: José Carlos Bruni. In: Os pensadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análise de seus conteúdos e considerações teórico metodológicas**. 2008. 527f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2008.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado Goiano**. 2004. 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia. UNESP, Presidente Prudente, 2004.

MESQUITA, Helena Angélica de. **A modernização da agricultura: um caso em Catalão (Goiás)**. 145 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Departamento de História. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1993.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOISÉS, José Álvaro (Org.). **Contradições Urbanas e Movimentos Sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade Silva. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **A gênese da geografia moderna**. 2. ed. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002. (Coleção Teoria e Realidade, v. 16).

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro: a matrizes brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2010. v. 3.

_____. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 2009. (Coleção primeiros passos).

_____. **Pensar e Ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. Sociedade e espaço no Brasil (As fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflitos). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 13, p. 7-31, 2005.

_____. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.). **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, Processos e escalar**. Rio de Janeiro: Max Limonad, 2004.

_____. Os quatros modelos de espaço-tempo e a reestruturação. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro. Ano 4, n. 7, junho de 2002.

_____. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, Ano III, n. 5, setembro de 2001.

_____. A diferença e a geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 41 - 58, 1999.

_____. **Espaço, Corpo do Tempo: a construção geográfica das sociedades**. 239 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia Humana. USP, São Paulo, 1994.

_____. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

NASCIMENTO, Aline Cristina; ALVES, Sandra Aparecida. **A luta pela terra no vale do Rio São Marcos: Territorialização e Resistência dos Camponeses Atingidos pela Barragem Serra do Facão**. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/smarcos.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2011.

NETTO, José Paulo. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **A construção da riqueza no Sul de Goiás, 1835-1910**. 2006. 235 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Direito, História e Serviço Social. Universidade Estadual de São Paulo, Franca, 2006.

OLIVEIRA, Francisco. Acumulação Monopolista, Estado e Urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, José Álvaro (Org.). **Contradições Urbanas e Movimentos Sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

PAULA, Dilma Andrade de. 154 anos de ferrovias no Brasil: Para onde caminha esse trem? **História Revista**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 45-69, jan./jun. 2008.

PEDROSA, Laurindo Elias. Apropriação territorial no cerrado goiano: as barrageiras e os movimentos sociais. In: BERTAZZO, Cláudio José (Org.). **Reflexões sobre ambiente e sustentabilidade**. Catalão: Gráfica Pires do Rio, 2010, p. 13.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Tradução de Liliana Lagana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAMOS, Cornélio. Na Sesmaria de Campo Limpo. In: Colina dos **Poetas**: crônicas. 2. ed. Catalão: Modelo, 1998.

REIS E CRUZ, Erick Marcus dos. **O clube dos onze (40-50): a memória dos militantes do Partido Comunista do Brasil**. 50 f. Monografia (Graduação em História) - Departamento de História. Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2001.

RODRIGUES, Lúcia. **Capital paulista abriga escravidão. Caros Amigos**. Ano 16, n. 160, p. 29, 2010.

RODRIGUES DA SILVA, Rusvênia Luiza B. **Patrimônios** Goianos: Intervalos entre a roça e a cidade. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 28, n. 1, p. 81-98. 2008.

_____. **Patrimônios, espaço e lugar**: estudo das vilas Cibeles e Caiçara e seus conteúdos. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). São Paulo, 2008b.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, 2001.

SANTANA, Alex Tristão de. **A territorialização da indústria automobilística em Catalão e as mudanças no trabalho**. 2011. 280 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia. Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

SANTANA, Fátima Pacheco de. **Município de Goiandira anos 30**: a inserção das leis trabalhistas. 1995. 87 f. Monografia (Especialização em Ciências Sociais: Geografia e História) – Projeto de Formação de Recursos Humanos para o Ensino Fundamental e Médio do Estado de Goiás. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

SANTOS, Douglas. **Uma cartografia para o Imperialismo**. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revista/r20_r03.htm>. Acesso em: 20 jul. 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, Theotônio dos. **Do terror à esperança. Auge e declínio do neoliberalismo**. Aparecida: Idéias e Letras, 2004.

SECCO, Lincoln. **História do PT: 1978-2010**. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

_____. **O imperialismo Tardio** (Sul da Europa: 1870-1900). 2010. 201 f. Tese (Livre docência em História contemporânea) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SEOANE, José; TADDEI, Emílio. **Resistências Mundiais: De Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. "Quem inventa o pânico, que se explique, quem sofre ameaça que se organize...". In: **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. São Paulo, **Cadernos CERU**, v. 19, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ceru/v19n1/12.pdf>. Acesso em: 12 set. 2010.

SILVA, Ronaldo da. **A Implantação da Mitsubishi em Catalão: estratégias políticas e territoriais da indústria automobilística nos anos 90**. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Sócio Ambientais - IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

SILVA SÓ, Leider Lincoln. **Desenvolvimento em Municípios Rurais: O caso da Margem da Estrada de Ferro em Goiás**. 214 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

SILVEIRA, Maria Laura. **Uma globalização desnecessária, um território instável**. Ciência Geográfica. Bauru, v.1, n. 20, jan. / abr. 2002.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.

SOUZA, Laura de Mello e. **Os Desclassificados do Ouro. A pobreza mineira no século XVIII**. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão Agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

THENÓRIO, Iberê. **Trabalho escravo em terras de Reitor da UNIUBE de Uberaba**. Repórter Brasil. 2006. Disponível em: <www.uotube.com/watch?v=xttuUem9iGw>. Acesso em: 12 ago. 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. v.1.

TINOCO, Alexandre de Carvalho. Integração ou fragmentação? O impasse gerado pelo fetichismo da desconcentração. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, Ano XVII, n. 4, p.46 - 65, 2001.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Administração, poder e ideologia**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2005.

VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VEIGA, José da Eli. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

WEIMER, Günter. O conceito de Art Déco. **Revista UFG**, Goiânia, Ano XII, n. 8, p. 9 - 13, julho, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

_____. **Marxismo e Literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

APÊNDICE

Documentos consultados

- 01).** Atas da Câmara Municipal de Goiandira (Disponíveis a partir do ano de 1951).
- 02).** Caderneta da Cooperativa de Consumo dos Servidores da Estrada de Ferro Goiás.
- 03).** Abaixo-assinado, datado de 31 de julho de 1936, com 114 nomes, encaminhado ao prefeito de Goiandira solicitando que seja cumprida a legislação sobre as 8 horas.
- 04).** Livro do Tombo: Anais do Convento dos Padres Franciscanos de Catalão – Goiás (1945 – 1958).
- 05).** Livro do Tombo: Paróquia Nossa Senhora Mães de Deus de Catalão – Goiás (1945 – 1958).
- 06).** Crônicas: Convento Nossa Senhora Mãe de Deus de Catalão – Go (Livro 2, Incompleto, ano: Janeiro de 1958 a março de 1988).
- 07).** Livro do Tombo Volume I e II – Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Goiandira – Goiás (1939-2009).
- 08).** Estudo das Potencialidades dos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília. Codeplan, Vol. XXXVI, Goiandira, 1983.
- 09).** Goiás: Uma nova fronteira humana. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, 1949.
- 10).** IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Volume XXXVI, 1958. p. 173176.
- 11).** IBGE. Monografias dos Municípios do Estado de Goiás. Volume I, Mesorregião Sul Goiano, 1982.
- 1).** Ministério da Viação e Obras Públicas. Relatório das Estradas de Ferro do Brasil do ano de 1912. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913.
- 13).** Relatório dos serviços da Estrada de Ferro de Goiaz, referente ao ano de 1939.
- 14).** Revista —OESTE”. Goiânia, Universidade Católica de Goiás – Caixa Econômica Federal, 1983. Reprodução fac-similar de 23 fascículos publicados em Goiânia no período de julho de 1942 a dezembro de 1944.
- 15).** Poder Judiciário. Comarca de Goiandira, Autos nº 203/2000, Ação de Desapropriação.